

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GABRIELA SOUTO MAIOR DOS SANTOS

RUA DA IMPERATRIZ: Reabilitação e uso habitacional no Edifício Coelho

RECIFE
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

GABRIELA SOUTO MAIOR DOS SANTOS

RUA DA IMPERATRIZ: Reabilitação e uso habitacional no Edifício Coelho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação de Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

RECIFE
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Gabriela Souto Maior dos.

Rua da Imperatriz: reabilitação e uso habitacional no Edifício Coelho /
Gabriela Souto Maior dos Santos. - Recife, 2023.

119 p. : il.

Orientador(a): Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. reabilitação de áreas centrais. 2. uso habitacional em áreas centrais. 3.
intervenção no patrimônio construído. 4. conservação. 5. centro do Recife. I. Vieira-
de-Araújo, Natália Miranda. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Alguém partiu daqui
alguém lançou-se para a frente puxando no entanto
um fio forte ou fraco que o liga à lembrança desta casa
alguém levou a memória das paredes
dos móveis dos corredores das xícaras das cortinas
ela olha o objeto em seus lugares
e pensa que um duplo deles agora vive
em outra cidade em outros cômodos
como uma casa no interior de uma casa
do outro lado do mar

Ana Martins Marques, Como se fosse a casa uma correspondência (2017)

O conhecimento da realidade é fundamental para basear as opções, o que exige uma abordagem pluridisciplinar. No entanto, é essencial ter em conta que a complexidade das intervenções da reabilitação exige uma grande flexibilidade e que *as soluções se vão encontrando no contacto com a realidade*. A acção não pode esperar que todos os estudos estejam feitos, até porque é por ela que se vai tendo um conhecimento mais eficaz e profundo.

Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada (1995), Artigo 7º.
Grifo da autora.

Agradecimentos

À família Coelho, em especial à toda disponibilidade de Nilo Coelho, atual responsável pelo edifício, e que não hesitou em apresentá-lo a mim quando o procurei, enviar fotos de família, e, mesmo com a distância, responder inúmeras vezes dúvidas diversas minhas, através do *Whatsapp*, em momentos diversos e mesmo com o trabalho tendo se alongado mais que o previsto.

A Alfredo Coelho, a quem não cheguei a entrevistar por força das circunstância e dobras no tempo - porque eu queria entrevistá-lo em algum momento ideal, já tendo em vista algum roteiro ou conhecimento prévio do edifício, e ele, já em avançada idade, veio a falecer em fevereiro de 2022 - e que me fez com isso entender que “as soluções se vão encontrando é no contacto com a realidade”.

A Domingos e Camilo Coelho, cuja relação de tio e sobrinho (e depois a relação de Camilo com seus filhos) foi o principal fator que moldou o Edifício Coelho tal como o conhecemos atualmente.

À minha avó, Maria José, que um dia resolveu “olhar para cima” e descobriu que ali em plena Rua da Imperatriz nos anos 70 existia um apartamento muito bem conservado e pronto para se morar.

À minha mãe e tios, que muito prontamente aceitaram ser entrevistados e compartilhar suas memórias de infância e adolescência morando na Rua da Imperatriz.

Ao meu primeiro orientador, Fernando Diniz, que acreditou na ideia mesmo eu ficando um pouco perdida no começo com a história do edifício não ter “nenhum valor arquitetônico particular que justificasse a escolha”, e que foi quem me emprestou de seu acervo pessoal os livros dos memorialistas e o Atlas de José Menezes utilizados no primeiro capítulo.

A Natália Miranda, minha orientadora de PIBIC, de ECUP, e de TCC - que foi quem me introduziu no mundo da conservação e me fez ver o potencial teórico, prático, social, e inclusive criativo da área - por sua presença firme e gentil, por sua visão ampla do trabalho, seus direcionamentos generosos, e pela constância e paciência.

A Bárbara Lino, que gentilmente me emprestou sua câmera fotográfica para o registro interno da situação atual do Edifício Coelho.

A todas minhas professoras e professores da graduação na UFPE, os de Arquitetura e Urbanismo, mas também as de Cinema e de Sociologia com quem cursei disciplinas eletivas a respeito da cidade e do consumo, que ampliaram minha visão da minha própria área de escolha inicial.

Ao movimento Ocupe Estelita, por ter me despertado para a discussão sobre o direito à cidade no ano em que eu prestaria vestibular e ter influenciado minha escolha do curso.

Ao meu estágio na Superintendência do IPHAN em Pernambuco, em plenas eleições presidenciais de 2018, que me fez entender na prática o quanto a preservação do patrimônio é um território centrado em disputas políticas e narrativas sobre o mundo, as instituições, e as pessoas.

Aos outros estágios, na Grifo Restauro, durante a obra de restauro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares; e na EDRA - Engenharia Diagnóstica e Restauro Arquitetônico; por me propiciarem, através dos trabalhos, vivenciar edifícios, materiais e partes da cidade sob ângulos que de outra forma eu não vivenciaria.

Por fim, à própria Universidade Pública, ao Colégio de Aplicação, ao Centro de Artes e Comunicação, por tornarem possível, simbólica e fisicamente, espaços onde há lugar para a divergência, para a diferença, para o encontro e para o tátil.



SUMÁRIO

Introdução	8
1. Rua da Imperatriz: um passeio pela História	10
1.1 Formação: a <i>Terra Nova</i> e seus nomes	10
1.2 Pela ponte: Rua Nova e Imperatriz	17
1.3 Os bondes, as luzes	29
1.4 O apagamento	34
2. Habitação nas áreas centrais e o caso do Recife	39
3. Edifício Coelho: uma oportunidade de reflexão projetual sobre o tema	49
3.1 Adentrando o edifício	49
3.2 Memória de moradores: matéria-corpo-memória	71
4. Proposta	103
4.1 Legislação incidente	103
4.2 Diretrizes/ anteprojeto	106
Considerações finais	110
Referências	

Introdução

Este trabalho se encontra no cruzamento entre a discussão da reocupação do centro do Recife - e das áreas centrais das grandes cidades brasileiras - após seu esvaziamento gradativo nas últimas décadas, a importância morfológica e histórica do eixo das ruas da Imperatriz e Nova para a história da cidade e sua dinâmica urbana, a adaptação dos sobrados de uso misto, que é a tipologia predominante dessas duas ruas, ao uso habitacional contemporâneo, e os fatores a se considerar na intervenção desses imóveis, operando assim em diferentes escalas, espaciais e temáticas, que se complementam.

Dentre os fatores a serem considerados, além do operacional, ou técnico, e complementares a esse, deve levar-se em conta a passagem do imóvel no tempo, bem como os registros afetivos, a concepção estética, divisão espacial do lugar, suas visadas para o exterior, e materiais que o compõem, numa aproximação que envolve a “função do sentir” e a presença do corpo para a realização de uma leitura que capte a maior quantidade de nuances possível. Tudo isso, sem perder de vista os diferentes interesses econômicos e políticos que regem, e disputam, esse território da cidade do Recife (o Centro Histórico) e suas proximidades.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é investigar a possibilidade de reinserção do uso habitacional nas edificações da Rua da Imperatriz, propondo, a nível de anteprojeto, uma intervenção projetual no Edifício Coelho, de uso misto, nº 202 da citada rua, elegido por uma questão de acesso, tanto ao edifício, quanto a materiais sobre ele, dado o fato de que a minha família materna trabalhou e morou nele de aluguel na década de 70, acrescentando assim a possibilidade de incluir essa experiência na realização do trabalho.

Pretende-se resgatar o uso habitacional, fazendo as adaptações que forem necessárias para um novo momento, tanto da cidade quanto do edifício, ao mesmo tempo em que considerando a íntima relação do edifício com a família do proprietário que lhe deu as feições atuais e o nome (família Coelho), relação que está sujeita aos fatos da vida, às mudanças de administração e à proximidade de seus membros ao edifício e entre si.

Para uma reocupação não se acredita necessária, nem se pretende, uma “remodernização” da área ou do edifício em questão - como está tão em voga quando se fala em intervenção em edifícios antigos e com características de outras épocas¹ -, mas sim uma

¹ Tendência que tem sua expressão no chamado *retrofit*, onde se considera a utilização de revestimentos e equipamentos de alta tecnologia ou sofisticação, para um produto final “arrojado”, tornando atraentes aos olhos dos consumidores de classes média e alta, imóveis que de outra forma não os interessariam.

compreensão dos fatores que lhe deram as formas atuais para uma intervenção no presente com dignidade.

Para chegar à proposta, teve-se como objetivos específicos (1) o entendimento da conformação morfológica da Rua da Imperatriz ao longo da história e da sua importância sociocultural na cidade, explorada através da literatura memorialística; (2) a pesquisa histórica sobre o edifício, a partir do que nos conta seu aspecto material atual e os registros de suas alterações ao longo do tempo, seja por documentos escritos ou orais, e (3) a exploração da memória de antigos moradores como um dos norteadores do projeto a ser desenvolvido, com a possibilidade de trazer detalhes que poderiam ter se perdido no tempo ou passar despercebidos em visitas pontuais ao local.

Rua da Imperatriz - Um passeio pela História

1.1 Formação: a *Terra Nova* e seus nomes

Dir-te-ei primeiramente
 Que êste Recife d'agora
 Não é mais, nem já parece
 Qual o conheceste outrora.
 Novas casas, novas ruas
 Vão surgindo de repente
 E não podes calcular
 O quanto se aumenta a gente.
 Do Colégio a imunda praia
 A ser cais há pouco veio,
 Convertendo-se um monturo
 Num agradável passeio.
 No campo do antigo Erário
 Um teatro se levanta
 Que dizem ser coisa boa
 Segundo o risco ou a planta.

Autoria desconhecida, em Arruar
 (1948), Mario Sette, p. 21

A primeira referência ao povoado do Recife de que se tem conhecimento é de 1537², nos primórdios da ocupação portuguesa no continente. A expansão desse povoado ao longo dos séculos se dá a partir de seu porto, âncora que o vinculou ao mundo. As primeiras vilas e centralidades a se formarem na colônia são, não por acaso litorâneas, onde o porto ocupa papel central de comunicação com Portugal e escoamento de produtos (pau-brasil, cana-de-açúcar). O modo como se deu a consolidação e expansão desses povoamentos se relaciona com a cultura de ocupação e experiência urbana dos povos que aqui se instalaram, bem como as condições técnicas e materiais disponíveis. Antes de Recife, desde 1537, era a Vila de Olinda a capital da capitania de Pernambuco, sob domínio português. É a ocupação holandesa (1630-1654) que vai ensejar a ocupação das “terras baixas” e o desenvolvimento urbano, cultural e científico do Recife.

Seguindo de forma radial a partir do extremo leste, há a formação de quatro bairros: o do Recife, que ocupa a ilha onde se localiza o porto; os de Santo Antônio e São José, que ocupam outra ilha (anterior Ilha de Antônio Vaz) no encontro entre o mar e o rio Capibaribe, e o da Boa Vista, que marca o princípio da ocupação continental. Gradativamente, com o aumento da população e o desenvolvimento da cidade, os mangues e alagados foram sendo

² “ (...) Foral de Olinda, de doze de março de 1537, outorgado pelo primeiro donatário, Duarte Coelho Pereira, que assim se refere ao então porto da capitania: ‘... a ribeira do mar até o Arrecife dos Navios, com suas praias, até o Varadouro da Galeota, subindo pelo rio Beberibe...’”. Atlas Histórico-Cartográfico do Recife, Nota do Editor

aterrados, diminuindo a distância entre as margens de terra firme, e ruas e pontes vão sendo traçadas.

É o caso da Rua da Imperatriz. Denominada inicialmente como Rua do Aterro, ganha o nome contemporâneo a partir da visita da Imperatriz Teresa Cristina e do Imperador Dom Pedro II à cidade, em 1859 (CAVALCANTI, 2010, p. 113)³. Essa via nasce pela conexão da Ilha Antônio de Vaz com o continente, forjada pela ponte da Boa Vista. A ponte, primeira a ligar as duas porções de terra citadas, foi construída a princípio durante a ocupação holandesa, a mando de Maurício de Nassau. Contemporânea a ela, foi lançada sobre o delta do Capibaribe também a então denominada Ponte do Recife, ligando o bairro do Recife (ou simplesmente, Recife) à Ilha de Antonio Vaz, e que hoje leva o nome do conde, sendo considerada a primeira ponte feita no Brasil - conforme placa pregada na mesma pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) em 1918 (figura 01).

³ Também decorrente dessa visita é o batismo da Rua do Imperador, no Bairro de Santo Antônio (CAVALCANTI, 2010, p. 62).



Figura 01. Placa do IAHGP na cabeceira da Ponte Maurício de Nassau. Fonte: Gabriela Souto Maior, 2019

No Atlas Histórico-Cartográfico do Recife, José Luiz da Mota Menezes reúne uma série de mapas de diferentes momentos do centro do Recife, projetando-os sobre o arruado contemporâneo e comentando-os. No caso da Boa Vista, a planta utilizada é uma de 1918, do

arquivo da Autarquia de Urbanização do Recife (URB), e sobre ela foram feitas as projeções das plantas e mapas de referência, de diferentes épocas e autores.

Por ele, ficamos sabendo que a ponte original, antiga ponte da Boa Vista, no entanto, não tinha a localização exata da que hoje é conhecida pelo mesmo nome, e ligava o Palácio de Verão de Nassau ao continente. Dela, seguia a Rua de São Gonçalo, em caminho já assinalado desde 1648, depois da construção da igreja de mesmo nome e em redor da qual se constituiu casario que seria o núcleo primitivo da Boa Vista:

No mapa considerado uma rua segue desde o pé da ponte até uma igreja de São Gonçalo, e do mesmo lugar outra rua vai até o pátio da igreja de Santa Cruz. A Rua que vai para São Gonçalo seria a primeira, porquanto a outra, a da Santa Cruz é considerada *Nova* - e quando outra rua surge depois, a do Aterro, passa a tal nova se intitular de *Velha*, e a Rua de São Gonçalo de Glória, a conta de um recolhimento de N. S^a da Glória. (MENEZES, 1988, p. 85)

No registro mais antigo que se tem da referida ponte, cerca de um século após seu surgimento, na planta genográfica de 1740-1760, esta parte da Ilha de Antônio Vaz e a meio caminho se divide em bifurcação - um braço desembocando na Rua Antonio Carreiro (atual Rua Velha) e outro na Praça Maciel Pinheiro. A rua paralela às águas, marcando o limite entre terra e rio era a do Hospício, e as quadras que, hoje, separam esta rua da Rua da Aurora eram ainda área alagada. Na planta de 1759 (figura 02) da mesma área, de autoria do padre José Caetano, consta o primeiro casario do que viria se tornar a Rua da Imperatriz: 23 lotes vindos da esquina da Rua do Hospício e seguindo adjacentes à ponte⁴, avançando sobre o leito do rio e interrompidos na altura da que hoje é a rua Sete de Setembro - delimitando a fachada sudeste da rua. Na fachada oposta, apenas seis lotes ocupados.

⁴ Esse trecho é onde se encontra o atual lote nº 202, abordado no trabalho.



Figura 02. Planta de 1759, com início da ocupação da fachada sudeste da rua até o ponto onde é hoje a Sete de Setembro. Atlas Histórico-Cartográfico do Recife, p. 91

No livro *O Recife e suas Ruas*, os historiadores Vanildo e Carlos Bezerra Cavalcanti, organizam, por bairro, registros da história das principais ruas do Recife. Na seção dedicada à Rua da Imperatriz, consta que

a Câmara Municipal de Olinda começou a fazer aforamentos perpétuos dos terrenos que marginavam o novo melhoramento em 1770, ‘para construção de prédios, em toda forma de aterro da Boa Vista’ e, já no ano seguinte, se via ali algumas casas térreas e de sobrado (...) (CAVALCANTI, 2010, p. 114).

Notar desse trecho, que mesmo com a elevação do Recife à condição de Vila em 1709-1710 e a criação de sua respectiva Câmara Municipal, as terras da Boa Vista continuaram sob jurisdição da câmara de Olinda até a primeira metade do século XIX⁵.

Menos de meio século depois, no registro de 1808 de J. F. Portugal (figura 03), o aterro da Boa Vista aparece consolidado e a rua do Aterro consta com seus atuais lotes definidos e ocupados. O casario segue até os pés da ponte e não há mais, nesse momento, rua demarcando a reta da linha d’água: a rua do Hospício foi ultrapassada e a Rua da Aurora não está formada ainda. A ponte que se dividia em duas agora segue unicamente para o aterro, e a Rua Velha perde sua conexão com Santo Antônio. O novo eixo configura uma conexão desde a Praça do Mercado, atual Praça da Independência, em Santo Antônio, passando pela Rua

⁵ http://ogmo-recife.org.br/ogmo/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=98

Nova, atravessando o rio e seguindo pelo aterro até o largo da Conceição, assim denominado pela igreja no mesmo local dedicada à Nossa Senhora da Conceição⁶.

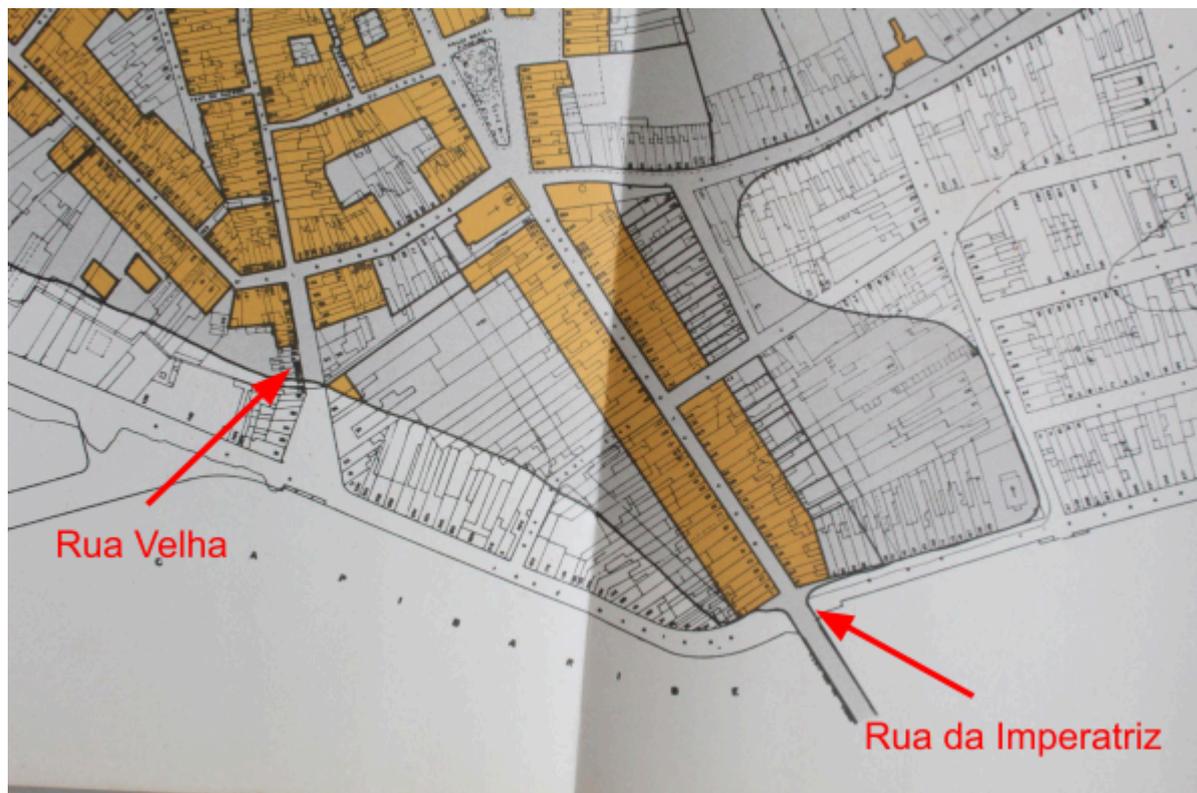


Figura 03. Mapa do bairro da Boa Vista com base em planta de 1808 de J. F. Portugal, do Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro. Ocupação consolidada dos lotes da Rua da Imperatriz. Notar Rua Velha já sem conexão com o continente. Fonte: Atlas Histórico-Cartográfico do Recife, p. 95

Ao longo do século XIX, a Boa Vista será palco de uma sucessão de aterros, divididos em três etapas, que vão constitui-la como a conhecemos hoje. Essas obras são parte de um plano urbanístico e de arruamento desenhado por Pedro Cronenberg, membro do Imperial Corpo de Engenheiros. Sua planta data de 1827 e se encontra hoje no Arquivo Público Estadual (MENEZES, 1988, p. 97).

No registro de 1870 (figura 04), já evidencia-se o aterro de boa parte dos alagados e uma configuração mais próxima da contemporânea, exceto pela infiltração aquática partindo do Capibaribe e adentrando no que hoje é a Rua do Riachuelo, fazendo a curva na atual Rua do Hospício e pegando parte das quadras que viriam a compor o Parque Treze de Maio, bem como o que é hoje a Av. Mário Melo e adjacências. Os lotes que faziam limite de fundo com os da fachada noroeste da Rua da Imperatriz, que apareciam demarcados em 1808, se encontram todos construídos (atual rua Martins Júnior). Os que fazem fundo com a fachada sudeste se encontram demarcados, mas ainda vazios.

⁶ Localizada em rua do mesmo nome, próxima à Praça Maciel Pinheiro, a igreja foi doada à Irmandade de Santa Cecília em finais do século XIX, reconstruída e dedicada a esta santa.



Figura 04. Mapa do bairro da Boa Vista de 1870, com base em mapa do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Notar a ocupação dos lotes da Rua Martins Júnior que dividem fundos com os lotes da Rua da Imperatriz, com consolidação da quadra. Fonte: Atlas Histórico-Cartográfico do Recife, p. 107

A ponte da Boa Vista, também conhecida como Ponte de Ferro, foi a primeira das quatro pontes que hoje ligam⁷ o bairro de Santo Antônio à Boa Vista. É assim chamada por sua constituição em estrutura metálica, em substituição que data de 1873. O projeto é de Francisco Pereira Passos e o material é proveniente da Inglaterra, executado pela empresa Watson&Smith (MENEZES, 2015, p. 50). Após reinar solitária sobre a paisagem por cerca de dois séculos, em um intervalo de apenas 58 anos, três novas pontes são construídas, na sequência: a ponte de Santa Isabel, inaugurada em 1863, primeira construída em estrutura metálica na cidade - que viria depois a ser substituída por estrutura em concreto - parte das proximidades do Teatro Santa Isabel até a rua Princesa Isabel (antes o acesso ao teatro era realizado por barcos), ladeando o Parque Treze de Maio; a ponte Duarte Coelho, inaugurada em 1884, criando conexão com a Rua Formosa, hoje Av. Conde da Boa Vista, em eixo que configuraria a abertura da Av. Guararapes, na década de 30; e a Ponte Velha, ou Ponte 6 de Março, lançada em 1921 sobre o mesmo local onde existiu a primitiva ponte da Boa Vista, por questões de saneamento promovidas por Saturnino de Brito, na Repartição de Saneamento do Estado (MENEZES, 2015).

Pelo mapa de 1906 (figura 05) já há uma ocupação maciça da área do bairro: a Faculdade de Direito em construção (1906-1911), as obras do Parque Treze de Maio em andamento (iniciaram-se na última década do século XIX, mas o mesmo só foi inaugurado em 1939), e apenas a área da atual avenida Mário Melo permanece alagada.

⁷ A segunda é a Ponte de Santa Isabel, que consta já no mapa de XXX, a terceira é a Duarte Coelho, no século XX, e a quarta é, apesar do nome, a Ponte Velha. Surge quase simultaneamente

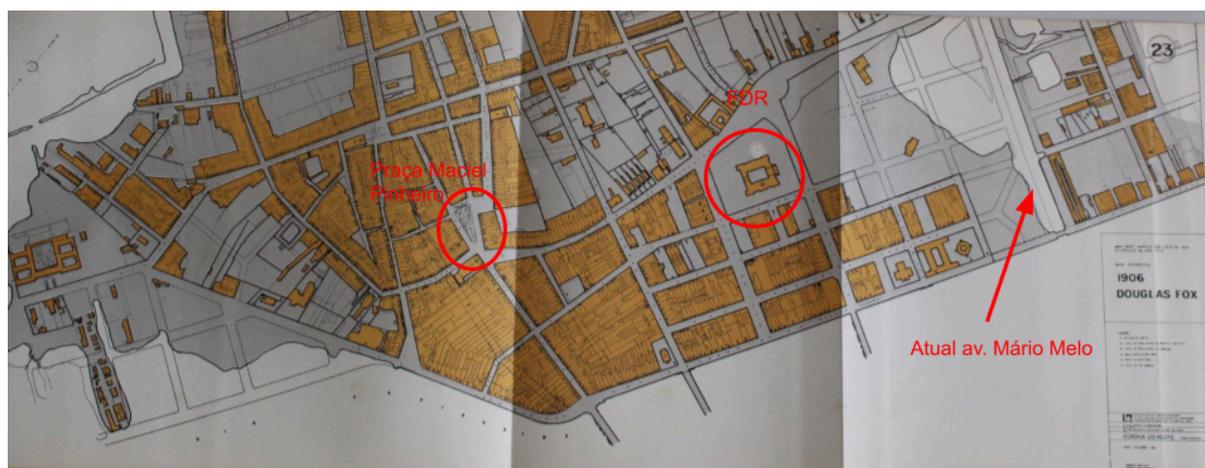


Figura 05. Mapa do bairro da Boa Vista de 1906, baseado em mapa do engenheiro britânico Charles Douglas Fox. A área onde hoje está a av. Mário Melo, mais ao norte, ainda alagada. Fonte: Atlas Histórico-Cartográfico do Recife, p. 111

Essa foi uma contextualização de como se dá o surgimento e consolidação da Rua da Imperatriz, indissociável de seus arredores e do bairro onde está localizada. Poucas modificações morfológicas ocorrerão de então até a atual data, além das já citadas.

1.2 Pela ponte: Rua Nova e Imperatriz

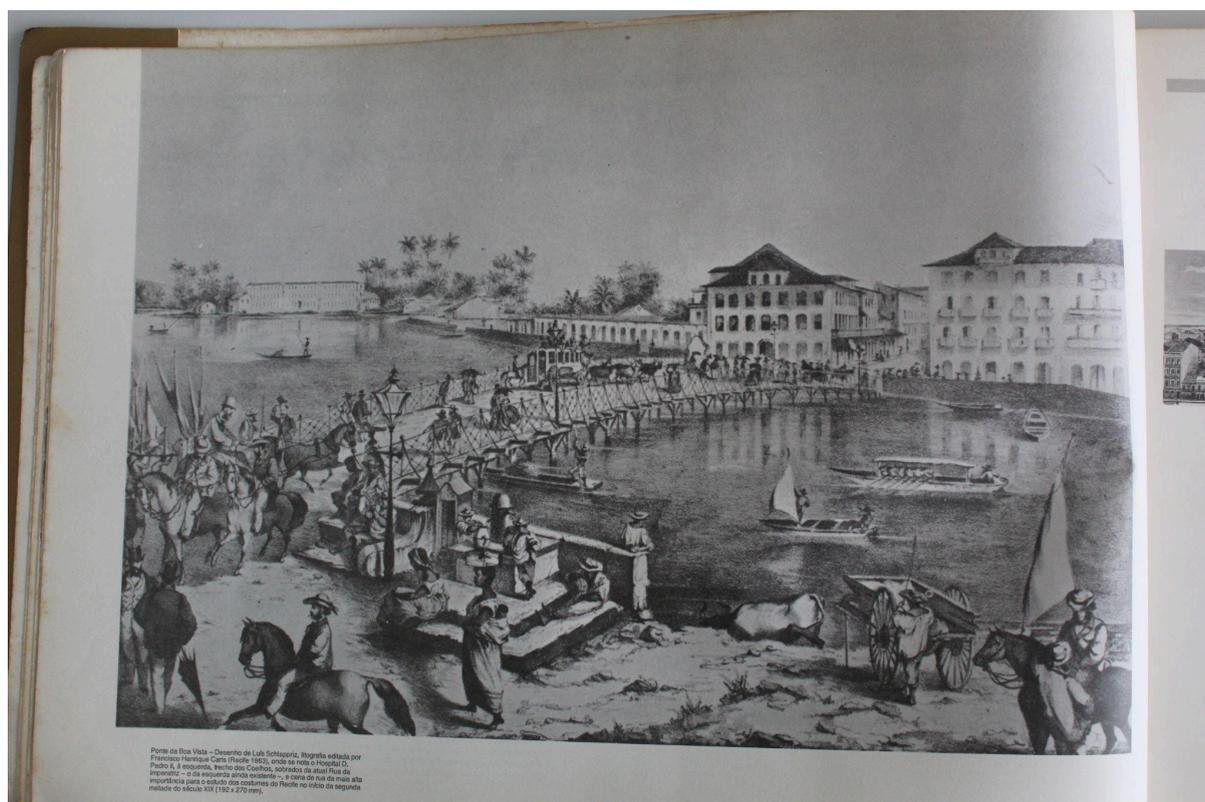


Figura 06. Desenho de Luís Schlappritz da Ponte da Boa Vista, na segunda metade do século XIX. Litografia editada por Francisco Henrique Caris. Fonte: Atlas Histórico e Cartográfico do Recife

É a ponte da Boa Vista, que mesmo mudando de formato, extensão, material ao longo dos anos, conforma um *lugar* em torno do qual a vida passa a circular e acontecer, unindo

duas porções de terra e proporcionando a continuidade de um percurso terrestre, antes possível apenas através de embarcações. Se no primeiro capítulo vimos o surgimento e desenvolvimento da porção a oeste dessa ponte, agora trataremos do eixo Rua da Imperatriz - Ponte da Boa Vista - Rua Nova, por se tratarem de duas ruas irmãs que possuem padrão de ocupação parecido e de um eixo na prática percorrido como unidade pelos transeuntes.

Em seu texto “Construir, habitar, pensar”, decorrente de uma conferência pronunciada em 1951, o filósofo Martin Heidegger discorre sobre as implicações existenciais do ofício da construção - por excelência o campo da arquitetura. Para ele, construir implica sempre um habitar. Não no sentido exclusivo residencial, mas habitar como a concepção prévia de um modo de ser e agir no mundo que vai ser a pré-condição para o que se vai construir. Um dos exemplos que utiliza para percorrer seu pensamento é o da ponte:

Sem dúvida, antes da ponte existir, existem ao longo do rio muitas posições que podem ser ocupadas por alguma coisa. Dentre essas muitas posições, uma pode se tornar um lugar e, isso, *através da ponte*. A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar. (HEIDEGGER, 1951)

Uma abordagem possível da existência da ponte da Boa Vista sobre o Rio Capibaribe é a de como ela “acolhe, numa circunstância, a simplicidade de terra e céu, dos divinos e dos mortais, à medida que edifica em espaços a circunstância” (HEIDEGGER, 1951). A ponte lançada sobre as águas do rio, em conjunto com as obras de aterro, domesticam a natureza tornando-a parte do palco cotidiano do povoado do Recife, elevado à vila em 1710, e se torna peça central do processo de urbanização e da vida social e cultural da cidade, como veremos adiante. A ponte, inclusive através de sua forma, dará “moradia à demora dos homens” - sendo lugar não só de passagem, mas de uma experiência de cidade e de permanência. Sem deixar de levar em conta que quando Heidegger usa a expressão “demora dos homens” junto às coisas faz referência não só a questão temporal, mas a um ritmo e a uma relação estabelecida com o ambiente.

A extensa literatura memorialística deixada por viajantes e nativos testemunha a importância desse eixo, que vem da rua 1º de Março em Santo Antônio (descida da ponte Maurício de Nassau), passando pela Rua Nova e seguindo até a Rua da Imperatriz na Boa Vista, marcado por intensa vida cultural, social e política, e percorrer esses registros é uma forma de reunir aqui esses tempos e visões sobre um mesmo espaço, num vaivém de pessoas do qual os sobrados coloniais e a ponte são testemunhas.

No livro *O Recife - Quatro séculos de sua paisagem*, organizado por Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva e publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, em 1992, os organizadores reuniram alguns desses relatos sobre o Recife, que serão aqui reproduzidos em parte por exemplificarem em diferentes momentos e partindo de diferentes atores, a impressão causada pela cidade e suas pontes.

James Henderson, viajante e diplomata inglês, esteve no Brasil entre 1819 e 1821, e é autor do texto “Sob a sombra dos coqueiros”, retirado do capítulo 17, dedicado à Província de Pernambuco, de seu livro “Uma história do Brasil: compreendendo sua geografia, comércio, colonização, habitantes nativos”. Nele, o viajante descreve a vila do Recife e suas pontes da seguinte maneira:

(...) é dividida pelo rio Capibaribe em três partes ou distritos: Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Cada um forma uma freguesia diferente, que se comunicam por duas pontes; **a da Boa Vista, que é quase toda de madeira e pavimentada, com trezentos e vinte passos de comprimento** e a de Santo Antônio, que tem duzentos e noventa passos, era em grande parte de pedra, mas por ter cedido, teve o seu restante imperfeitamente construído com madeira, não permitindo a passagem de carruagens, permanecendo nessas condições por muito tempo, fato bastante desabonador para a vila. Possui em cada extremidade um arco de pedra elegantemente construído, acima do qual existem pequenas capelas, nichos e santos, onde são celebradas missas. Na rua, em frente aos nichos com as imagens dos santos, muitos habitantes se prostram ao anoitecer, por algum tempo, numa atitude de devoção. As pontes são planas e não muitos pés acima do nível do mar. (p. 107)
(Grifo da autora)

A ponte que chama de Santo Antônio é a do Recife, já mencionada, e os arcos a que se refere foram construídos em 1643 e demolidos em 1917 “por exigências do trânsito”, para citar placa constante no local.

A terceira parte da vila, chamada Boa Vista, é a única suscetível de crescimento considerável, por estar situada no continente. É mais adiantada do que as outras, porém cresce de maneira irregular, o que pode ser atribuído à negligência do Senado, quando ao alinhamento das ruas desde o seu início. Sua igreja é também dedicada ao Santíssimo Sacramento. Aqui o governador holandês construiu sua primeira casa, que chamou de Boa Vista e por ser um nome português, foi conservado. Estes três bairros, alinhados na direção leste-oeste, formam esta grande e florescente vila, que além do governador, tem um ouvidor, um comandante do porto, um juiz de fora, cada um com várias inspeções e três régios professores, um de latim, um de filosofia e um outro de oratória e poesia. A usual Junta ou Conselho da Fazenda Real, para decidir sobre matérias relativas à província, é composta pelo governador, o ouvidor, o juiz de fora, o procurador público, o comandante do porto, o chefe da Fazenda Pública e o juiz ou inspetor da alfândega, que ocupam seus

assentos na Fazenda Pública. Os subúrbios são uma extensa planície com belas plantações de coqueiro, entremeadas com sítios ou casas de campo. Os habitantes bebem água principalmente do rio Beberibe, coletada de um açude em Olinda, formado por uma espécie de barragem chamada Varadouro, que impede o avanço da maré e acumula água fresca. (p. ?)

Antônio Pedro de Figueiredo⁸, nascido em Igarassu e vindo na juventude para Recife, estudou no Convento do Carmo⁹ a língua francesa, a portuguesa e filosofia, atuou como tradutor, jornalista e professor, e é considerado um dos teóricos da Revolução Praieira (1848). Em 1857, ele faz um estudo detalhado, quase um censo, do aspecto construído do bairro da Boa Vista, a partir de, segundo o próprio, “dados estatísticos (...) extraídos de documentos oficiais”. Nele, ressalta o potencial do bairro (“Se a Boa Vista ainda não é a habitação das artes, das fantasias, das novidades, das elegâncias supremas, não está longe de ser tudo isto”) e traz elementos que nos interessam:

A ponte que liga Santo Antônio à Boa Vista oferece alguns pontos de vista cuja graça e magnificência nunca enfadam o observador; mas é também o teatro dos cancãs de todo o gênero. Desde cinco horas e meia da tarde até dez ou onze horas da noite, os bancos se enchem de gente, que vai espairar naquele lugar. Aí evoca-se o passado, discute-se o presente e até adivinha-se o futuro. As frioleiras e os negócios mais graves do dia, os segredos a vida íntima, questões de ciência, de literatura, de história, os altos problemas de política, tudo se revolve, se agita, se discute, se esquadrinha neste lugar, e aí também dão-se e tiram-se reputações.

Temos agora um relato com mais do que o aspecto físico. “Desde as cinco horas e meia da tarde até dez ou onze horas da noite, os bancos se enchem de gente”: a ponte da Boa Vista, em uma de suas versões, era rodeada de bancos/lojas. Antônio de Figueiredo prossegue:

Esta ponte até 1737, época em que tomou posse do governo da capitania de Pernambuco Henrique Luís Pereira Freire, irmão dos Condes de Bobadela, tinha apenas cinco a seis palmos de largura; entretanto este governador deu-lhe uma nova forma e fez o aterro da Boa Vista, que era apenas um cais de pedras, feito pelo Conde Maurício de Nassau, e que chegava à altura da Ponte Velha.

A densidade da edificação desta parte da cidade [bairro da Boa Vista] oferece dois caracteres distintos: na primeira porção, naquela anteriormente edificada, as construções estão aglomeradas como acontece em todas as cidades, mas na porção

⁸ <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/antonio-pedro-de-figueiredo>

⁹ Não fica claro se de Recife ou Olinda, pois ambas as cidades possuem (e possuíam já na época) conventos carmelitas. Mas é provável que se trate do de Recife, onde há registro da prática do ensino de humanidades no século XIX

mais nova em geral ainda não se observa esta regularidade e ordem, de sorte que em algumas ruas ainda se encontram espaços vazios entre uma e outra casa; e até um lado da rua somente edificado, e algumas com muito poucas casas.

(...)

(...) Não há um só [prédio] de quatro andares, e em geral as casas deste bairro são espaçosas e elevadas, e as ruas bastante largas, sobretudo as mais modernas.

A do Aterro, que é uma das mais vastas, regulares e das mais belas, é macadamizada, a primeira por onde se entra para o bairro; tem oitenta e seis edifícios, em geral mui elegantes: dez de um andar, vinte e sete de dois, dezessete de três e trinta e duas térreas. No fim desta rua está colocada a matriz. Este templo é magnífico; a fachada principal, na qual se trabalha há muitos anos, é toda de cantaria; entretanto hoje acha-se bastante adiantada, já está na altura de um terço das duas torres, que também são de cantaria. A arquitetura desta parte do templo é de um belo estilo; o pórtico principal é mui elegante e guarnecido de grossas colunas dóricas, que se continuam até o frontispício. Toda a pedra tem vindo de Lisboa, onde tem sido preparada, e logo que a obra estiver concluída não há dúvidas de que será um dos mais belos modelos de arte que se podem contar nesta cidade.

Desemboca esta rua na Praça ou Largo da Boa Vista, bastante espaçoso e regular; contam aí vinte e seis casas: quatro de um andar, dez de dois, uma de três e onze térreas. No centro está fundado um dos melhores chafarizes da companhia de Beberibe; é construído de uma espécie de argamassa, que tem a rigidez de pedra, é bastante elevado, tem três bacias, e quando se abrem as bicas a água que sai da última e passa pelas outras duas produz um efeito muito agradável. (Grifos da autora)

Josué de Castro (1908 - 1973) fez também seus comentários sobre essa parte da cidade, em 1957:

As pontes nos trazem ao Bairro de “Santo Antônio”, das repartições públicas, das casas de modas, do comércio a varejo, dos cinemas e das confeitarias, e da elegância da Rua Nova, cheia de casas velhas. Ainda fisionomia europeia, mas não a Paris, nem a Hamburgo, e sim, a Lisboa, num mais-à-vontade muito português. Casarões de três, quatro andares, pregados a mei’águas só de andar térreo. O Bairro da “Boa Vista” continua, com magros sobrados de varandas de ferro expremidos pela rua da Imperatriz abaixo.

Passagem obrigatória, a travessia pela ponte da Boa Vista é trazida por quase todos os relatos da cidade, denotando um trecho sólido de sua morfologia, definidor para a identidade da cidade. Antônio Joaquim Barbosa Vianna, comerciante português que fixou residência em Recife - e que viria a ocupar a cadeira número 1 da Academia Pernambucana de Letras, fundada em 1901 - , descreve o percurso, em seu texto *O Recife em 1900*:

Seguimos pela rua do Barão da Vitória, no meio da qual, à esquerda, está a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. Em seguida atravessamos a Ponte da Boa Vista, e entramos na rua da Imperatriz, pertencente ao bairro da Boa Vista. Ao fim dessa rua, à esquerda, é a Igreja Matriz, com uma linda fachada, ficando-nos em frente a Praça de Maciel Pinheiro, que tem um pequeno, mas elegante jardim. p.231

Esse eixo também foi por muito tempo passagem de blocos e desfiles carnavalescos, como o escritor Fernando Pio (1906 - 1987), em seu livro de memórias “Recife de Outrora”, traz:

As ruas da Imperatriz e Barão da Victoria tornavam-se mais alegres, dando-se ares de dias de festa: os coretos ultimavam-se para as retretas; estabelecimentos comerciais dependuram em frente às portas bandeirinhas de papel de côres e nos jornaes do dia, em letras redondas, o Theatro de Sto Antonio vaticinava o que iria ser o baile mascarado daquelle Domingo nos seus vastissimos salões (...) (PIO, p. 101)

A chamada rua Barão da Victoria nessas citações é, em fato, a Rua Nova, quando de uma tentativa de rebatismo que não foi aceito pela população - tendo, por esse motivo, a homenagem ao Barão da Vitória (general José Joaquim Coelho) sido transferida para o Beco da Panela, em São José (CAVALCANTI, 2010).

O escritor e professor, também recifense, Mario Sette (1886 - 1950), dedicou boa parte de sua obra à memória do Recife, reconhecendo sua constante mudança e o iminente desaparecimento de costumes. Em *Arruar - História Pitoresca do Recife Antigo*, livro de 1948, ele também comenta o batismo de bairros e arredores do Recife, e não deixa de fora a Rua Nova:

E são somente os arredores a nos oferecerem o embalo evocativo dêsses nomes tradicionais dos logradouros públicos? Não. No centro da cidade, quer nas artérias principais, quer nas de menor predicamento, há um mundo de reminiscências, de ensinamentos, de poesia. A começar pela nossa rua mais galante, mais nobre, a preferida: a Rua Nova. Um encanto de batismo. Transparente, preciso, sintético. Fácil, curto, expressivo. Rua Nova?

Perfeitamente. O acesso recente, cômodo, útil. Pelo antigo, o rodeio era maior e sem dúvida a paisagem menos apreciável. Ao se rumar para Fora-de-Portas ou para o Atêrro da Boa Vista, por ali era outra cousa. E a trilha vira arruado. Casas de um lado, depois de outro, salteadas e unidas. **Boticas no andar térreo, moradias nas que tinham sobrados.** Embaixo vendiam-se panos, borzeguins, chapelinas, braceletes, meizinhas, bacalhau, manteiga fresca, queijo-do-reino. E até um dia, loja de tirar retratos ou de pentear cabelos. **No alto, em varandas de pau surdiam de furto rostos de moças, quando não transitavam procissões de quaresma para encher de todo êsses balcões rendados.** Rua Nova... Passam cadeirinhas de arruar, ônibus de terraços, carroças de açúcar, traquitanas, bondes... Rua Nova sempre. (SETTE, 1948, p. 13, grifo meu)

Temos aqui mais um registro da ocupação desses imóveis, concebidos em sua maioria para uso misto: comércio no térreo, moradia nos andares superiores. A menção às varandas de pau e sua ocupação por mulheres traz uma informação material que não perdurou na passagem do tempo - nenhuma varanda dessa rua atualmente é de “pau” - e evoca o confinamento destinado às mulheres “de família”, e seu apartamento do espaço público. Mesmo para olhar pela varanda, o autor utiliza a construção “surdiam de furto”, denotando o caráter discreto e breve de tais aparições. Além da restrição de ocupação física da rua, mesmo o gesto de olhar - e de se fazer visível - nesse espaço era regulado e contido.

As cadeirinhas de arruar, que dão título à obra, são produto também dessa cultura: surge como meio de transporte para essas mulheres, em cadeiras carregadas por quatro escravos, dois à frente e dois atrás: “As senhoras de relêvo social, moradoras dos sobrados de azulejos, por cima dos trapiches ou das lojas dos maridos, ou já nos sítios de casas apalacetadas dos arrabaldes, possuíam as suas, com ornatos de talha, com estofos de gorgorão, com portinholas desenhadas(...)” (SETTE, 1948, p. 7).

Adiante, após ter introduzido a Rua Nova, um registro mantém a relação de irmandade entre as duas ruas, quando Sette comenta: “A nossa outra rua elegante de hoje, que se chama da Imperatriz, fôra por muitos anos do Atêrro da Boa Vista - vastos mangues que se encheram de lixo e de areia, transformando-se numa via pública a rivalizar depois com a sua vizinha de além-rio - a Rua Nova (...)” (SETTE, 1948, p.14).

O escritor sergipano Gilberto Amado (1887 - 1969), por sua vez, nos dá informações a respeito do cotidiano da rua e de seus passantes. Ao rememorar sua formação no Recife (em livro homônimo, publicado em 1955) onde foi estudante de direito na FDR, formando-se em

1909, fala de sua estadia na Rua do Imperador, e posteriormente na Rua da Imperatriz. Seu breve relato sobre a “república dos sergipanos” nessa rua, traz mais um sopro do dia a dia e do contexto social na cidade de início do século XX, quando relata as passagens frequentes do três vezes senador por Pernambuco, Francisco de Assis Rosa e Silva, pela Rua da Imperatriz:

Uma carta de Sergipe trouxe uns cobres. Oh, pulo! Não muitos, mas bastantes para me permitirem a mudança. Na mesma hora em que recebi as cédulas **passei-me para a república dos sergipanos, na Rua da Imperatriz, num segundo andar, defronte do cabeleireiro Odilon Duarte, casa velha, de paredes sujas e soalho esburacado, mas com três janelas dando para a rua, de onde se via o senador Rosa e Silva, de barba nazarena, passar todas as tardes, de cartola, fraque e bengala, num passo vivo, de volta do Diário de Pernambuco, em caminho de casa.** Às vezes o senador parava à porta do cabeleireiro, conversando. Os estudantes, da janela, discutiam política e pronunciavam entre outros nomes da época o de uma figura que me ia ser tão cara e ter influência na minha vida: Pinheiro Machado. (AMADO, 1955) (Grifo da autora)

Cabe registrar que ao longo do século XIX, com o Brasil independente de Portugal (1822) o Recife vai consolidando sua soberania política em relação à Olinda, sendo elevado à condição de cidade em 1823 e à de capital do estado em 1825. Apesar da antiga capital ser ainda um importante centro do conhecimento, aos poucos “o Recife ia tendo suas ruas povoadas de homens de letras” (SETTE, 1948). A própria Faculdade de Direito do Recife é uma transferência de sede da Faculdade de Direito de Olinda (1827), primeira faculdade de “*Sciencias Jurídicas e Sociaes*” criada no país, juntamente com a que é hoje a da Universidade de São Paulo. O atual centro da cidade passa a ser sinônimo de prestígio intelectual, de alta cultura. Dos passantes que eram ou viriam a ser figuras históricas, Mario Sette, na sessão “Letras, letrados e livreiros” de Arruar, assinala as andanças do poeta baiano Castro Alves pelas bandas de cá:

E começava-se a ver, também, pela Rua Nova, pela Boa Vista, pelas novenas de Caxangá ou do Poço, um moço moreno, de cabeleira crêspa, insinuante, bonito, ousado. Era da Bahia, cochichavam as moças. Estudante e poeta. Depois, murmurava-se de amôres seus com uma atriz do *Santa Isabel*. Um escândalo. Metido com as “cômicas”! Mas - os seus versos! Que diferentes do que se ouviam então! (SETTE, 1948, p. 331)

Abundante em informações históricas, o livro inclui ainda um trecho sobre a assim chamada “sociabilidade boa-vistana”, em “‘Povo’ que vira capital” - segunda sessão do livro,

onde o autor percorre a história da cidade desde os séculos XVI e XVII até início do século XX:

O Recife crescera. Da península à ilha e desta ao continente eram três florescentes. O comércio abrangera todos. **No da Boa Vista uma larga faixa de mangues posta em exuto tomara o nome de Atêrro e por ali se alinhara casario de uma bonita rua de moradores e de boticas.** Vão-se desenhando as artérias onde as casas se grudam, aproximando balcões e postigos para as palestras de vizinhos e comadres, enquanto à noite, na fresca da viração habitual, as cadeiras também se atraem para os comentários, os entendimentos, os namoros... Por vêzes, segundo contam cronistas, estendiam-se esteiras sôbre as quais se comiam as ceias de caranguejo com pirão de mólho de pimenta, as frigideiras de aratus, e as comezainas de milho verde quando era tempo... (...) Missas, novenas, lava-pés, sermões, terços, nas igrejas de Santa Cruz, de São Gonçalo, da Soledade, na Matriz tôda feita de pedra de lioz vinda de Portugal... Sociabilidade boa-vistana, como a de Fora-de-Portas e a de São José, em cantorias de mês mariano, em “partidas” de aniversário, em noiotes de Santo Antônio ou São João com fogueiras às portas, balõezinhos, traques, sortes, adivinhações da clara de ôvo ou da faca na bananeira. (SETTE, 1948, p. 37, grifo meu)

Temos aqui o desenho de uma cidade, uma vizinhança cujos laços de comunidade existiam fortemente ligados ao espaço e ao meio em que esta se instala, com tradições em comum, referências espaciais, a marcante presença das igrejas, com seus sinos regulando o passar do dia e o horário do comércio, a alimentação relacionada à fauna e flora locais. São marcas de um período em que, por mais que houvesse trocas com outras regiões e países, a menor velocidade relacionada aos meios de transporte e de comunicação de então ainda favoreciam o enraizamento, a relação com o meio imediato. Relação que surge do demorar-se junto às coisas, como diria Heidegger. O autor ainda revela que sua memória está em diálogo com a memória de outros cronistas da cidade, embora não tenhamos no livro a referência de quem foram.

Em *Anquinhas e Bernardas*, publicado em 1940, Sette não deixou a ponte da Boa Vista e o eixo que ela configura de fora de seus escritos. Dividido em pequenas crônicas que raro chegam a cinco páginas, uma delas, intitulada *Os banquinhos da ponte*, é dedicada aos famosos banquinhos que por muito tempo foram parte da paisagem e da vida social da Boa Vista. O texto é aberto com os seguintes versos:

Sou membro, mas não de fora
Lá do Clube Popular,
E infalível assinante

Sette retoma então a primitiva ponte da Boa Vista, quando era ainda em madeira - e servida dos tais bancos:

O Recife possui hoje belas pontes modernas, mas não terá nunca mais uma de igual pitoresco à da primitiva Boa-Vista. Conheceram-na os nossos avós e desapareceu pelo meado do século XIX já bem arruinada nos seus fundamentos de madeira. Não tinha requisitos de estética, porém oferecia, de cada lado, uma fila de banquinhos de pau onde os transeúntes descansavam, sobretudo à noite. (...)

Pouco a pouco, enquanto os frequentadores dos banquinhos procuravam, de bôca, endireitar o mundo, a maré, debaixo dos seus pés, ia corroendo as estacas da ponte. Uma noite o lastro estalou e várias tabuas cederam. Foi só um susto. Mas, a velha passagem da cidade viu-se abandonada. Ninguém a atravessava sem benzer-se. Nos banquinhos quem ousava mais demorar? Num outro estalo foi um dia a antiga ponte da Boa-Vista... (SETTE, 1940, p. 38)

A configuração geográfica do Recife, os arrecifes sobre o mar, os aterros sobre os mangues, as pontes sobre o rio, tratam da constante batalha com elementos naturais aquáticos. Além disso, a técnica construtiva e os meios foram também se aprimorando com o passar do tempo, e era comum que as pontes estragassem, precisassem de reforços ou substituições. Mesmo a ponte de ferro precisou de reparos após a cheia de 1966, e a força periódica das águas marca o imaginário recifense¹⁰.

Para contemplar outros aspectos da área de interesse, que fazem parte do conjunto da história do centro, elencamos que o livro toca ainda nos seguintes tópicos: a visita do imperador Dom Pedro II no século XIX; as tradicionais comemorações do mês mariano (mês de maio) na cidade do Recife; o abastecimento de água, no capítulo “Água de chafariz”; a questão da iluminação pública, em “O homem dos lampeões”; e a chegada do trem de ferro. No capítulo do mês mariano, com missas de celebração em diversas igrejas, menciona-se o coro da matriz da Boa-Vista, erguida no extremo oeste da rua da Imperatriz. Quanto ao chafariz da praça da Matriz, ficamos sabendo que era tido como um dos melhores da Companhia do Beberibe, que primeiro instalou os serviços de encanação na cidade. Quanto à questão da iluminação pública, que foi iniciativa concedida a companhia inglesa para a instalação de luz de gás carbônico; e por fim, quanto à chegada do trem de ferro, o fato de que sua existência substituiu o transporte por água da produção das zonas açucareiras do

¹⁰ “No Recife, o que não é água, já foi água, ou lembra água.” diria Waldemar de Oliveira

estado ao Porto do Recife, através da estação das Cinco-Pontas, em São José, inaugurada em 1858¹¹.

Quando se refere à iluminação pública, Sette também menciona a ponte, definitivamente com status de ponto de encontro oficial do Recife da época:

Por muitos anos o Recife viveu às escuras. A princípio nenhum sistema de iluminação. Ao se precisar sair à noite levava-se uma candeia na mão. Ou um archote. Para não se errar o caminho ou a porta. Depois, começaram a aparecer os candieiros de azeite pendentes das paredes. (...)

(...) Os casais de namorados valiam-se das trevas para fazerem das suas. A “roda” que o diga, maliciavam nos banquinhos da ponte da Boa-Vista. (SETTE, 1940, p. 34)

De fato, a Rua Nova e arredores foi o primeiro trecho a receber a iluminação de gás carbônico, em 1859 (DUARTE, 2005, p. 40) e em Maxambombas e Maracatus, de 1958, Sette¹² traz:

Em geral só se usava o querosene e o gás carbônico, bem mofo por sinal. Houve mesmo na Rua Nova um estabelecimento de música que, faz poucos anos, em pleno reinado da eletricidade, ainda mantinha rotineiramente o candeeiro de querosene. A iluminação a gás foi inaugurada em 1859. Depois de muita dúvida, descrença e censuras. “O sr. gás vem aí” diziam com ironia. (SETTE, 1958, p.24)

Na Rua Nova, um caso de negociantes que fizeram cota para aumentar a iluminação naquela “artéria elegante”: um dos cotistas não tendo pago sua parte, os outros puseram um letreiro em sua porta indicando a condição, além de manter seu lampião apagado.

São recorrentes menções a salões cabeleireiros, boutiques, lojas de comerciantes portugueses, ateliês de moda, bazares, cafés... Ruas atraentes, permeáveis e diversificadas, com térreos acessíveis e convidativos - ainda que não para todas as classes.

Na Boa Vista, destacavam-se o Café Santos Dumont e o Modêlo. Na Rua da Imperatriz. Os mais conhecidos da rapaziada. Porque, na época, as famílias de raro frequentavam um café e isso mesmo de dia. À noite não parecia de boa moral. Tanto estudante lá dentro. Às vezes mulheres de vida fácil. (...)

Da Rua Nova foi célebre por muitos anos o Café Rui. (...) Era o ponto predileto dos acadêmicos de Direito. Viviam em constante algazarra, em brindes,

¹¹ <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pernambuco/cincopontas.htm>

¹² Em Arruar (1948) o autor se refere na página 21 ao uso de azeite de peixe para acender as candeias, antes do querosene e gás carbônico

em vaias, em pilhérias de moços. Das portas do Rui êles espiavam as pernas das môças ao subir nos bondes.

Defronte, ficava o Café Familiar. O nome indicava bem o seu feitio mais calmo, mais recatado, e, por isso atraía melhor as famílias para o sorvetezinho modesto dos tempos. Modesto e barato. Entravam as numerosas proles seguidas dos “velhos”, por vêzes levando também uma tia solteirona e uma ama de confiança. (...) (SETTE, 1958, p. 161 e 162)

Se nos últimos anos o Recife se depara com o esvaziamento do centro e do comércio na Rua da Imperatriz e seus pontos comerciais, não é a primeira crise que se deflagra na área: “Por volta de 1905 a rua andou de pernas bambas. Diversas firmas desapareceram. (...) De súbito, a renascença. Inaugura-se o teatrinho Helvética com um perturbador êxito.” (SETTE, 1958, p. 249). Foi um equipamento cultural o responsável por atrair novamente a população à rua, permitindo a gradual volta do comércio: o cine-teatro Helvética, inaugurado em 1910 no nº 59 - assim chamado por abrigar também eventuais sessões de cinema. Antes dele, a Rua da Imperatriz acomodou exhibições de Cosmorama¹³ e do animatógrafo - como se chamava o cinematógrafo (SETTE, 1958, p. 135), sendo assim também parte do circuito da história do cinema e das imagens em movimento no Recife. Em 1915 é inaugurado o Teatro do Parque na Rua do Hospício, proximidades da Rua da Imperatriz, reforçando o caráter de vida cultural da área.

Na Rua Nova, por sua vez, o famoso Cine Pathé, aberto em 1909, “revolucionou o Recife inteiro. Quer nas vesperais, quer à noite, cheíssimo. As calçadas ficavam tomadas e os bondes passavam a custo.” (SETTE, 1958, p. 139). Vizinho a ele poucos meses depois, no mesmo ano, abriu o Cine Royal, e os dois competiriam por público até o fechamento - do Pathé em 1920. O Royal durou bem mais e fechou as portas em 1954¹⁴. Na Leiteria Vitória, na mesma rua, espectadores dos cinemas faziam hora e lanches entre as sessões, ou pegavam seus bondes com outro destino: “Paraíso escreveu que o grande fato característico do provincianismo do recifense ‘havia os que, sentados na Leiteria Vitória, pediam que o condutor aguardasse um pouco enquanto terminavam a cartola ou o sanduíche de fiambre e queijo’” (PARAÍSO, 2011 p. 173 in ALBUQUERQUE; PEDROSA, 2020).

¹³ Aparelho ótico com o qual se observavam séries de vistas de diversos países e fatos.

¹⁴ <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/cinemas-antigos-do-recife/>

1.3 Os bondes, as luzes

Somente isto? Que nada! E os bondes? Lá estão eles, a princípio fechados, “baús”, e depois abertos, pelo Pátio das Cinco Pontas, pela Rua do Imperador, pelas pontes, atraindo a atenção geral. O bonde de burros revolucionara a cidade. Agora, podia-se vir à Rua Nova sem incômodos, com dois tostões em níquel ou em cobre...

(ARRUAR, p. 21)



Figura 07. Ponte da Boa Vista na década de 40, com passagem de bondes. Foto: Hart Preston. Fonte: Pernambuco Arcaico

Os primeiros adventos de modernização do Recife, entre os quais a iluminação pública, água encanada e saneamento de esgoto, se deram na administração de Francisco Rego Barros (posteriormente conhecido como o Conde da Boa Vista) quando foi presidente

da província de Pernambuco, de 1837 a 1844 (ALBUQUERQUE, 2020). Filho de senhores do engenho Trapiche, em Cabo de Santo Agostinho, bacharelou-se em matemática em Paris, e quando retornou ao Recife e assumiu o cargo, tratou de contratar profissionais qualificados cujo trabalho permitisse as obras de melhoramentos urbanos que tinha em mente¹⁵.

O processo de modernização era pautado principalmente nas influências inglesa e francesa. Além do intercâmbio cultural, a Inglaterra contava com o Brasil para compra de materiais e aplicação de tecnologias industrializadas, como o uso do ferro na arquitetura. Em 1858 é inaugurada no Recife a segunda ferrovia do país, ligando o Recife ao São Francisco - a primeira havia sido inaugurada em 1854 no Rio de Janeiro. Pouco depois, em 1867 surge no Recife o primeiro sistema de trilhos urbanos do país, com saída inicialmente na esquina da Rua da Aurora com a Formosa e ponto final em Apipucos. Sua cabine era descoberta e operava a vapor, como as locomotivas, levando três vagões (DUARTE, 2005, p. 62) - eram as famosas maxambombas, termo que segundo alguns é uma corruptela do inglês *machine pump* (FRANCA, 1977, p. 233), segundo outros, a onomatopeia do som da locomotiva mirim quando passava (CAVALCANTI, 1977, 298).

O feito se deu através de concessão do governo provincial à companhia inglesa *Brazilian Street Railway Company*, com diretores ingleses e brasileiros (DUARTE, 2005, p. 65), e com o nome brasileiro de Trilhos Urbanos do Recife. Antes das maxambombas, pode-se dizer que de transporte coletivo o Recife teve as balsas - nas travessias de onde são localizadas as pontes do Recife (Maurício de Nassau), a primitiva da Boa Vista -, e os ônibus puxados a cavalo, os “ônibus a muar” a partir de 1841, também de iniciativa inglesa. De resto, o deslocamento se dava de maneira individualizada a pé, em redes, cadeiras, cavalos e seges (carroças). Após três séculos de ênfase nos transportes aquáticos, iniciava-se a exploração do deslocamento terrestre de forma coletiva - o que não se deu sem a resistência dos carroceiros, que realizavam esse serviço até então, principalmente no âmbito do transporte de cargas para o porto.

A Trilhos Urbanos do Recife opera inicialmente sem concorrência significativa, exceto pela Trilhos Urbanos de Olinda, de investidores locais, que entra em operação em 1870 fazendo o percurso de Recife a Olinda, não operado pela concorrente. Já em 1871 surgem os chamados bondes de burro, com tração animal, estes operados pela *Pernambuco Street Railway* (Ferro Carril de Pernambuco), empresa com sede em Nova Iorque. A nova iniciativa percorre trechos semelhantes à *Brazilian Railway*, instalando trilhos próprios e

¹⁵ Entre esses profissionais estava o engenheiro francês Louis-Léger Vauthier, responsável por obras importantes como o Palácio do Governo, Teatro de Santa Isabel, a ponte pênsil de Caxangá

causando protestos dos proprietários e funcionários da pioneira. As ruas da Imperatriz e Nova fizeram parte desse circuito desde o início. Sette descreve:

Rua Nova. Ano de 1902. Movimento das 4 para as 5 horas da tarde. Regresso do trabalho. Fechamento de armazéns, repartições públicas, escritórios, últimas compras vespertinas das môças. (...)

Os bondes, caminho dos subúrbios, passam. Surdindo do engasgo da estreitíssima Rua do Cabugá dobram vagorosamente o oitão da Matriz de Santo Antônio e sobem a Rua Nova, atendendo a um e outro passageiro que deseja subir ou descer. Param a um simples aceno de chapéu-de-sol ou a um agudo psiu. E retomam a marcha num desapertar brusco de breque e num estalar rápido de chicote. (SETTE, 1958, p. 62)

Os bondes de burros com o tempo passam a desgostar os cidadãos, ansiosos de um transporte que condiga com o status da cidade e em 1914 é instalado, com atraso em relação a outras capitais (Rio de Janeiro, Salvador, Manaus e São Paulo), o bonde elétrico, dessa vez operado pela empresa inglesa *Pernambuco Tramways*, fundada em 1913 e que prestava, além desse, os serviços de distribuição elétrica, iluminação pública, gás e telefone.

Contemporâneas ao início da circulação dos bondes elétricos são as grandes reformas urbanas empreendidas no bairro do Recife e de Santo Antônio, com a reforma do porto iniciada em 1909 (PEDROSA, 2021). São marcas dessa época a demolição da Igreja do Corpo Santo, no bairro do Recife, de diversos becos e sobrados, a abertura da av. Rio Branco e o alargamento de vias diversas, com inspiração no projeto da reforma de Paris de Haussman. O bonde passa a operar nas linhas existentes e as expande, funcionando até a década de 50 (PEDROSA, 2021).



Figura 08. Rua da Imperatriz em 1944, com os trilhos de bonde e passagem de automóveis. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Foto: José César Rigueira.



Figura 09. Início da pavimentação da Rua da Imperatriz, em 1957, realizada sobre os antigos paralelepípedos. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Foto: Severino Fragoso.



Figura 10. Desfile da tropa na Rua da Imperatriz, e bondes elétricos. Sem data. Fonte: Museu da Cidade do Recife

Paralelamente a esse movimento, também pouco a pouco os automóveis particulares vão ganhando espaço e se popularizando, acentuando as mudanças na percepção de distâncias, permitindo moradas mais distantes da “cidade” - que vai passando a ser “centro”, e provocando também mudanças significativas no desenho urbano, no planejamento viário e na agenda do Poder Público, levantando discussões e reflexões dos profissionais relacionados.

Em contrapartida à ascensão da influência do transporte particular, algumas iniciativas são realizadas buscando devolver importância e prestígio ao transporte público e à locomoção à pé na cidade. Na década de 70, o arquiteto e urbanista curitibano Jaime Lerner, que viria a tornar-se depois prefeito de Curitiba (1979-83 e 1989-92), desenvolveu projetos em diversas capitais, entre elas Recife, onde promoveu a pedestrianização da Rua Nova e da Rua da Imperatriz, até então significativos eixos viários, calçando-as em mosaicos de pedra portuguesa (figuras 11 e 12).



Figura 11. Rua Nova pedestrianizada na década de 70, com os mosaicos em pedra portuguesa. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal do Recife. Retirado do artigo “A Memória das Pedras”, no site Vitruvius



Figura 12. Rua da Imperatriz em 1983, com o piso de pedras portuguesas. Fonte: Acervo do Museu da Cidade. Foto: Narciso Lins

1.4 O apagamento

Do último quarto do século XX até a atualidade, o movimento que havia dado vida ao centro do Recife - e de outras grandes cidades brasileiras - dispersou-se gradativamente. Em consonância com essa evasão, a rua da Imperatriz foi perdendo clientes, passantes, pontos comerciais e prestígio. Antigas lojas e boutiques fecharam e deram lugar a lojas mais populares. A vida social, cultural e política do Recife, fragmentada, se descentralizou em outros polos, seja no âmbito educacional, com a instalação da Universidade Federal de Pernambuco na Várzea (da qual somente o curso de Direito continuou na Boa Vista), seja no comercial, com os *shopping centers* construídos na zona sul da cidade, com os automóveis e transportes motorizados que eliminaram grande parte da necessidade de se morar próximo ao trabalho e de reunir muitas funções em um só lugar.

Não foi de todo, nem de imediato, que o centro perdeu sua função comercial: houve, inicialmente, mudança de público - das classes médias e altas passa a ser das classes médias e baixas -, sendo o baque “definitivo” (até o momento) a crise sanitária provocada pela

pandemia de coronavírus (2020-2022), que limitou a circulação e a aglomeração de pessoas, afetando a continuidade do comércio varejista¹⁶ que dependia da circulação nas ruas e que vendia itens considerados não-essenciais durante a pandemia, como o comércio de tecidos, vestuários, calçados, móveis e eletrodomésticos - itens predominantes no comércio que restou no centro -, além de peças para automóveis e veículos, em contraponto à atividade de supermercados e farmácias, consideradas essenciais, e que se mantiveram sem prejuízos.

É importante notar como o enfraquecimento do comércio nessa área e a evasão habitacional das classes mais abastadas significou a decadência da área como um todo, por falta de políticas públicas que garantissem a permanência de população no local, a manutenção de seus equipamentos culturais¹⁷, e que incentivassem a manutenção e utilização de seu estoque edificado por outros públicos - como com o uso habitacional de interesse social. Assim como o comércio, firmas, salas comerciais e consultórios médicos foram transferidos para outros polos, como as torres empresariais da Ilha do Leite¹⁸, construídas à beira da Av. Agamenon Magalhães, que é o principal eixo de conexão do centro e zona norte com a zona sul da cidade, bem como empresariais diversos pulverizados pela própria zona sul, e, mais recentemente, as torres empresariais do *shopping* RioMar.

Se, por muito tempo, ao menos os pavimentos térreos da Rua da Imperatriz permaneceram ativos, atualmente, a rua enfrenta outra crise, com a maioria de seus imóveis não apenas subutilizados, como permaneceram nas últimas três décadas, mas totalmente vagos, e notícias alardeiam o esvaziamento da rua, como a reportagem de Katarina Moraes para o Jornal do Comércio, em maio deste ano, na seção “Urbanismo”¹⁹ (figura 13).

¹⁶ Comércio perdeu mais de 50 mil empresas desde a pandemia, diz IBGE. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/08/04/comrcio-perdeu-mais-de-50-mil-empresas-desde-a-pandemia-diz-ibge.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página.

¹⁷ Destacam-se como exceções o Cinema São Luiz e o Teatro do Parque. O Cinema São Luiz, situado na esquina da Rua da Aurora com a Conde da Boa Vista, e anteriormente pertencente ao Grupo Severiano Ribeiro, após fechar as portas em 2007, foi tombado e reaberto sob administração da FUNDARPE, desde 2008. Já o Teatro do Parque foi interditado em 2010 por problemas estruturais e restaurado entre 2014 e 2020 com recursos municipais e federais, sendo tombado pela FUNDARPE em 2022

¹⁸ A Ilha do Leite já vinha se configurando como polo médico do Recife desde a década de 70, devido ao interesse de médicos em instalarem suas clínicas nas proximidades do Hospital Pedro II, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (até então localizada no centro) e do IMIP (WASHINGTON, 2010)

¹⁹ “Esvaziada, Rua da Imperatriz, no Centro, pede socorro à Prefeitura do Recife”. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2023/05/15439959-esvaziada-rua-da-imperatriz-no-centro-pede-socorro-a-prefeitura-do-recife.html>



Figura 13. Manchete de publicação online de 11 maio de 2023, Jornal do Commercio.

A publicação informa que, das 79 lojas existentes na rua, 43 encontram-se fechadas, e que 30 proprietários de edifícios localizados no logradouro organizaram-se, pedindo à Prefeitura a inclusão deste no programa para revitalização do Centro (Recentro), “(...) porque ele concede incentivos fiscais para construção ou recuperação de edifícios, mas somente nos bairros do Recife, São José e Santo Antônio”, esclarece a reportagem. Outros pontos, como desgaste das fachadas, valor do IPTU, e a insegurança decorrente do esvaziamento também foram trazidos pela jornalista e entrevistados - entre eles o dono da tradicional Padaria Imperatriz. A recente vacância dos pontos destinados ao comércio foi também averiguada nas pesquisas do Grupo de Estudos sobre o mercado fundiário e imobiliário/Gemfi da UFPE (NETO, 2022), a partir do significativo aumento das ofertas de aluguel de pontos comerciais entre 2020 e 2021, em comparação aos anos entre 2016 e 2019: de 7 ofertas encontradas nos anos anteriores para 26 ofertas encontradas no último levantamento.

A coleta de dados do grupo também evidencia que o comércio da Imperatriz não apresenta dinâmica locacional, como visto em outras ruas do centro, como a Manoel Borba, com predominância de óticas²⁰, ou as ruas do Aragão, Rosário da Boa Vista e Conceição, onde a especialidade é a movelaria: “(...) segundo a aludida autora (COSTA), em 1999, das 80 lojas da rua Imperatriz 40% apresentavam-se distribuídas em ramos de vestuário, 37,5% em de artigos diversos (discos, papelaria, tecido etc.) e 22,5% em alimentação e serviços.” (NETO, 2022). Essa falta de especialização pode ser uma força pela diversidade que oferece, ou uma fraqueza, quando não há outras forças que coadunem com o comércio e atraia para a

²⁰ É o caso também da Rua Martins Júnior, para qual dão os fundos do lote do nº 202 da Rua da Imperatriz, o Edifício Coelho

área. Para Alves (2019, p. 175), a atual redução do uso comercial na rua “e o consequente abrandamento da dinâmica muito movimentada da área” pode ser encarado como uma oportunidade para outros agentes, com a possível melhora “da condição de habitabilidade dos imóveis da região”.

Fechando o histórico das mudanças do século passado, nos anos 2000, a municipalidade, em convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas e com a Associação Brasileira de Cimentos Portland, numa iniciativa de requalificação de ruas comerciais²¹, realizou a troca do calçamento do trecho Rua Imperatriz - Rua Nova (e da Praça da Independência e rua Duque de Caxias), retirando os mosaicos em pedra portuguesa do projeto de Jaime Lerner na década de 70, e substituindo-os pelo piso intertravado em concreto colorido (vermelho, preto e amarelo) (figura 15). A iniciativa, de cunho apenas estético e alegando a maior resistência do novo material, deixou de fora, no entanto, o embutimento da fiação elétrica, que atualmente se encontra distribuída em postes situados próximos de janelas e sacadas, ou fixada nas próprias fachadas dos edifícios (figura 14).

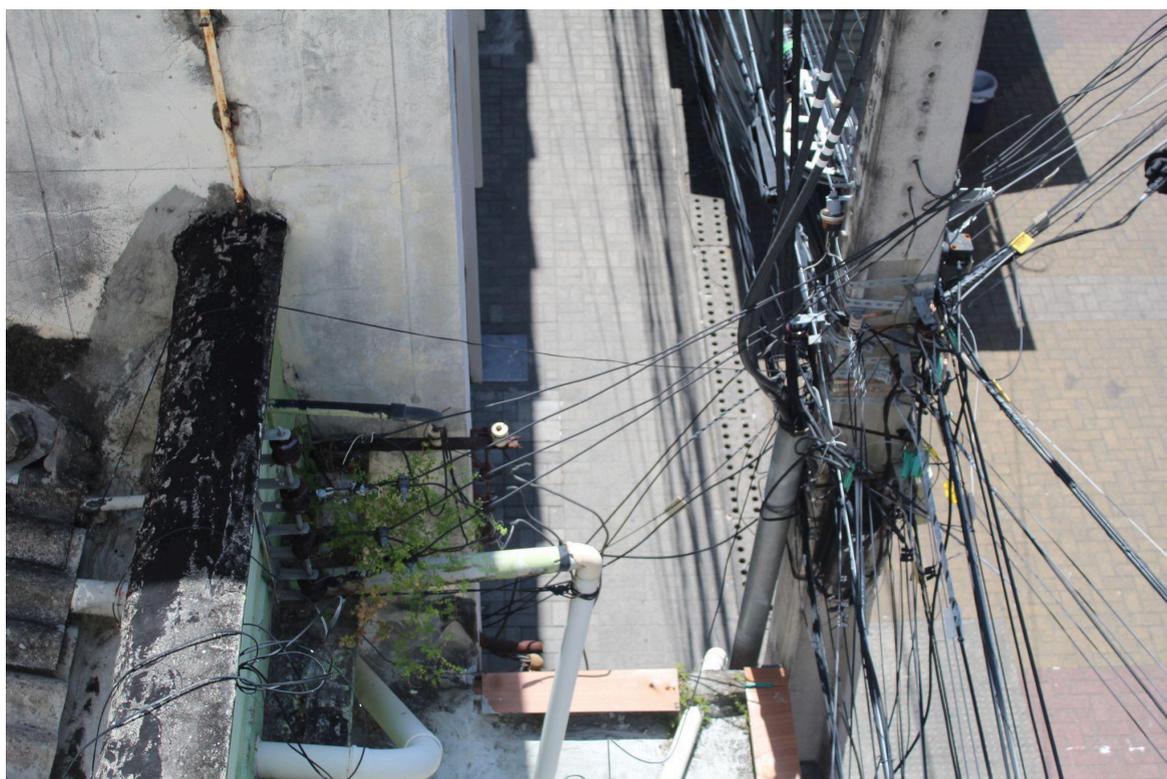


Figura 14. Detalhe de vista da sacada do Edifício Coelho para o imóvel térreo vizinho. Poste de distribuição com fixação na fachada

²¹ “Requalificação de ruas comerciais”. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/requalificacao.html>

Dessa forma, uma área central e dotada de infraestrutura urbana consolidada encontra-se atualmente à espera de uma intervenção planejada e de cunho mais global do que as realizadas até então, que a reabilite integralmente para uma nova fase no presente, levando em consideração o valor histórico-cultural de suas edificações, bem como a integração da atuação nestas com o planejamento urbano e políticas fiscais.



Figura 15. Rua da Imperatriz nas proximidades do Edifício Coelho. Ao fundo, o bairro de Santo Antônio. Fonte: Gabriela Souto Maior, 2021

2. Habitação nas áreas centrais e o caso do Recife

Somos anfíbios
sobrevivemos igualmente na casa e na rua
respiramos na casa e respiramos na rua
entramos em casa com os pulmões cheios de ar da rua
e devolvemos depois à rua um punhado do ar da casa
em casa trocamos de pele para sair à rua
levamos coisas como quem parte em uma excursão
adendos, próteses, maquiagem, enfeites
saímos para a casa para fora da rua, dobramos as ruas
para dentro da casa - o lado de fora do lado de fora -
e não nos cega a luz súbita da rua, nossos olhos
se adaptam, somos anfíbios,
atravessamos sempre a rua como quem foge de casa
no entanto saímos de casa como se fosse seguro
que a ela voltássemos
e voltamos, quase sempre, cheios de fuligem e árvores
e arranha-céus e medo
carregamos o tijolo das paisagens dormimos
sobre o cimento dos anos
entramos em casa como num lago quieto e fundo
saímos à rua como se entrássemos num rio
que sempre muda, transitamos por ambos os meios,
ambas as vidas, acreditamos encontrar a casa em casa
e a rua na rua, como se entre a casa e a rua houvesse
uma língua comum, ou como se fôssemos bilíngues,
levamos à rua palavras da casa
guardamos em casa palavras da rua, parece simples,
fazemos isso todos os dias, somos anfíbios,
às vezes respirar
é difícil

Ana Martins Marques

Se é verdade que o progressivo esvaziamento e consequente degradação do centro do Recife em fins do século XX teve como motores principais a descentralização de comércio e serviços e a evasão habitacional das classes mais abastadas dessa área, provocadas por fatores políticos, econômicos, culturais e sociais intrincados, e relacionados ao processo de metropolização da cidade, também o é que esse movimento não teve início nesse período. Outras pesquisas apontam como já as primeiras políticas públicas de regulação do uso do solo na capital pernambucana desestimularam o uso habitacional no centro, assim como em sobrados, o que foi, para Reynaldo (1998), o início da “separação na relação entre as tipologias edilícias e os usos nelas desenvolvidos” (REYNALDO apud MENEZES, 2015, p. 96). Tomando como exemplo o primeiro Regulamento de Construções de 1919 (Lei nº 1.051/1919):

Foram definidos quatro perímetros concêntricos diferenciados em relação à ocupação do solo: **principal, urbano, suburbano e rural. O perímetro principal correspondia ao território central**, delimitado pelas duas radiais da reforma urbana do Bairro do Recife, abarcando os bairros do Recife, Santo Antônio e **parte da Boa Vista**. A outra parte da Boa Vista e São José correspondiam a **áreas predominantemente residenciais, localizadas no perímetro urbano**, que era o lugar privilegiado do uso habitacional, majoritariamente **excluído da zona principal**. De acordo com o Regulamento, **a tipologia do sobrado estava restrita ao uso comercial e terciário** e a moradia isolada, atendendo a requisitos de ventilação e iluminação, era a tipologia das áreas urbana, suburbana e rural. (MENEZES, 2015, p. 96, grifo meu).

Após esse inicial, outros regulamentos se sucederam, até o Código de Urbanismo e Obras de 1961, encerrando um “ciclo de normativas” que

Para Reynaldo (1998), (...) paulatinamente caracterizou a zona central e a diferenciou do resto da cidade, notadamente no que diz respeito à especialização funcional de comércio e serviços, **com exclusão do uso habitacional**, o qual perdeu a associação com os padrões tipológicos do centro e a possibilidade de compartilhamento da edificação com outros usos. (MENEZES, 2015, p. 98, grifo meu)

Assim, a setorização da área central do Recife como de comércio e serviços e a desconsideração do uso habitacional pode ser considerada um dos fatores que fragilizou sua ocupação diante da expansão da cidade, juntamente com a construção de um imaginário onde as edificações de tipologia colonial - abundantes nessa área - não seriam próprias para

habitação, que, pelos novos padrões de salubridade e higiene²², se caracterizariam pelas edificações soltas no lote a serem construídas nas áreas “suburbanas” - imaginário de nobreza que posteriormente foi direcionado para os edifícios de apartamento multifamiliares, incluindo a demanda de vagas de estacionamento garantidas para cada unidade familiar, adequação que não era possível no centro histórico, e, mais adiante, com a saturação da construção nas áreas consideradas nobres da cidade, para os condomínios fechados de casas, afastados das áreas de maior densidade urbana.

Apesar da falta de incentivo institucional, a habitação nas áreas centrais do Recife nunca chegou a desaparecer totalmente. Na Boa Vista, sobrevive seja nos edifícios modernistas de uso misto projetados na Av. Conde da Boa Vista após seu alargamento no fim da década de 40 - e no encontro desta com a Rua da Aurora -, além de exemplares em ruas próximas (Sete de Setembro, Rua do Hospício, Rua do Riachuelo, Gervásio Pires), seja em ruas que ficaram mais afastadas do fluxo viário principal, como a Rua Velha, que após a substituição da primitiva ponte da Boa Vista, ficou sem conexão com a ilha de Santo Antônio por mais de um século (como visto no primeiro capítulo), num isolamento que, para Bernardino (2011) pode ter sido o responsável pela continuidade do uso habitacional na área, pela falta de atratividade para o uso comercial (apud Alves, 2018), e contribuído para a preservação de seu casario, de maioria térrea. Em todos esses casos, predomina uma população de rendas baixa e média.

Para Lacerda e Bernardino (2020), atualmente, a habitação no Centro Histórico do Recife²³ encontra-se dividida em dois modelos de mercado: o mercado de aluguel nas áreas consideradas “de conservação”, onde incide legislação urbanística preservacionista mais rigorosa em relação a fatores como potencial de uso do solo, gabarito, afastamentos, e alterações significativas nos imóveis (principalmente nas fachadas)²⁴, e o mercado de compra e venda de novas unidades nas áreas de entorno, onde a legislação urbanística permite remembramentos dos lotes e coeficientes mais elevados de utilização do solo. Esses mercados atuam de forma paralela principalmente nos bairros da Boa Vista, Soledade, e São

²² As normativas higienistas também regulavam tecnologias construtivas, proibindo, nas então zonas principal e urbana “construção ou reformas de edificações consideradas rústicas – casas de taipa, mocambos e outras construções similares –, que poderiam ser admitidas nas zonas mais distantes do centro, desde que fora dos logradouros servidos por bondes ou com pavimentação moderna” (MENEZES, 2015)

²³ Os contornos do Centro Histórico do Recife não são institucionalmente definidos, mas as autoras consideram na sua análise os “bairros do Recife, Santo Antônio e partes dos de São José, Boa Vista e Soledade”. E entorno, as áreas desses bairros onde não incide diretamente nenhuma legislação de proteção ao patrimônio, mesmo quando imediatamente adjacentes às primeiras.

²⁴ A maioria da legislação urbanística atualmente vigente para essas áreas foi criada na década de 90, com a instituição a nível municipal das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH)

José, enquanto nos bairros do Recife e de Santo Antônio atuam outras dinâmicas de ocupação e revalorização do estoque construído, com incentivo à instalação de empresas, em uma forma contemporânea de setorização dessas áreas por uso. No bairro do Recife, atuam especificamente empresas de tecnologia da comunicação e informação (TIC) através do Projeto Porto Digital, e no bairro de Santo Antônio, o setor privado educacional de ensinos técnico e superior, instalados principalmente nos edifícios verticalizados da Av. Guararapes.

Uma das distinções significativas entre esses dois mercados, dentre as apresentadas pelas autoras, é no que tange às políticas públicas específicas para cada caso, onde as políticas de incentivo à manutenção do uso habitacional no centro histórico são praticamente inexistentes, enquanto existem políticas públicas de incentivo à produção e à comercialização de novas unidades habitacionais no entorno. Varia também entre esses dois modelos o perfil de renda dos habitantes/consumidores em relação às duas áreas (os habitantes do CHR com médio e baixo poder aquisitivo, e habitantes do entorno com médio e alto poder aquisitivo), e o grau de organização dos ofertantes (agentes imobiliários), medido pela sua capacidade de articulação e adaptação à situação existente, no que para as autoras conforma uma situação de passividade por parte dos agentes do mercado de aluguel²⁵, com baixo interesse na reabilitação dos imóveis por conta própria, levando assim à progressiva degradação de seus bens.

No exemplo atual dos bairros do Recife e Santo Antônio, vemos duas iniciativas que incentivam a reabilitação e ocupação do estoque construído, mas sem variedade de usos e sem medidas que garantam a diversidade de classes sociais, pontos considerados cruciais para a sustentabilidade das iniciativas de reabilitação já nas primeiras críticas ao planejamento urbano modernista - modelo de planejamento que também reforçou os valores da segregação espacial de usos. Essas críticas e a consciência da necessidade de uma nova abordagem da problemática urbana tiveram como marco emblemático a publicação “Morte e Vida das Grandes Cidades” (1961) da estadunidense Jane Jacobs, seguidas de uma série de debates que refletiriam em novas práticas e enunciados, marcados em cartas patrimoniais subsequentes.

Tem-se então, uma bifurcação no direcionamento das iniciativas de requalificação de uma cidade, ou área histórica, e quais os meios e objetivos para realizá-la. De um lado, a visão da requalificação e revalorização de espaços como um modo de atrair investimentos do capital privado para as áreas de intervenção, tendo como finalidade o aumento do fluxo do turismo, que seria uma garantia de retorno financeiro para a cidade em contrapartida ao

²⁵ Onde está inserida a Rua da Imperatriz.

investimento aportado nas obras de restauro e outras ações integradas. De outro, uma visão da requalificação e revalorização de espaços como uma maneira de garantir a permanência de traços materiais importantes para a identidade coletiva de um lugar, e que, como ação movida em grande parte por fundos públicos, deve beneficiar a maior variedade possível de parcelas da população, incluindo diferentes faixas de renda, e onde o afluxo do turismo não é o objetivo primeiro.

Nas Normas de Quito (1967), redigidas durante reunião da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.) “sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico”, aparece a visão dos bens de interesse histórico e artístico como “recursos monumentais”, reforçando a ideia de aproveitamento desses bens como um meio para a obtenção de algo, e não como fins em si mesmos. No tópico V, de Valorização Econômica dos Monumentos:

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles.

(Normas de Quito, 1967)

Embora não se negue a importância da inclusão das medidas de “preservação e adequada utilização” do patrimônio cultural nos planos de desenvolvimento (e de planejamento urbano), a ênfase no argumento de que esses bens podem ser rentáveis para a nação pode acabar por fragilizar o reconhecimento da importância desses em outras esferas, subordinando outros valores ao valor econômico (o mesmo risco estende-se ao caso do patrimônio natural, citado como exemplo nas Normas).

De outro lado, a Declaração de Amsterdã (1975), redigida durante o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, e tomando como base a experiência de Bolonha²⁶ (MENEZES, 2015), “enunciou pela primeira vez os princípios da conservação integrada”. No seu item *f*) é enunciada a recomendação de que se mantenha a eventual população residente, e de que não se limite o público potencialmente beneficiário das melhorias em “bairros antigos”:

²⁶ A reabilitação do centro histórico de Bolonha (Itália) na década de 70 “teve como norte a noção de que a ‘reconquista social da cidade’ seria impulsionada pela conservação patrimonial, sem expulsão da população residente e com inserção de novas atividades econômicas (COMPANS, 2004)” (MENEZES, 2015)

f) A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.

E mais adiante:

A significação do patrimônio arquitetônico e a legitimidade de sua conservação são atualmente melhor compreendidas. Sabe-se que a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para manutenção ou a criação de um modo de vida que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mutações brutais da sociedade: **um novo urbanismo procura reencontrar os espaços fechados, a escala humana, a interpenetração das funções e a diversidade sócio-cultural que caracterizam os tecidos urbanos antigos.** (Grifo meu)

Ou seja, estamos tratando também de uma questão de escala, de uma intervenção que leve em conta não só os grandes traçados e eixos, mas os espaços fechados, o abrigo da rua, a “interpenetração das funções e a diversidade sócio-cultural” que dão as cores tão características desses espaços e cujas nuances só são muitas vezes captadas a nível do pedestre, do transeunte que se expõe o suficiente para sentir as variações de temperatura, os sons dos vendedores, para reparar nas portas que dão acessos aos pavimentos superiores ao lado das lojas e que ficam como um mistério ao público da rua, numa superposição de dimensões que acaba por enriquecer a experiência da cidade, ao invés de um plano chapado onde tudo é previsível, organizado segundo uma “lógica de fluxos”, e dito de antemão.

A possibilidade dessa variedade de estímulos é decorrente de um modo de construir e de fazer cidades que não existe mais hoje, e daí a importância redobrada de saber reconhecer esses valores e a singularidade que esse tecido remanescente oferece, ao invés de cair na armadilha de tentar racionalizá-lo ou moldá-lo a uma lógica contemporânea, como tentaram o urbanismo higienista e o moderno: “Os urbanistas devem reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhe são próprias” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 4). Do mesmo modo, preconiza o equilíbrio entre o valor cultural das construções e seu “valor de utilização” (ou sua função social):

o esforço de conservação deve ser calculado não somente sobre o valor cultural das construções, mas também pelo seu valor de utilização. Os problemas sociais da conservação integrada só podem ser resolvidos através de uma referência combinada a essas duas escalas de valores (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 6)

Assim como sublinha que “uma política de conservação implica também a integração do patrimônio na vida social” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 6) e a necessidade de intervenção estatal para que a valorização decorrente das obras de restauro realizadas não acabe por elevar o preço dos aluguéis e impedir as camadas com rendas menores de acessar as unidades habitacionais oferecidas.

No contexto nacional, em 1987, durante o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, foi redigida a Carta de Petrópolis, publicada em 1995 no Caderno de Documentos nº 3 - “Cartas Patrimoniais” do IPHAN²⁷. Em consonância com os princípios da conservação integrada, a carta reconhece “todo espaço edificado” como “resultado de um processo de produção social” e aponta o “objetivo último da preservação” como sendo a “manutenção de (...) quadros e referenciais (...) para a consolidação e expressão da cidadania”. Do mesmo modo, ressalta a característica heterogênea e mistura de usos dos tecidos urbanos que testemunham o “fazer cultural da cidade” - que classifica como Sítios Históricos Urbanos -, e reconhece a moradia como “função primordial do espaço edificado”:

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU [sítio histórico urbano], a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos do trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com sua a ambiência. (Carta de Petrópolis, p. 1)

Após quase meio século do enunciado da Declaração de Amsterdã, a implementação de seus princípios segue sendo um desafio, principalmente no que tange ao estabelecimento de uma política de conservação com integração entre as esferas nacional, estadual e municipal. No Brasil, houve pelo menos quatro iniciativas em que se buscou - embora nem todas tenham chegado ao nível de execução -, o incremento, a permanência, ou reinserção do uso habitacional em áreas centrais de valor patrimonial²⁸. São essas: o processo de

²⁷ Todas as cartas citadas encontram-se disponíveis no portal virtual do IPHAN: <<<http://portal.iphan.gov.br/>>>

²⁸ Registra-se também, apesar de não ser uma área central como estamos considerando no âmbito deste trabalho, a experiência do Projeto Piloto Olinda (PPO) na década de 80, no âmbito do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRNH), e que teve como base o Compromisso de Salvador, de 1971, firmado em reunião de prefeitos e governadores de áreas históricas, “no qual foi proposta uma articulação com o BNH [Banco Nacional da Habitação] para colaborar no custeio de obras em áreas tombadas” (MENEZES,

revitalização do Centro Histórico de São Luís, iniciado com o Projeto Praia Grande (1979-82), continuado pelo Projeto Reviver (1987-94) - com destaque para o Projeto Piloto de Habitação -, e pelo PRODETUR, durante o qual teve início a execução do Subprograma de Promoção Social e Habitação (1999-2000) (VIEIRA, 2007); a 7ª Etapa de recuperação do Pelourinho (anos 2000), em Salvador; o Rehabitar (anos 2000), em Natal; e o programa Morar no Centro (anos 2000), no Recife.

Dessas iniciativas, duas, a do Pelourinho e a de São Luís, tiveram servidores públicos como público-alvo para as unidades habitacionais, considerando a presença considerável de órgãos públicos e sedes administrativas nas áreas centrais, o que seria coerente com a questão do deslocamento casa-trabalho. Em São Luís, capital em que a área central encontrava-se com seu estoque edilício bastante esvaziado, isso se deu com o Subprograma de Promoção Social e Habitação do PRODETUR, entre 1999 e 2000, e foi considerado melhor sucedido do que a iniciativa anterior na cidade, com o Projeto Piloto de Habitação, em 1993. Na iniciativa anterior, “foi adaptado um prédio para abrigar dez famílias de moradores de uma outra edificação no centro histórico, que havia sido restaurada pra outro fim que não habitação” (VIEIRA, 2007):

Para o engenheiro entrevistado, funcionário do Governo Estadual e responsável pelo subprograma de Promoção Social e Habitação, o principal motivo para o insucesso do projeto piloto deve-se ao fato de que os moradores eram de muito baixo nível de educação e renda e, principalmente, não tinham nenhuma relação com o centro histórico. Estavam ali por acaso, porque tinha sido o lugar mais fácil de invadir um prédio. O engenheiro discute a questão de quem é o verdadeiro morador do centro histórico que, na sua opinião, “*é aquele que sabe dar o valor para a área, (pode ser de baixíssima ou de altíssima renda) gosta da área e quer que a área se desenvolva.*” (VIEIRA, 2007, p. 262)

No caso da 7ª etapa de recuperação do Pelourinho, através do Programa Monumenta, a área encontrava-se bastante povoada no momento da intervenção, que significaria não apenas reinserção, mas substituição da população residente pelos servidores públicos estaduais. As famílias cadastradas (ao todo 1.674), seriam “indenizadas ou relocadas para Coutos – um bairro distante do CHS” (MENEZES, 2015), o que provocou resistência e, após ação do Ministério Público Estadual, levou a uma reformulação do programa, que passou a incluir 103 das famílias residentes.

2015). Nesse projeto, era disponibilizado subsídio aos proprietários que quisessem recuperar seus imóveis, em função de sua renda e da intervenção necessária (GUSMÃO apud MENEZES, 2015).

Em Natal, o Rehabitar (2001) tinha como foco a estimulação do uso habitacional na área central da cidade (Ribeira e Cidade Alta). Fruto de um convênio entre a Prefeitura do Natal, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Programa Cidade Brasil da Embaixada da França, o programa se desenvolvia em seis vertentes que podiam ser resumidas em duas frentes: Operações Imobiliárias e Intervenções Urbanas. Além de estudo do uso do solo e diagnóstico socioeconômico dos bairros, houve definição de um Perímetro de Reabilitação Integrada, com um cadastro detalhado dos imóveis e seu estado de conservação, além da seleção de imóveis para estudos de viabilidade para recuperação e adaptação ao uso misto, chegando-se à etapa de projeto. Os imóveis seriam adquiridos pelo poder municipal para a realização das intervenções, mas, por questões de negociação ou de trâmites burocráticos, nenhuma das vendas ao poder municipal se concretizou (pelo menos até publicação do programa, 2008). No caso do Edifício Bila, o “representante legal de seu proprietário optou pela venda a um agente privado”, que de qualquer forma teve acesso ao dossiê realizado pelo poder municipal e manteve a proposta de uso misto, “embora um novo projeto arquitetônico tenha sido elaborado por um escritório privado” (NATAL, 2008a, p. 48).

O programa Morar no Centro, no Recife, tinha como objetivo “incentivar a moradia como forma de promover um melhor aproveitamento da infraestrutura instalada no centro da cidade” (BERNARDINO, 2011, p. 111) e foi uma parceria entre a URB - Prefeitura do Recife e o Programa de Requalificação de Áreas Centrais da CEF. Como em Natal, foi estabelecido um Perímetro de Reabilitação Integrada, e selecionados 60 imóveis para estudos de viabilidade de adaptação ao uso habitacional multifamiliar (Bernardino, 2011) e de desapropriação ou cessão. Desses, em apenas um edifício chegou a ser realizada a intervenção, através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da CEF: o edifício São José, no bairro homônimo, que foi plenamente ocupado por segmento da classe média (Bernardino, 2011).

Além das questões práticas a serem levadas em conta ao pensar-se em políticas públicas para o uso habitacional em áreas centrais de valor patrimonial, como faixas de renda a serem contempladas, distância casa-trabalho, situação do estoque construído e edificações a serem reabilitadas, deve-se levar em conta paralelamente a questão do pertencimento: o tipo de vínculo que a população residente ou a ser “transferida” para a área possui com aquele lugar. As experiências do Pelourinho e de São Luís reforçam que as chances de sucesso são maiores quando a população contemplada “gosta da área e quer que a área se desenvolva”, nas palavras do engenheiro responsável pelo subprograma de habitação em São Luís, ou, em

outras palavras, quando a população tem uma ligação afetiva com a área, que pode ter raízes diversas, e, vendo valores na área, é capaz de estabelecer relação com o lugar onde mora além do uso utilitário, meramente “objetivo” da habitação: o uso desprovido de sentido que é, para Heidegger (1951), a “*crise propriamente dita do habitar*”.

Assim, se é verdade que a Rua da Imperatriz tem como força estruturante os usos comercial e de serviço, tendo perdido em grande parte, há pelo menos meio século, o uso habitacional dos pavimentos superiores, ela não deixou de ser capaz de despertar sentimentos de familiaridade, intimidade e pertencimento na população recifense, marcando o imaginário de gerações inteiras e sendo parte constituinte da identidade da cidade. O momento é propício para a atualização de uma política que leve em conta o papel da habitação na preservação dos centros históricos e de seu estoque construído, bem como a “polifuncionalidade” e os vínculos que parcela significativa da população ainda possui com a área. A tipologia predominante da rua, de sobrados com até três pavimentos²⁹ favorece o uso misto e a possibilidade de adaptação dos pavimentos superiores para habitação, o que - e nesse ponto não pode-se deixar de lado as diretrizes de Saturnino de Brito - não deixa de ser um desafio nos quesitos de iluminação e ventilação adequadas aos ambientes, principalmente considerando um bom aproveitamento do espaço disponível, maior ainda nos casos de alocação de mais de uma unidade familiar por pavimento.

²⁹ Há algumas edificações na rua com mais pavimentos, sendo o máximo de 9, que, por possuírem pé-direito mais baixo e seguirem os parâmetros construtivos da área (como ausência de afastamento frontal) integram-se à volumetria da rua sem maiores impactos

3. Edifício Coelho: uma oportunidade de reflexão projetual sobre o tema

3.1 Adentrando o edifício

Ela às vezes se sente uma espiã
alguém que demorou demasiado a chegar
ou que chegou cedo demais
e no entanto a deixam entrar
como se a casa fosse sua
como se ela fosse a única visitante
de um pequeno museu
(...)

Ana Martins Marques

O Edifício Coelho ocupa o número 202 da Rua da Imperatriz, e o antigo número 198, que lhe foi anexado, e chama atenção dos passantes pela literalidade da escultura de um coelho branco que se encontra no alto de sua fachada (figura 16). Em seu térreo funcionou, de 1888 a 1976, a Loja Coelho, de comerciantes portugueses de família de mesmo nome, que comercializava produtos de fazenda fina. Inicialmente sob direção de Domingos Coelho, com seu falecimento na década de 40, o negócio foi assumido por Camilo Coelho, sobrinho e único herdeiro desse, que havia se mudado de Portugal para o Recife anos antes a seu convite, para tomar parte nos negócios da família. Camilo e família moraram por alguns anos no apartamento do edifício, tendo se mudado posteriormente para residência no bairro do Espinheiro e deixando o apartamento vacante para aluguel. Quando este se mudou definitivamente do Recife, em 1976, a Loja Coelho foi fechada e substituída pelo Palácio das Rendas, também loja de tecidos, com administração do também português e amigo da família Coelho, Luís Lopes.



Figura 16. Detalhe da página 12 do Guia Comum do Centro do Recife (2015), projeto de Bruna Rafaella Ferrer, na categoria “Lugares para levantar o olhar”

Apesar da história que remonta ao século XIX, foi no século XX que o edifício adquiriu as suas feições atuais, quando passou a ter três pavimentos e a abrigar, além da loja em seu térreo, salas comerciais em seu primeiro pavimento e o apartamento da família Coelho em seu segundo pavimento³⁰. Nos relatos de reminiscências da família Coelho, consta que o prédio é “assim” desde a década de 30 (década de mudança de Camilo Coelho para o Recife). Do mesmo modo, há registro de planta semelhante à atual datada de 1938 da Seção de Esgotos da antiga Diretoria de Saneamento do Recife (documento apresentado mais adiante).

Após contatar o atual responsável pelo edifício, Nilo Coelho (neto de Camilo Coelho), que não reside em Recife, e marcar com ele uma visita ao local, me vi guiada por escadas, reentrâncias, claros e escuros, portas e grades, dos quais não consegui fazer sentido na hora -

³⁰ O edifício tem três pavimentos, e embora o início da contagem do que seria o “primeiro pavimento” varie de caso a caso, para fins desse trabalho, os pavimentos serão enumerados, em ordem de relação com o nível da rua, de térreo, primeiro e segundo pavimentos.

só através de uma cuidadosa pesquisa fui aos poucos entendendo o objeto do qual estava me aproximando. Logo descobri que não estava lidando apenas com o nº 202 da Rua da Imperatriz, mas também com o nº 47 da Martins Júnior³¹, lote que divide com ele os fundos, e cuja fachada dá para a rua de trás. Mas vamos por partes.

3.1.2 Pesquisa documental

As casas abandonam a si mesmas
fogem de si mesmas
um dia você retorna
e a casa não está lá
está apenas seu molde
casca ou carcaça
sai então à caça
da casa
em viagem
ou fica lá
onde já não está

Ana Martins Marques

Com traços protomodernos em sua fachada, o edifício possui três pavimentos: no térreo, com três aberturas, pode-se acessar as lojas à esquerda ou à direita, com largos acessos, entre as quais se encontra a estreita porta que leva à escada e aos andares superiores. Ao passar por essa porta central, numa reentrância antes do início da escada em granilite, à esquerda, se encontra a venda de seu Biu, relojoeiro que acompanhou décadas de passagem do edifício (figuras 17 e 18).

³¹ Inicialmente o lote da Martins Júnior não estava inserido no escopo do trabalho, mas para fins de coesão com a atual situação de integração entre os imóveis no térreo (total) e primeiro pavimento (parcial), optou-se por inseri-lo na proposta projetual



Figura 17. Fachada térrea do Edifício Coelho, com suas duas lojas e acesso aos pavimentos superiores. Foto da autora, 2021



Figura 18. Escada de lance único entre o térreo e o primeiro pavimento. À direita na foto (à esquerda de quem entra), na cadeira de rodas, seu Biu, relojoeiro, com sua venda. Foto da autora, 2021

Os primeiros registros arquitetônicos encontrados do Edifício Coelho constam nos arquivos³² do levantamento que o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito e equipe realizaram de diversas edificações do centro na primeira metade do século XX, quando este esteve à frente da Comissão de Saneamento do Recife (de 1909 a 1918). Durante esse período foram realizadas uma série de intervenções que buscavam adaptar as construções existentes

³² Notar que o edifício atravessou a mudança de nome da Rua da Imperatriz para Rua Dr. Rosa e Silva (tendo ficado com esse nome de 1895 a 1923), e também sofreu mudanças de número, sendo numerado inicialmente como 56, e só posteriormente ganhando a numeração atual, de 202. Da mesma maneira o seu vizinho de rua, que posteriormente foi incorporado ao seu volume, o lote nº 198, era antes o número 54. E há plantas nesse acervo com a numeração antiga.

aos novos parâmetros de higiene e salubridade, e a construção de banheiros e instalação da parte hidráulica, que aparece em vermelho nos documentos.

Nesses arquivos, constam os levantamentos dos números 202 e 198 da Rua da Imperatriz, em diferentes datas. A mais antiga, datada de 1921, referente ao nº 56 da Rua Dr. Rosa e Silva (atual 202 da Imperatriz) mostra uma edificação térrea completamente diferente da atual, com um pequeno primeiro pavimento (figura 19) mais recuado da fachada, enquanto no corte vemos que a parte de frente da edificação tem cobertura de duas águas com cumeeira paralela à rua, em estilo colonial. Pela planta, a edificação tem dois acessos, pois o lote atravessava a quadra até a Martins Júnior, cobrindo área equivalente ao atual nº 47.

Quanto ao número 198, a planta data de 1923 e está identificada pelo nº 54 da Rua Dr. Rosa e Silva. Esta também mostra o lote com atravessamento de quadra da Imperatriz até a Martins Júnior (figura 20), embora nesse caso, pela localização na planta, o trecho da Martins Júnior não seja o equivalente ao atual nº 47 desta rua.

Quanto aos arquivos do atual nº 47 da Martins Júnior, encontra-se neles uma planta sem data, com edificação igual à representada na parte posterior do nº 54 (figura 20), que já vimos não ter localização equivalente ao nº 47, do que se infere que em algum momento houve mudança nos números também desta rua. Outras plantas, de 1957 (figura 21), estão atualizadas de acordo com o edifício de apartamentos lá construído, cujo projeto de aprovação data de 1952, segundo consulta à DIRCON, e que é o mesmo que se encontra no local atualmente. Nessas plantas, é indicado que trata-se de um terreno desmembrado do nº 202 da Imperatriz.

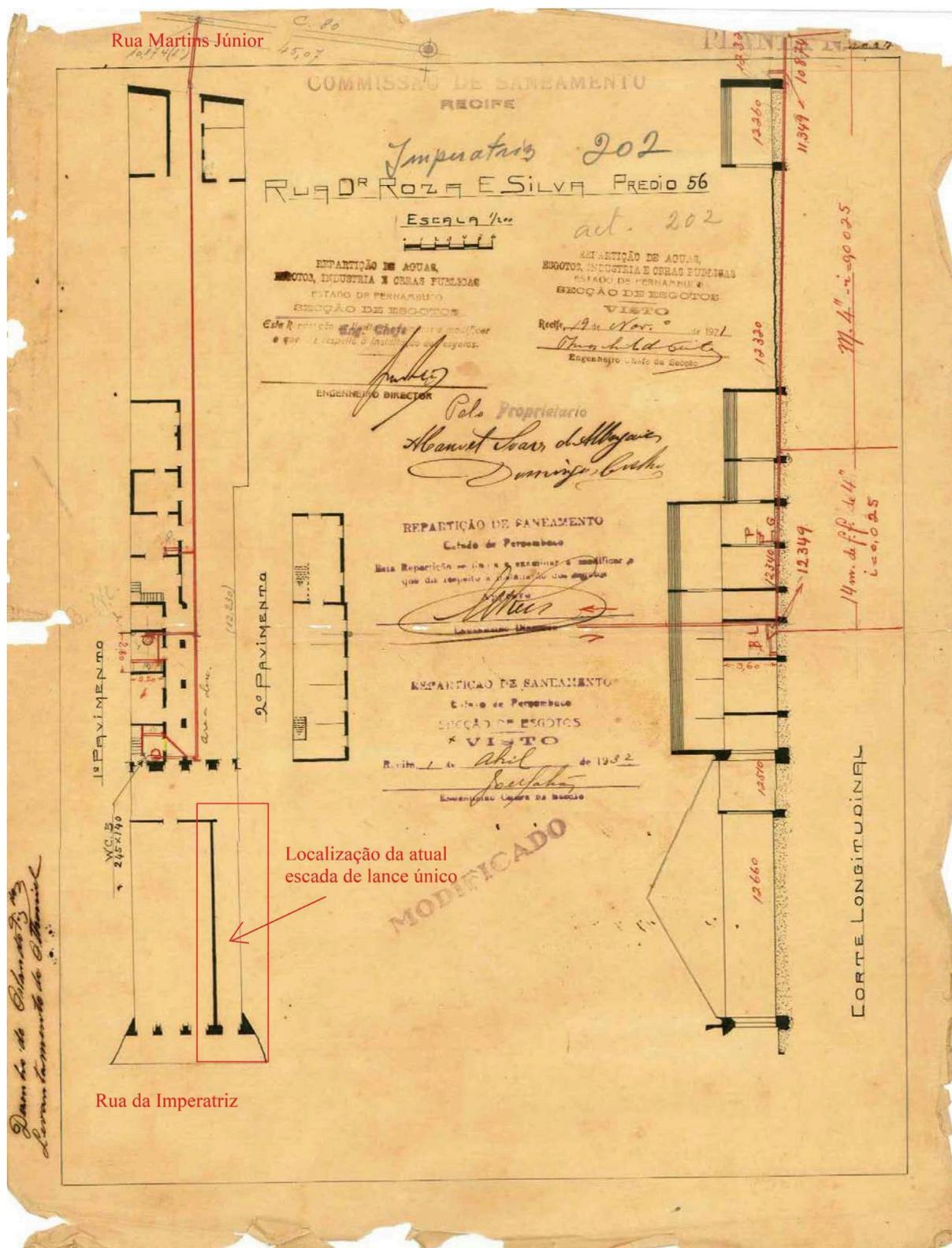


Figura 19. Planta baixa e corte de 1921 do nº 56 da Dr. Rosa e Silva, depois nº 202 da Imperatriz

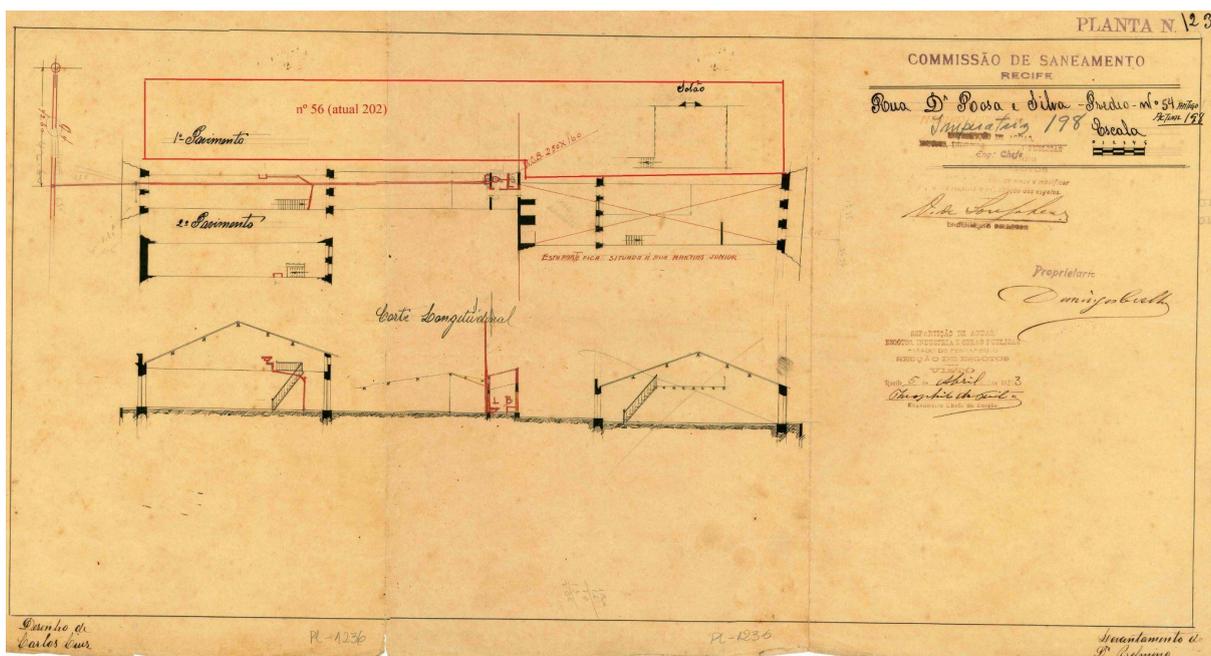


Figura 20. Planta baixa e corte de 1923 do nº 54 da Dr. Rosa e Silva, depois nº 198 da Imperatriz, com porção posterior sita à Martins Júnior, que foi provavelmente desmembrada do lote

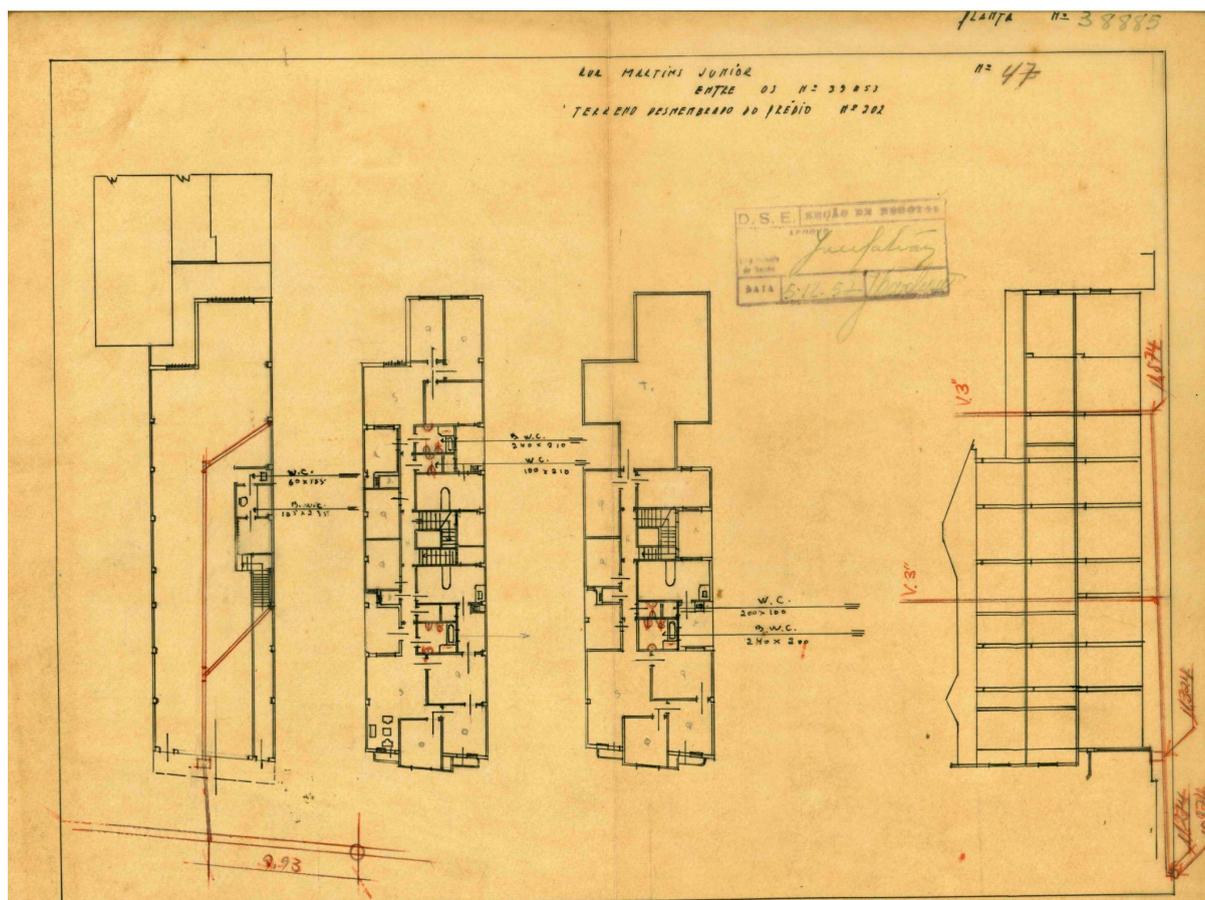


Figura 21. Planta baixa e corte de 1957 do nº 47 da Martins Júnior, já como lote desmembrado

Já com data de 1938, temos levantamento semelhante ao que se encontra atualmente construído. A planta baixa (figura 22) representa a porção do edifício que se encontra à

esquerda da porta de acesso à escada (o número 202 propriamente), já que a parte à sua direita (o número 198) foi incorporada posteriormente (figuras 30, 31 e 32), e mesmo depois disso, não foi representada em plantas baixas posteriores.

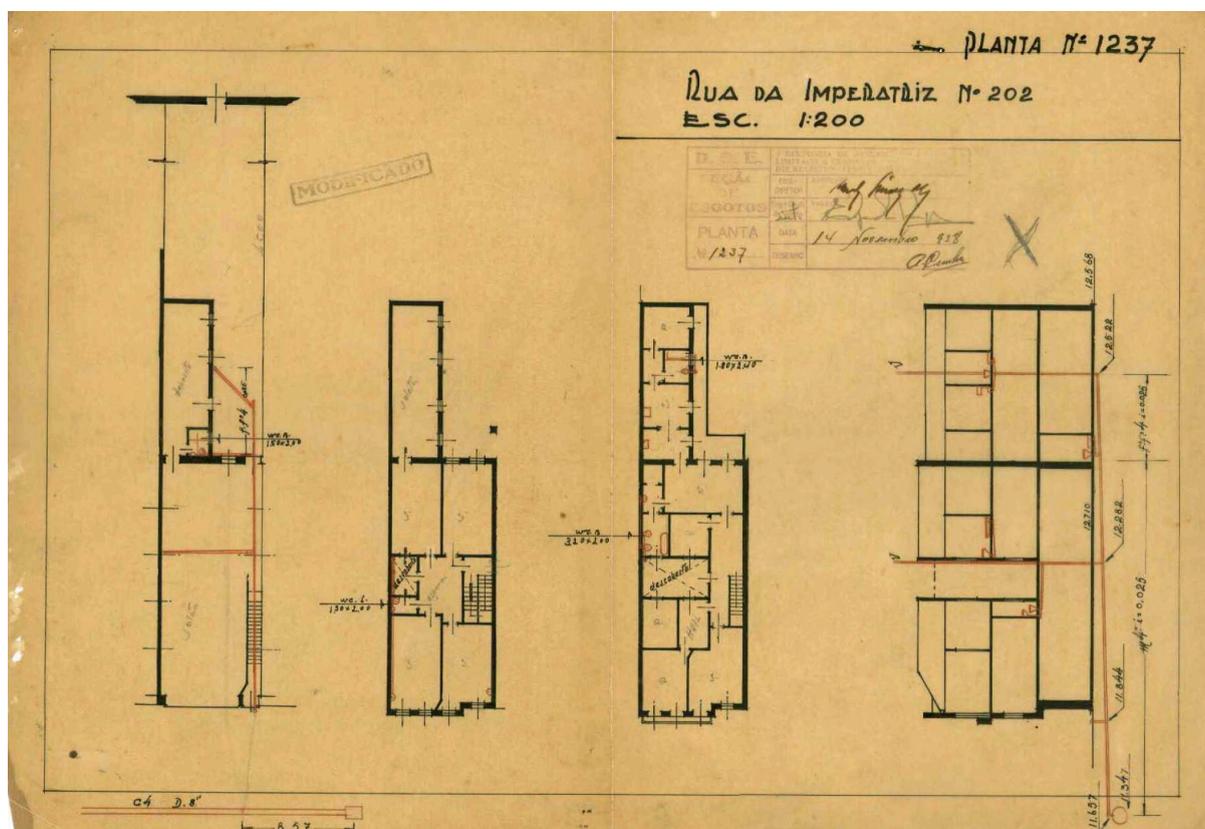


Figura 22. Da esquerda para direita: plantas baixas do térreo, primeiro e segundo pavimentos, e planta de instalações hidráulicas. Acervo de Saturnino de Brito.

Por esta planta (detalhe ampliado na figura 23), o acesso térreo à esquerda dava para um amplo salão de loja, que não atravessava, porém, a quadra até a Rua Martins Júnior, como é o caso na atualidade. O salão da loja era limitado ao fundo em parte por um depósito, em parte por área livre, para onde davam as aberturas tanto do salão quanto do depósito, preservando assim uma taxa de solo natural. No volume desse depósito é proposto o primeiro banheiro.

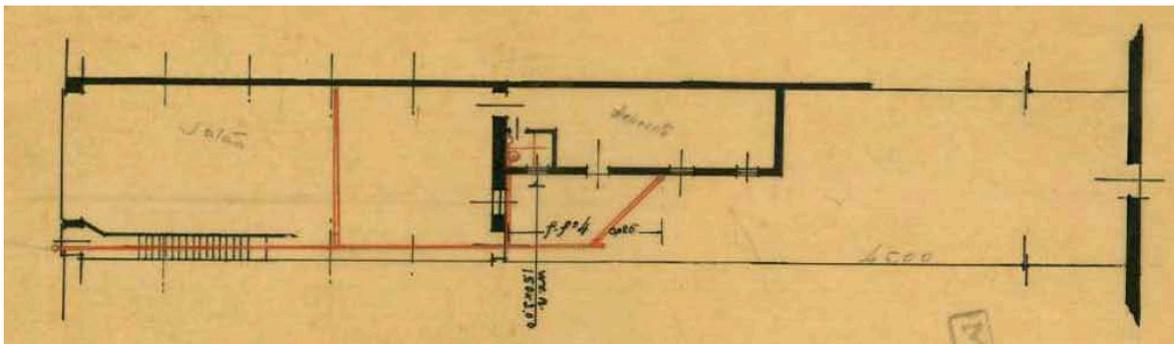


Figura 23. Recorte da planta baixa do térreo do documento anterior, com giro de 90° para a direita. Acesso pela Rua da Imperatriz ao lado esquerdo da planta.

Saindo então do salão da loja no térreo, voltando à rua e subindo a escada de lance único que dá acesso ao primeiro pavimento (figura 24), chegava-se ao hall, pelo qual tinha-se acesso a quatro salas: duas voltadas para a fachada da Imperatriz, e duas voltadas para os fundos do lote. Este hall é iluminado e arejado por um poço de iluminação, que não chega até o térreo, e que permitiu a proposta do segundo banheiro, adjunto a ele. As salas dos fundos tinham dimensões diferentes: seguindo a volumetria em L do térreo, a da esquerda mais alongada, dividia-se em duas, com uma janela voltada para o poço de iluminação e outras quatro para o espaço livre do recuo lateral da construção, e a da direita, menor, abria suas duas janelas voltadas para a mesma área, em seus fundos. Não fica claro se o poço de iluminação já existia ou se é também proposto para possibilitar a abertura dos banheiros no interior da edificação e iluminação dos cômodos, já que o vermelho só é usado relativamente ao projeto hidráulico.

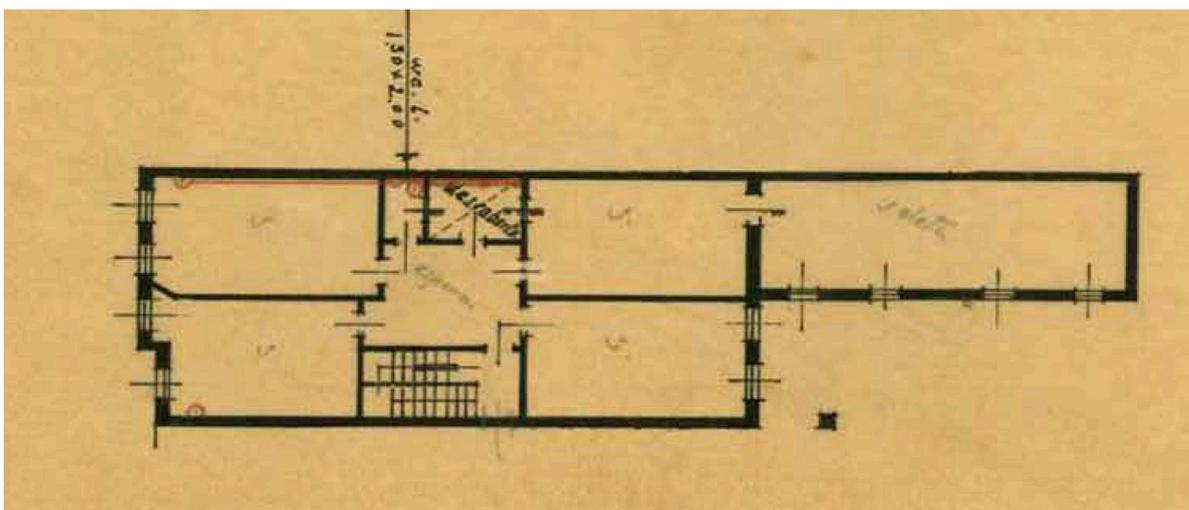


Figura 24. Recorte da planta baixa do primeiro pavimento, com giro de 90° para a direita. Fachada da Rua da Imperatriz ao lado esquerdo da planta. Notar área descoberta (poço de iluminação) e a área livre na lateral/fundos, para onde abriam as salas de trás.

Do hall no primeiro pavimento, subia-se a escada, agora em dois lances, que dá no segundo pavimento, e chegava-se ao apartamento construído para abrigar a moradia da família Coelho (figura 25). Na chegada, outro hall, de onde a primeira visão é a da porta da sala de jantar, à nossa frente, servida por um lavabo, um depósito, e um banheiro, e conectada com a copa/cozinha e com a varanda em L que dava acesso externo aos outros cômodos de serviço (quarto e banheiro de empregada), nos fundos da construção. Ainda do hall, podia-se acessar os demais cômodos: uma área descoberta de dimensões maiores que as do poço de iluminação do primeiro pavimento, formando também uma espécie de jardim de inverno; três quartos, dos quais dois abriam para essa área descoberta, e um para a Rua da Imperatriz; e uma segunda sala, voltada para a Rua da Imperatriz. Esse quarto principal, provavelmente o do casal, divide com a sala o balcão unificado que dá vista para a rua, para o qual há três portas. Além do balcão, a sala possui também uma janela para a rua, recuada em relação à alvenaria das portas.

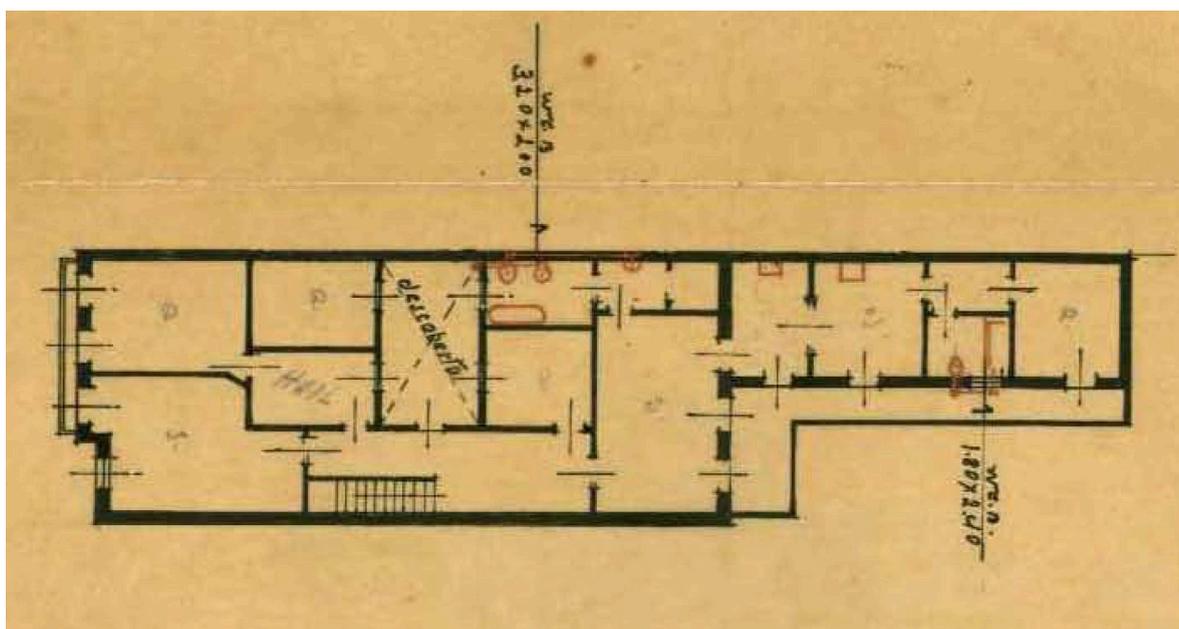


Figura 25. Recorte da planta baixa do segundo pavimento, com giro de 90° para a direita. Fachada da Rua da Imperatriz ao lado esquerdo da planta. Notar área descoberta ampliada em relação ao pavimento inferior, e varanda em L na lateral/fundos que dava acesso ao volume de serviço.

Em projeto de reforma datado de 1969 (figuras 26 e 27), consultado na Diretoria de Controle Urbano (DIRCON) Centro-Oeste, o edifício encontra-se praticamente sem alterações em relação ao levantamento/ propostas de W.C. de 1938. No projeto, além das plantas baixas dos três pavimentos, constam dois cortes transversais, e planta de coberta. A alteração nesse projeto é a ampliação do salão da loja, incorporando agora a área do antigo depósito (figura 26), e uma ocupação maior da área que era de solo natural, para alocação do

novo depósito. Com essa alteração, a área construída do térreo e demais pavimentos deixa de coincidir, e essa nova porção térrea é coberta por telhas de água única.

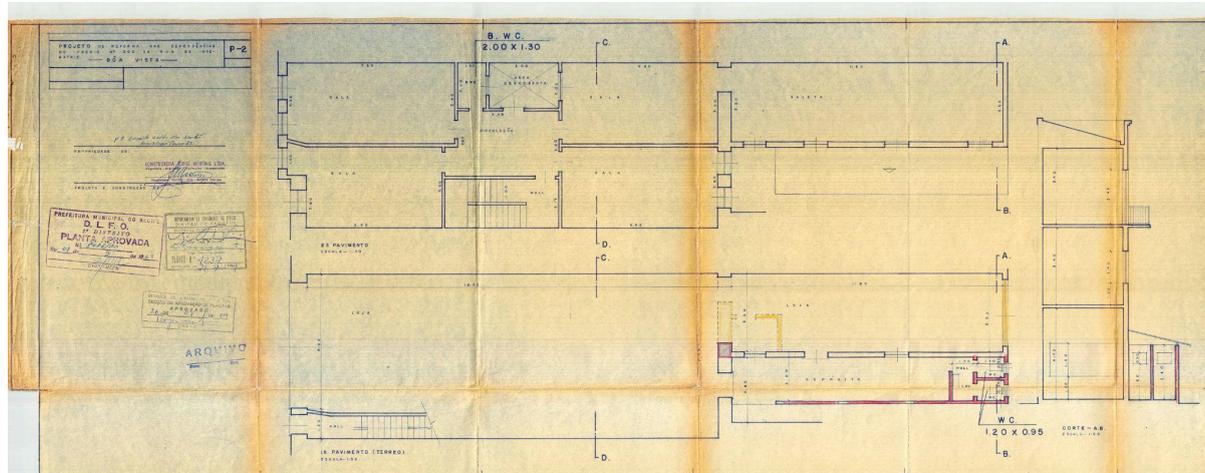


Figura 26. Plantas baixas do primeiro pavimento, do térreo, e corte AB. Notar diminuição do recuo lateral da porção posterior da edificação, para ampliação do salão da loja e relocação do depósito. Fonte: Diretoria de Controle Urbano do Recife (DIRCON)

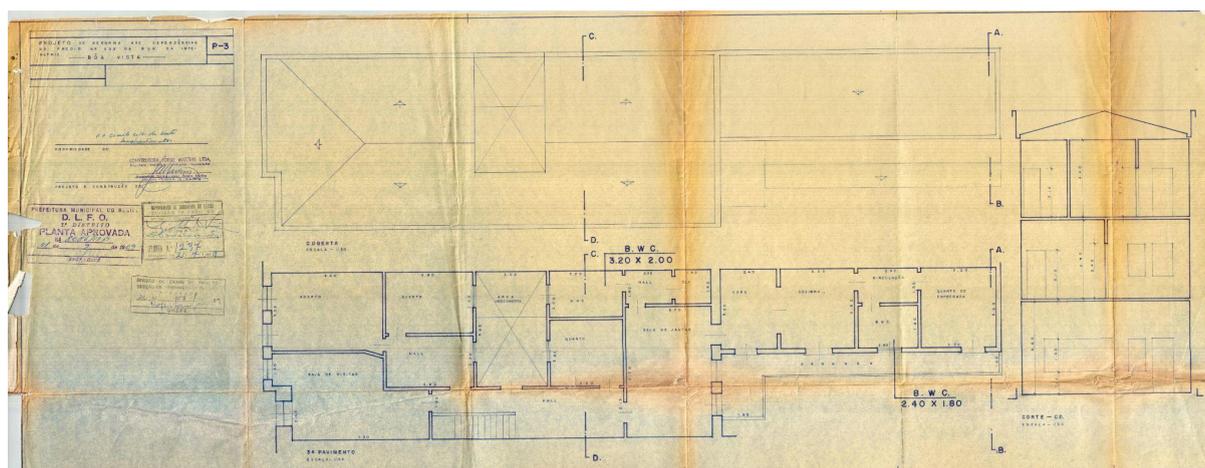


Figura 27. Planta de cobertura, com o vazio do poço de iluminação e jardim de inverno, planta baixa do terceiro pavimento, e corte CD. Notar cobertura sobre o novo depósito. Fonte: Diretoria de Controle Urbano do Recife (DIRCON)

A reforma inclui a demolição dos banheiros do térreo da intervenção de Saturnino, passando esses para os fundos do novo depósito e com aberturas voltadas para o fundo do lote, além de abertura de janela no próprio salão da loja, voltada para os fundos, o que indica a existência de recuo em relação aos limites de fundos do lote e área de solo natural ainda remanescente, embora essa não seja representada na planta. Ainda, apesar da diminuição do recuo lateral anteriormente existente na metade posterior da construção, mantém-se um recuo mínimo entre o novo depósito e a edificação vizinha, permitindo abertura de janelas neste e acesso à área descoberta no térreo. No corte AB (figura 28) pode-se ver o recuo lateral da metade posterior da edificação, e a varanda em L, em balanço no último pavimento.

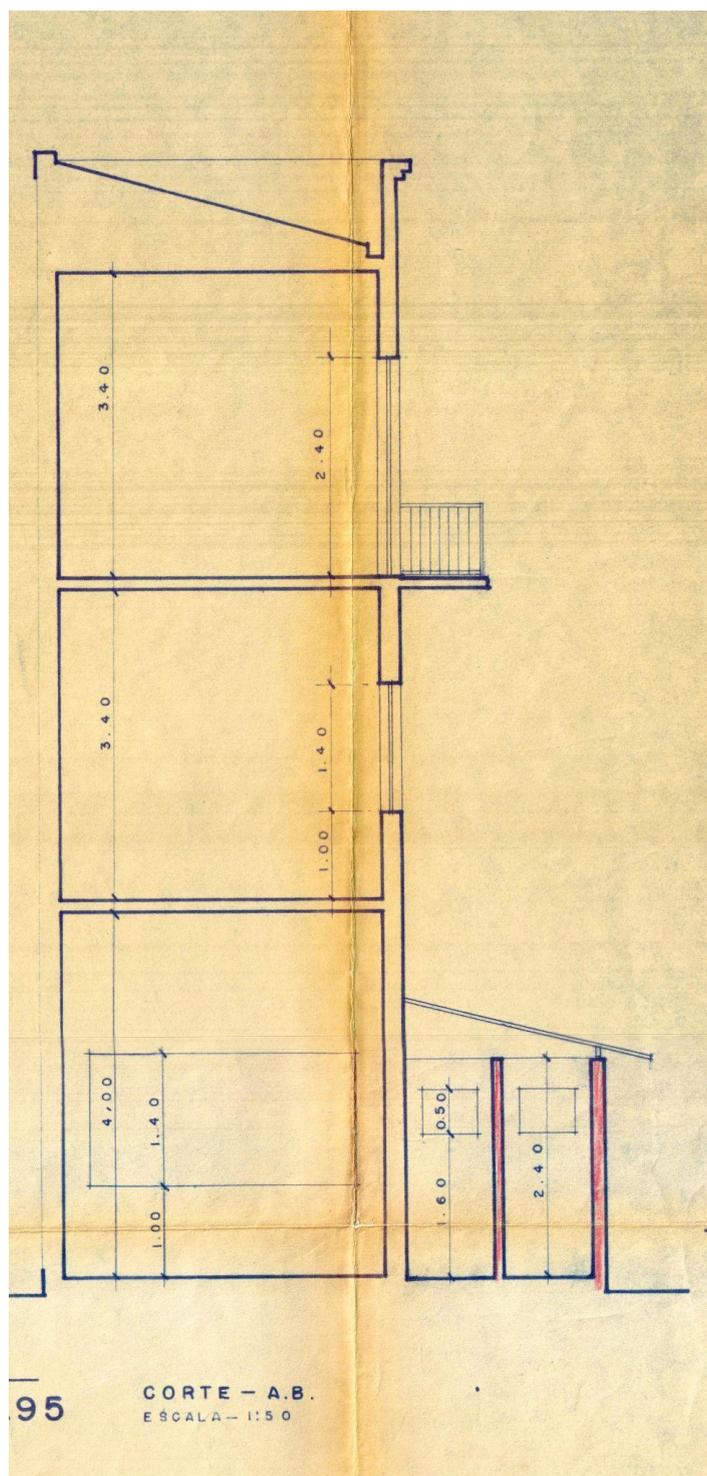


Figura 28. Detalhe ampliado do corte AB do projeto de reforma datado de 1969. Em vermelho, paredes do banheiro a ser construído nos fundos do depósito.

Notar que nesse projeto consta representação somente da porção original esquerda do edifício - o lote nº 202. Embora não se tenha identificado com precisão a data de construção do anexo lateral que expandiu sua fachada (incorporação do lote nº 198), e que permitiu a construção do grande terraço nos fundos que atualmente lá se encontra, é possível datá-lo com certeza a partir da década de 40, usando como dados os registros da Seção de Esgotos,

de 1947, onde o nº 198 da Imperatriz aparece com planta semelhante à atual, integrada na prática ao lote vizinho através dos primeiro e segundo pavimento (o térreo permanece independente) e com marcação inclusive por escrito de tratar-se de edifício “anexo ao nº 202” (figura 29).

Dessas incongruências, infere-se que a planta de reforma de 1969 apresentada à Prefeitura pode não ser totalmente fidedigna, pois representa o lote 202 ainda separado do 198, quando além dos quartos e sala integrados ao apartamento, também foi construída ampla área de terraço nos fundos, conectada à varanda em L inicial (figura 32). Abaixo, uma planta baixa datada de 1947, constante nos arquivos da Seção de Esgotos do Departamento de Saneamento do Recife (DSE). Nas figuras seguintes, cartões da Loja Coelho, antes e após a integração do nº 198.

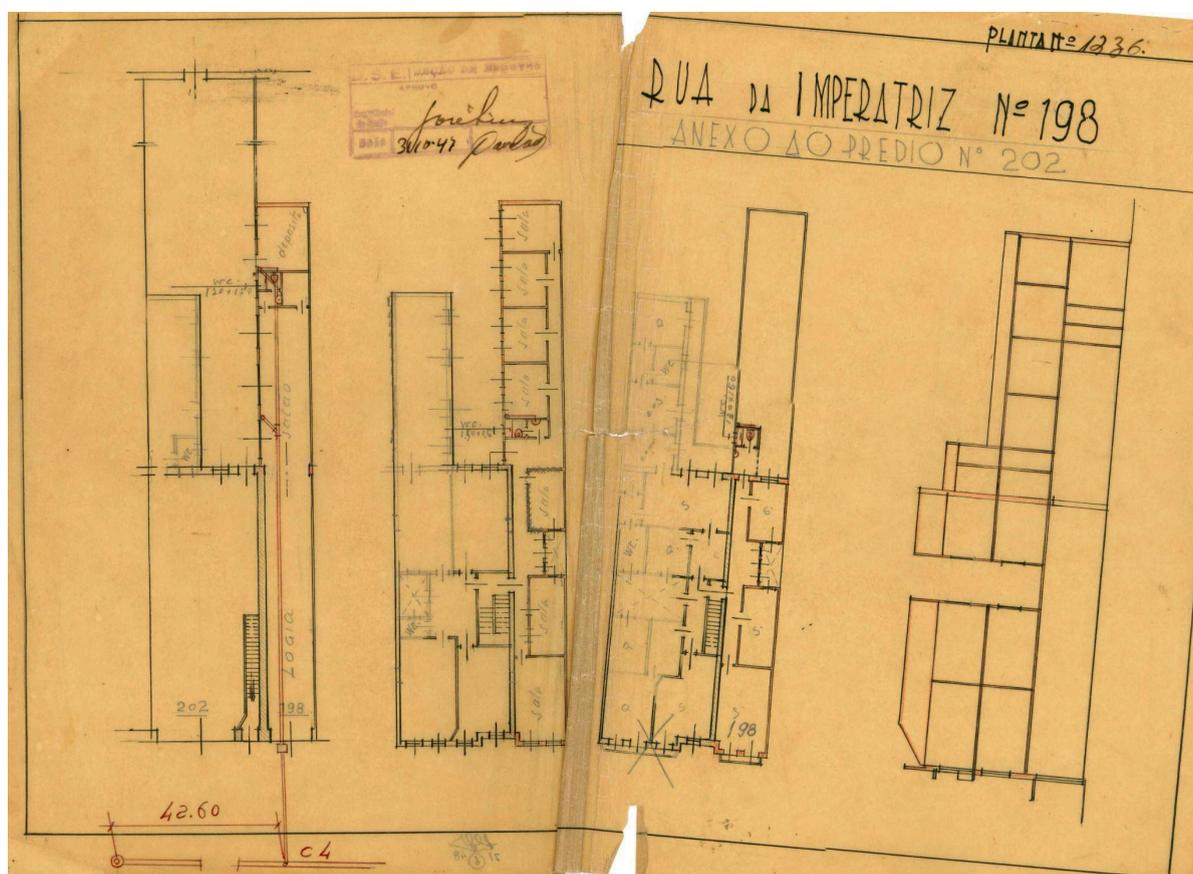


Figura 29. Plantas baixas do número 198 da Rua da Imperatriz, anexo ao Edifício Coelho, nº 202. O banheiro representado no segundo pavimento, posicionado onde na verdade foi construído um terraço, provavelmente nunca chegou a existir. Os dos outros pavimentos sim.



Figuras 30 e 31. Fachada do edifício antes e depois da anexação da edificação lateral, quando ganhou sua feição atual. Cartões não datados. Fonte: Acervo da família Coelho



Figura 32. Fotografia do terraço decorrente da ampliação do apartamento, com jardineiras ao longo da murada. Foto tirada com costas voltadas para a Rua da Imperatriz. Sem data. Fonte: Acervo da família Coelho.

O trabalho, e conseqüentemente o projeto pensado inicialmente, não contava com o lote nº 47 da Martins Júnior, no qual foi construído edifício de apartamentos, também por Camilo Coelho, para seus três filhos. Não foi realizado levantamento fotográfico dos apartamentos remanescentes, embora se tenha tirado algumas fotografias em breve visita posterior (inseridas nas pranchas), e a análise sobre esses não foi tão minuciosa quanto no

apartamento da Imperatriz. Decidido por incluí-lo no projeto, consultou-se novamente a DIRCON, para material relativo a este endereço, tendo como resultado um projeto aprovado para um edifício de dois pavimentos, datado de 1952, (figuras 33, 34 e 35) que foi utilizado como base para pensar as intervenções, além do levantamento arquitetônico recente, do levantamento da Seção de Esgotos, e consultas de sua fachada no Google Maps e *in loco* (figura 36).

O edifício foi projetado com três apartamentos, um para cada filho de Camilo Coelho: dois no primeiro pavimento, sendo um voltado para a Rua Martins Júnior e outro para os fundos do lote (figura 33), e um no segundo pavimento voltado para a Martins Júnior, servido de uma área descoberta na cobertura, voltada para os fundos do lote (figura 34). Essa área voltada para os fundos teve, em intervenção provavelmente já do século XXI, seu parapeito transformado em paredes e foi coberta por telhas de fibrocimento, sendo ampliada até encostar na construção do edifício da Rua da Imperatriz. Há, no entanto, diferença entre os níveis dos pisos das edificações.

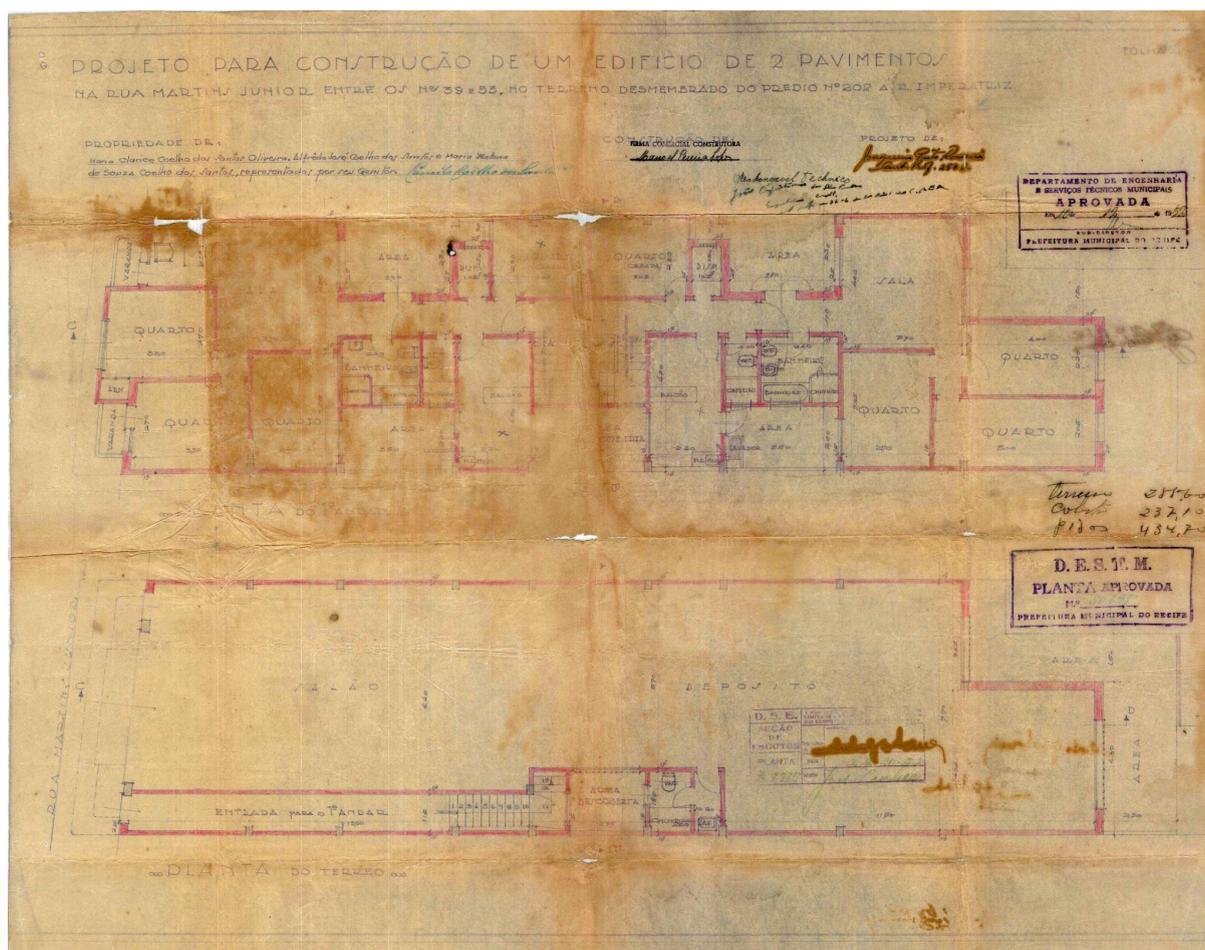


Figura 33. Planta baixa do térreo com loja e primeiro pavimento com dois apartamentos e acesso independente.

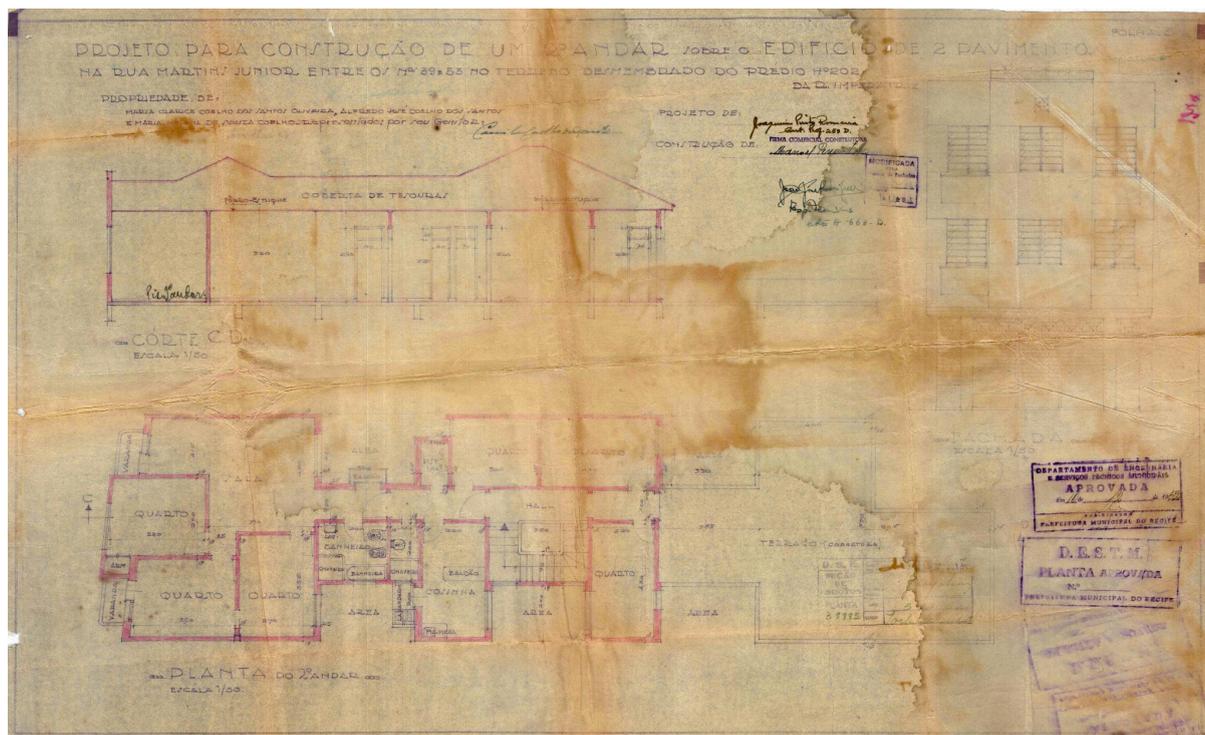


Figura 34. Planta baixa do segundo pavimento, com um apartamento voltado para a Martins Júnior e área de terraço nos fundos. No canto superior à direita, desenho da fachada com três pavimentos

Do mesmo modo que o Edifício Coelho, o edifício em questão conta com poços de iluminação que perpassam os dois últimos pavimentos, sem chegar no térreo (loja). No primeiro pavimento, formam áreas descobertas dentro do apartamento, ora como área de serviço adjunta à cozinha, ora como terraço na sala, ora como área à qual não se tem acesso, e para a qual apenas abrem-se janelas (figura 34). O segundo apartamento do primeiro andar, que dava para os fundos, foi descaracterizado e teve paredes demolidas, para servir de depósito à loja maior do térreo (loja 02).



Figura 36. Fachada do edifício situado à rua Martins Júnior. Notar coelho branco centralizado entre primeiro e segundo pavimentos e janelas do segundo pavimento entaipadas. Fonte: Autora, 2023

Após a modificação de 1969 no térreo, não foram encontrados registros oficiais das alterações posteriores na edificação - embora em algum momento o térreo tenha se unido com o do lote de trás, o nº 47 da rua Martins Júnior, resultando numa loja única que atravessa a quadra (figura 37) - que chamaremos aqui de loja 02 -, e, o acesso aos pisos superiores, que se dava exclusivamente pela escada central, tenha-se compartimentado. Foram abertos acessos verticais (escadas) pelos pisos térreos de ambas as lojas, dando, para essas, extensões de área no primeiro pavimento (área de depósito), que foram isoladas com alvenaria do restante do edifício, compartimentando internamente o primeiro pavimento (figura 38).

O acesso ao primeiro pavimento sobre a parte direita da edificação (considerando o perímetro original do lote nº 198) passa a se dar em parte por uma escada nos fundos da loja - que chamaremos aqui de loja 01, a de menor extensão de área -. Essa escada, de data incerta, dá acesso às antigas salas comerciais, agora transformadas em depósito da loja. Outra forma

de acesso é pela escada central, que dá acesso às salas comerciais remanescentes - não foram usadas como depósito mas seguem subutilizadas -, inclusive a voltada para a Rua da Imperatriz; ao poço de iluminação e a um banheiro, que passou a dividir os dois volumes; enquanto o acesso ao primeiro pavimento sobre a loja 02 passa a se dar unicamente através de escada interna da loja, fechando inclusive o acesso às demais salas comerciais voltadas para a fachada da Rua da Imperatriz (duas do total das três), com essas sendo integradas ao depósito³³. Assim, apesar de encontrar-se no mesmo nível em relação à rua, o primeiro pavimento se compartimentou em três, sendo as suas porções “reunificadas” apenas no segundo pavimento - o da habitação, com acesso atualmente único pela escada central³⁴.

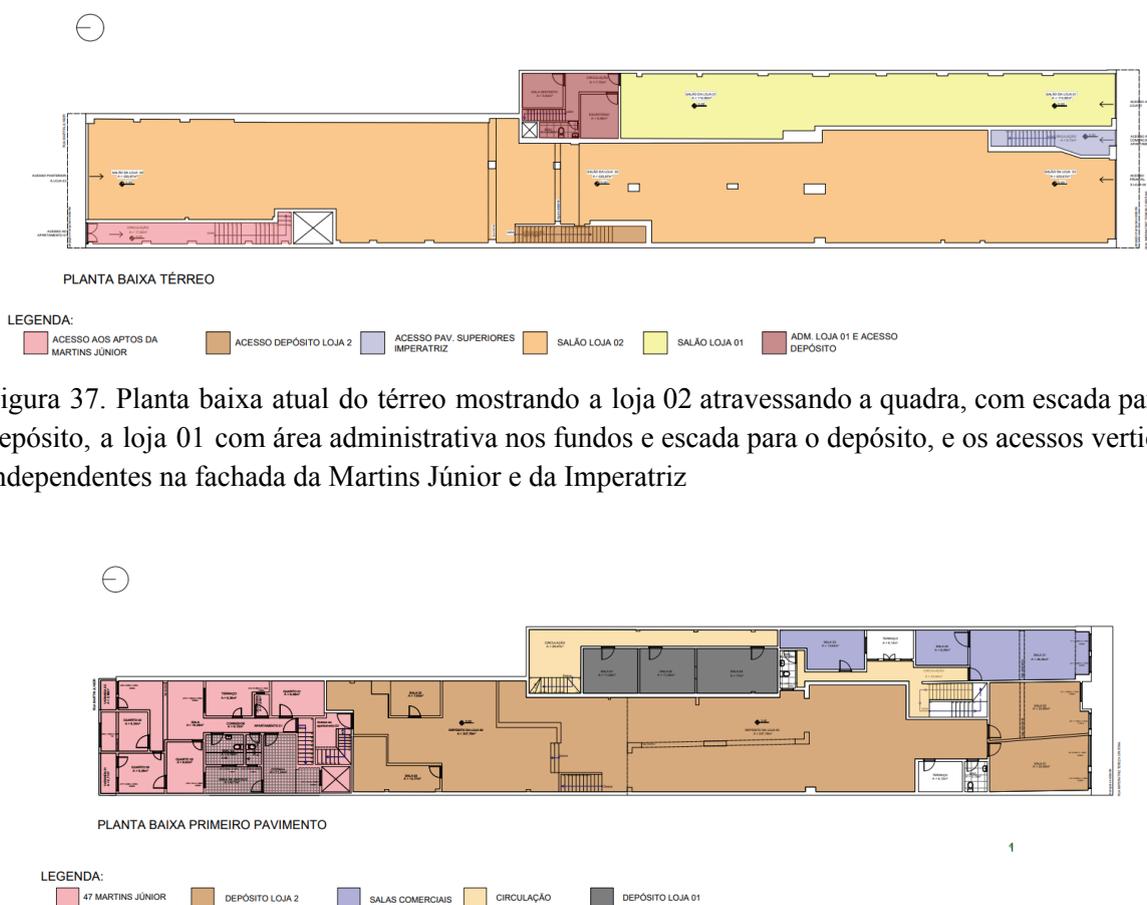


Figura 37. Planta baixa atual do térreo mostrando a loja 02 atravessando a quadra, com escada para o depósito, a loja 01 com área administrativa nos fundos e escada para o depósito, e os acessos verticais independentes na fachada da Martins Júnior e da Imperatriz

Figura 38: planta baixa atual do primeiro pavimento mostrando apartamento da Martins Júnior, área atualmente ocupada pelo depósito da loja 02, depósito da loja 01, circulação, e antigas salas comerciais remanescentes (desocupadas).

³³ O depósito dessa loja não apenas “tomou território” relativo às salas comerciais da Rua da Imperatriz, como avançou também no sentido da Rua Martins Júnior, “conurbando” as edificações e incorporando um apartamento deste à sua área.

³⁴ Esse último pavimento chegou a ter também uma escada no volume de serviço nos fundos, após o quarto de empregada, que dava para a loja no térreo, já que Camilo Coelho era morador e responsável da loja simultaneamente.

Na década de 70, os negócios da Loja Coelho foram encerrados e o apartamento deixou de ser ocupado pela respectiva família, que mudou-se para a Vila Naval e depois para o Rio de Janeiro³⁵. É nessa ocasião em que minha avó, que trabalhava junto a meu avô em escritório instalado numa das salas comerciais do primeiro pavimento do edifício, “um belo dia abriu a janela e olhou para cima”, e vendo “umas plantinhas lá em cima”, relata, “achei encantador”, indo logo atrás de saber o que afinal havia ali. “O que é isso? Flor lá em cima?” e descobriu a história de que quando o prédio foi construído, quem morava ali em cima era o proprietário do prédio.

“(…) Então ele foi construído, era loja embaixo, essas salas comerciais no primeiro andar, e essa residência do construtor do prédio, né. Sr. Camilo, salvo engano. Eu disse ‘É mesmo? Uma casa lá em cima? Uma residência lá em cima? Pronto, aí eu endoidei. Quis conhecer. Ele (marido) fez ‘Não, não, mas não tá pra alugar’. ‘Sim, eu sei, mas não custa nada ver’. Como a gente era muito amigo da pessoa que cuidava do prédio, que era o proprietário de uma das lojas lá embaixo, um português, que era muito nosso amigo, ele era quem ficou encarregado dos negócios de seu Camilo quando ele foi embora pra Portugal. Então ‘Eu quero, eu quero ver, eu quero ver’, pronto, não teve jeito, ele (marido) teve que falar com seu Luís Lopes, que era esse português que tomava conta do prédio, e aí fui ver lá cima. Quando eu fui ver lá em cima simplesmente fiquei encantada. Não sabia nem que existia uma residência ali, em plena Rua da Imperatriz, no centro do Recife, essas coisas todinhas. Então você entrava assim pelo lado dos quartos, não sabia nem sair, entendeu. E reparei, assim, tudo de muito boa qualidade, a porta de vidro que quando você subia a escada, de vidro cristal, a escada, então, a madeira assim, um corrimão muito bem trabalhado, muito bonito; a cerâmica de todo piso perfeita, sem ter estrago nenhum, sem ter nada, e aí fiquei... Então eu soube que quando esse proprietário foi embora para Portugal³⁶ ficaram uns parentes, uma sobrinha dele lá, morando. Aí depois essa sobrinha saiu, ele foi então alugado ao clube de xadrez. Aí depois desse clube de xadrez estava ali, para ser alugado. Estava só aguardando alguém se interessar para alugar ali em cima. Então foi quando eu vi e a partir daí não deixei mais ninguém em paz. Nem marido, nem o seu Luís Lopes, nem ninguém. Aí foi assim, se foi tratado o aluguel. Era um aluguel caro, entendeu, e foi preciso ter uma negociação pra ficar de acordo com o que a gente podia pagar. Aí foi. Em janeiro de 1973 a gente se mudou para lá. E ficamos lá até 80... 81.” M.J. 84 anos.

³⁵ Informações obtidas na biografia de Camilo Coelho escrita pelo Clube Português do Recife, por ele ter sido presidente deste clube de 1942 a 1952, e enviada pelo seu neto, Nilo Coelho

³⁶ Refere-se a Camilo Coelho, que era português, mas quando mudou-se do edifício ainda permaneceu no Brasil, indo para o Rio de Janeiro com sua filha e genro, que era da Marinha, segundo relato de seu neto Nilo Coelho e da biografia escrita pelo Clube Português.

Foi assim que, na década de 70, minha avó e meu avô se mudaram para a Rua da Imperatriz, juntamente com seus 4 filhos, passando a morar em cima do local onde trabalhavam.

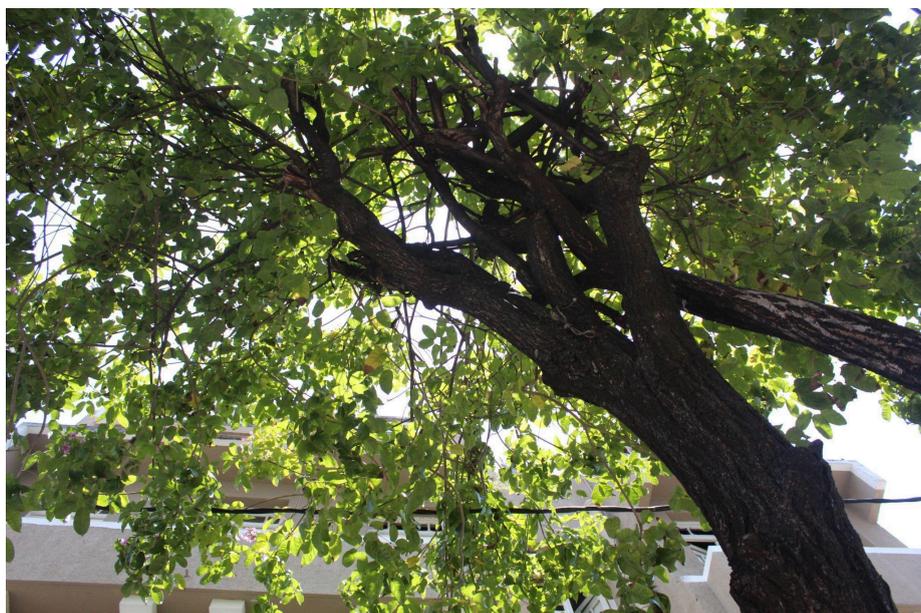


Figura 39. Fachada do Edifício Coelho vista de sob árvore na Rua da Imperatriz

Mudança

“Morei dos 4 anos até os 12 anos. Até os 13 anos. A Rua da Imperatriz no início era uma rua bem movimentada, passava muitos carros. Era uma rua comercial, ainda é hoje, mas naquele tempo o comércio era muito mais (...) vivo. A gente morava em frente a uma loja chamada Binoca. Eu me lembro que da minha varanda, do segundo andar, dava pra... a Binoca fez um painel em toda a estrutura dela. Um painel lilás, com o nome “Binoca” e eu ficava olhando praquilo, assim... De noite, era um painel luminoso.”

R. P.



Figura 41. Loja Binoca, em outra rua do centro do Recife, 1987.
Fonte: Recife de Antigamente/ Acervo DP

“A rua passava carro, depois houve uma intervenção e a rua passou a ser só de pedestres. Botaram as pedras portuguesas, a rua ficou mais bonita, mais organizada, mais silenciosa também. (...)”

Sim, e dia de domingo a gente sempre passeava nas ruas para olhar as vitrines, porque as lojas deixavam as vitrines expostas. Era um passeio.” R. P.

L: A decisão em si eu não sei, eu sei quando a gente foi pra lá né. Porque papai tinha escritório no primeiro andar. Primeiro ele tinha um escritório na parte de trás, no primeiro andar numa sala lá atrás, não sei se você chegou a conhecer, que eu acho que atualmente é fechado, talvez faça parte das lojas lá de baixo.

G: É, eu fui lá mas tava tudo fechado.

L: E depois veio pra sala aqui da frente. Então o escritório já era ali no primeiro andar na sala da frente. E teve uma ocasião, papai, quando a gente ia pra lá ia passar a tarde às vezes lá. E ele saía, a gente ficava sozinho, ele dizia “Não, se você quiser dormir você pode dormir no sofá, mas nunca feche a porta”. Só que, eu tava com sono e eu fechei a porta, eu disse “Não, o pessoal bate e eu acordo”. Aí o pessoal bateu e eu não acordei. Aí resultado, quando eu me acordei tava todo mundo na sala, como foi que entrou? Aí se não me engano foi Tarciso, irmão de mamãe que trabalhava com papai, entrou pela sala do lado, que tem a marquise, aí ele desceu pra marquise, da janela né, pra marquise, entrou pela janela da sala de papai (...) aí me viu dormindo, abriu a porta... e eu (risos) “Como é que esse pessoal entrou aqui?” Aí isso eu me recordo bem, devia ter o quê, era 6 anos... alguma coisa assim.

G: Novinho.

L: Novinho, novinho. Aí acho que a gente se mudou, eu não lembro qual foi o ano que a gente se mudou pra lá, ou foi 72 ou foi 73. Realmente eu não me lembro bem, não recordo assim não. Mas foi morar lá, aí papai transferiu o escritório também lá pra cima. Aí ficou a residência na parte de trás, e o escritório na parte da frente, basicamente isso, e (...) que era a biblioteca. Aí... era uma

casa, uma casa grande que a gente aproveitou, realmente eu acho que a gente usufruiu muito, a área lá atrás, eu não sei se você chegou a ver, era uma área grande, a gente jogava bola, tudinho... era... andava de bicicleta. Foi um período bom.

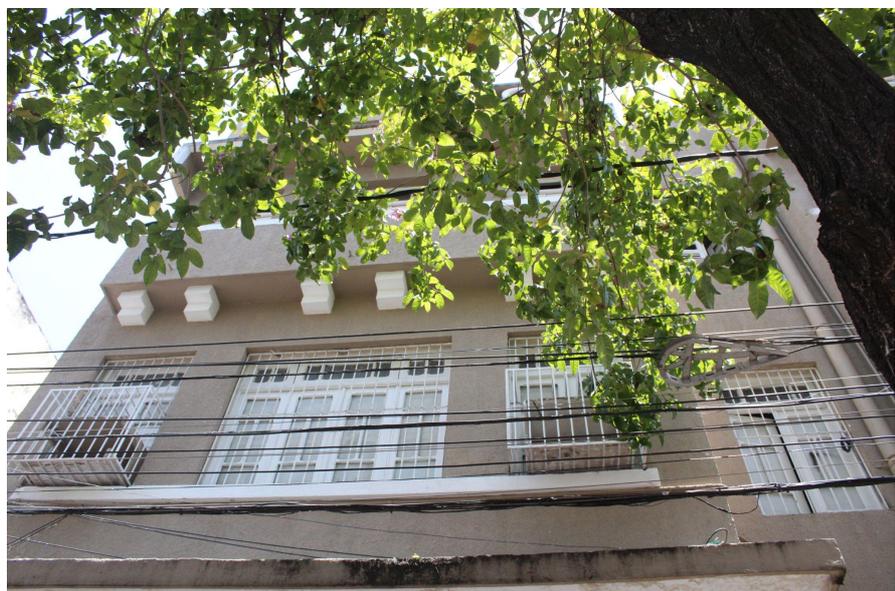


Figura 42. Marquise e janelas do primeiro pavimento do Edifício Coelho

Percurso de entrada



Figura 43. Escada de lance único que dá acesso ao primeiro pavimento.

“A porta [do térreo] que dá acesso ao apartamento é uma porta de - era ferro, vermelha. Uma escada de granito. Um corrimão marrom.” R.P.

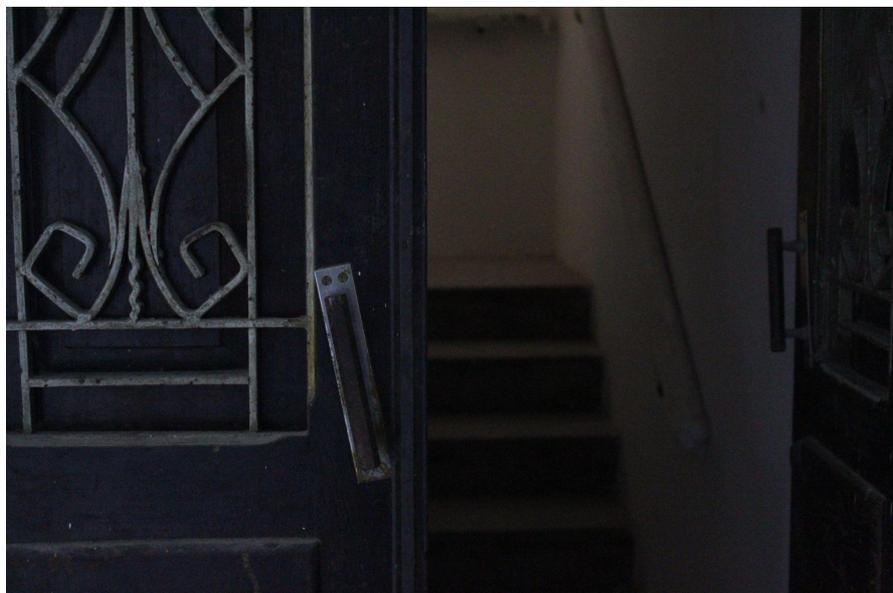


Figura 44. Porta para escada que dá acesso ao apartamento.

“Quando chegava no primeiro andar pra dar acesso ao segundo andar a porta era marrom, de madeira, com um postigo. Então quando alguém tocava a cigarra a gente descia um andar pra poder abrir, e mamãe sempre ensinava a papai ‘primeiro abra o postigo, pra ver quem é’.



Figura 45. Escada de dois lances que dá acesso ao apartamento.

Essa escada também era uma escada bonita, em L. De granito.



Figura 46. Vista da escada a partir do hall do apartamento.

Chegando a gente tinha um segura-corpo - guarda-corpo - de madeira, muito bonito, em toda a extensão da escada. Logo que a gente entrava tinha uma porta de - o piso era de madeira, de taco. Preto e amarelo. Logo de frente tinha a porta pra sala que era a porta de cristal - madeira e cristal - muito bonito. Pra frente tinha essa porta de cristal, que dava acesso à sala.” R.P.



Figura 47. Porta que dá acesso à antiga sala de jantar.



Figura 48. À esquerda, de onde vem a luz, acesso ao jardim de inverno. Na porta adiante, também à esquerda, acesso a um dos antigos quartos.

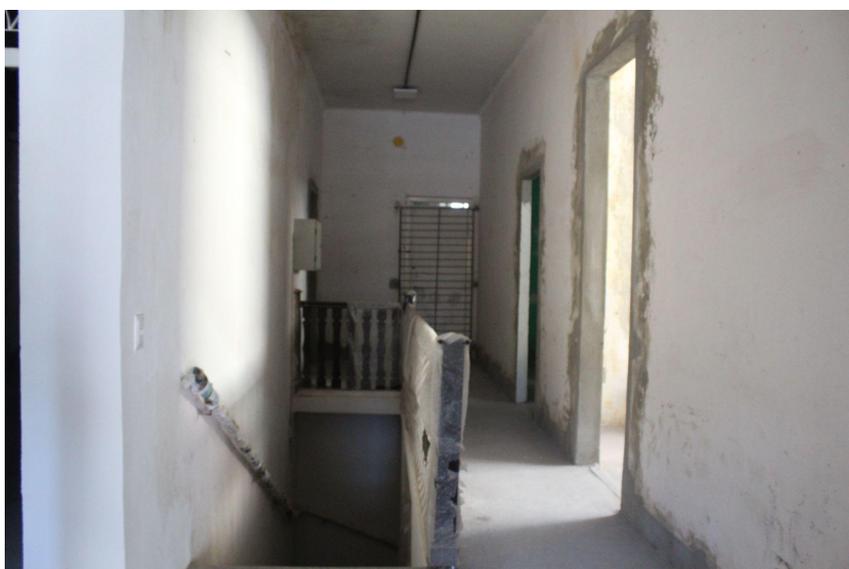


Figura 49. Visão oposta à anterior.

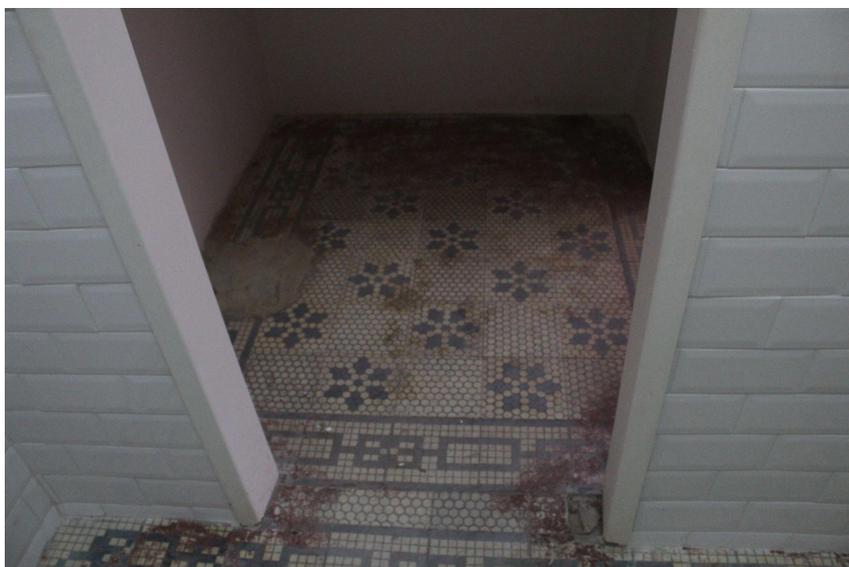


Figura 50. Piso da antiga área de lavabo. Marcada no chão, a localização da antiga pia de mármore.

“Antes disso tinha um quarto à esquerda que era o quarto dos meninos, um jardim de inverno, e aqui o escritório de papai.

E um pouco mais, pra trás, mais chegando pra rua, era a biblioteca. Então pra frente tinha a sala e à direita tinha meu quarto, da minha irmã, a sala de costura de mamãe e o quarto de papai e mamãe, chegando também pra frente do prédio.

A sala tinha um mosaico amarelo e vermelho - do piso - tinha um lustre de madeira com lâmpadas. As portas eram vermelhas de madeira, com um postigo que dava pra fora. Eram dois, quatro, seis portas. Ou quatro. Da sala pro terraço.

Tinha um banheiro, um lavabo, com uma pia enorme, em mármore, cinza com bandeiras douradas.” R. P.



Figura 51. Vista da sala. À esquerda, acesso ao antigo lavabo e banheiro. Na parede à direita, porta que dava acesso à copa.

G: O banheiro era na sala, é?

R: Era à esquerda da sala. Não tinha corredor não. A cozinha era bem grande, dividida em duas. Tinha um balcão, ele fazia um - U? - deixa eu mostrar. Aqui tinha as pias, aqui tinha armário.

G: Entrava por onde?

R: Entrava por aqui ou por aqui ou por aqui.



Figura 52. Fotomontagem do volume de serviço. Na parede à esquerda, porta da sala de jantar. As duas primeiras portas eram da cozinha. A terceira do banheiro de empregada, e a quarta, do quarto de empregada.

G: Depois da cozinha era o quê?

R: Tinha uma área, aqui tinha o banheiro de empregada e aqui o quarto de empregada. Aqui tinha um corredor descoberto, né, aqui era um vão que dava pra lojinha lá embaixo. Hoje tá fechado como você me falou.



Figura 53. Vão onde se localizava escada que dava acesso interno à loja.

Cotidiano

“Gostava de, era uma casa muito grande, então eu gostava de andar de bicicleta, na área de trás, que acho que foi, não sei como ela tá. Andar de patins, tomar banho de mangueira lá. Também gostava de brincar de cabana, fazia cabana no final da área, passava o dia lá, morando lá. Cobria os paus e escorava no canteiro. A gente tinha tartaruga, no tanque nessa área, e um cachorro grande chamado Rex. Uma vez Rex fugiu, desceu. Alguém saiu, como o escritório de papai era lá, então era muito comum chegarem visitantes, comerciantes, então a área comercial sempre tinha muita gente circulando. Não na casa né, porque eles entravam, subiam a escada e iam pro escritório. A gente ficava mais afastado. Mas não sei, alguém saiu e deixou a porta aberta e Rex o cachorro desceu e saiu, passou e foi pra rua. Passou direto e foi pra rua. E aí a gente tava em casa, acho que era à tarde, e começou a ouvir um buzinaço, um buzinaço, era estranho, não tinha muita buzina assim. Todo mundo ficou espantado e correu pra varanda. Quando a gente olhou da varanda tava Rex no meio, os carros tudo parados, ele no meio da rua, totalmente paralisado, ele nunca tinha saído. Então ele ficou com muito medo. Aí Junior desceu... e trouxe Rex.” R. P.

“A área, que era muito grande, que a gente andava de bicicleta, andava de patins, fazia as piruetas de ginástica olímpica.” C. P.



Figura 54. Vista do antigo terraço, com piso removido e com vão central que separava terraço da varanda de serviço fechado por questões de infiltração.

Cotidiano

“Quando eu tava com uns 9 anos eu costumava andar de bicicleta na rua, a rua já tava calçada, já era de pedestre, eu gostava de andar, mas eu não tinha nenhum coleguinha lá, então era uma coisa que eu não gostava, que eu não tinha nenhuma amizade. Não tinha nenhuma criança. Mamãe tinha uma amiga que chamava dona Iolanda que morava uns 4 prédios à direita, mas era uma senhorinha.. que eu saiba só. Não existia criança, então eu ficava muito sozinha. Então não gostava das férias lá, só gostava das aulas.” R. P.

C: Quando a gente foi pra Casa Forte, a gente brincava na rua. A imperatriz é que não tinha. Mas na época [em outros lugares], se conhecia os vizinhos, se brincava na rua. A gente que ficou isolado lá na rua da Imperatriz.

G: Porque não morava quase ninguém, né.

C: É.



Figura 55. Rua da Imperatriz vista do Edifício Coelho, 2021.

“Que mais? Eu me lembrava que também era difícil - o carro ficava um pouquinho longe, né? Então a gente tinha que carregar as compras, as feiras, subia os dois andares, então tinha um pouquinho de esforço nisso. Pra andar de bicicleta eu tinha que descer, carregar a bicicleta dois andares, depois subir com a bicicleta dois andares - eu era uma criança pequena, a bicicleta era grande, então tinha um esforço.” R. P.



Figura 56. Estacionamento na rua Bulhões Marques. Imagem do Google Maps.

Cotidiano

G: Vocês tinham vizinhos, conhecidos de rua ou de bairro? E como era essa relação.

R: Não tinha. Ninguém. Moravam poucas crianças lá e não tinha um espaço de convivência, então se moravam, ‘tavam bem isoladas. Moravam mais jovens e adultos, sabe, nas pensões.

G: Tinha muitas pensões na rua?

R: Algumas pessoas alugavam quartos.

L: A gente chegou lá acho que eu tinha uns 9 anos, até uns 16 anos, 17 anos mais ou menos.

G: Adolescência lá. E como era isso, a questão das amizades, cotidiano.

L: Lá a gente não tinha amizade não, porque a rua da Imperatriz era basicamente comércio e algumas residências que tinham, mas a gente não tinha contato não. Então as amizades eram mais amizades de colégio. Muitas vezes a gente ia pra casa do pessoal, às vezes o pessoal ia pra lá estudar, brincar, tudinho. De lá mesmo, amizade de lá não tinha não.



Figura 57. Edificação assobradada vista a partir do terraço dos fundos.

Cotidiano

G: Vocês tinham vizinhos, conhecidos de rua ou bairro? E como era essa relação.

M: Não, infelizmente a gente ficava ali. Eu tinha uma vizinha realmente que morava na mesma rua, mas outro prédio, né. Nessa rua da Imperatriz tinham muitos prédios que embaixo era loja e em cima era ou pensão, ou residência mesmo. Era uma filha de portugueses também, era uma senhora que inclusive trabalhava também nessa loja, no Palácio das Rendas, entendeu. E a gente era muito amiga, que ela era pintora, pintou vários quadros pra mim. E aí somente, assim. Eu ia lá no apartamento dela, ela ia no meu. A gente se conheceu porque ela trabalhava na loja, e quando a gente tinha a sala comercial, era uma das salas também ali em cima, e a gente ficou amiga a vida toda.

G: Palácio das Rendas, era...

M: Era a loja de seu Luís Lopes, uma das lojas que ficava ali embaixo.

G: E como era o nome dela? Tu lembra?

M: Consuelo. Só não me lembro do sobrenome.

G: E ela morava na Imperatriz.

M: Morava na Imperatriz, mas outro prédio, mais ou menos uns três prédios depois da gente. Ela morava num primeiro andar, que embaixo era loja, né.

G: E essa, que tu conversava pelos fundos?

M: Era dona Iolanda, cujo prédio era na rua Martins Júnior. Então nos fundos dela era uma área também muito grande, como onde a gente morava também era uma área muito grande, então a gente ficava sempre conversando, de um lado pra outro.



Figuras 58 e 59. Antigo terraço do nº 47 da Martins Júnior, agora coberto e sem afastamento em relação ao terraço do nº 202.

Cotidiano

L: Lembro das festas, lá da gente adolescente. A gente fez algumas festas lá na época de Discotec, tá entendendo, onde era a biblioteca era escuro, tudinho, as festas boas, e depois quando a gente se mudou, né, que foi pra Casa Forte, lá ficou sendo o escritório, e aí funcionou o escritório.

G: Ainda no segundo andar?

L: No segundo andar, o escritório foi no segundo andar. Só que a gente ficou ocupando todo o espaço com escritório. ->



Figura 60. Cômulo onde ficava a biblioteca.

Cotidiano

G: Ah, não sabia.

L: É. Com papai, depois que papai se separou de mamãe, papai ficou com as salas da frente, quando a gente se separou também dele da firma, a gente ficou usando a parte de trás. Ali na sala, olhando assim tá na sala olhando pra escada, aqui tem uns quartos, aí a gente ficou utilizando esses quartos que era escritório da gente, e papai ficou utilizando a parte lá da frente. Depois que ele morreu, a gente ficou com tudo, aí botou uma distribuidora, não sei se Júnior chegou a falar sobre isso, aí botou uma distribuidora de roupas, até com Givaldo, que era, na época era namorado de Rafa. Aí botou uma distribuidora durante uns três anos, mais ou menos. Durou direitinho, também, depois não deu certo, acabou. Aí no final também a gente saiu de lá e perdeu o contato. Acho que a gente saiu de lá em 93... 94, não me lembro direito não.

G: Ficou um bom tempo ainda.

L: Ficou, ficou um bom tempo ainda.

G: Me diz uma coisa, os escritórios tanto de vovô quanto de vocês era de quê?

L: Representação comercial.

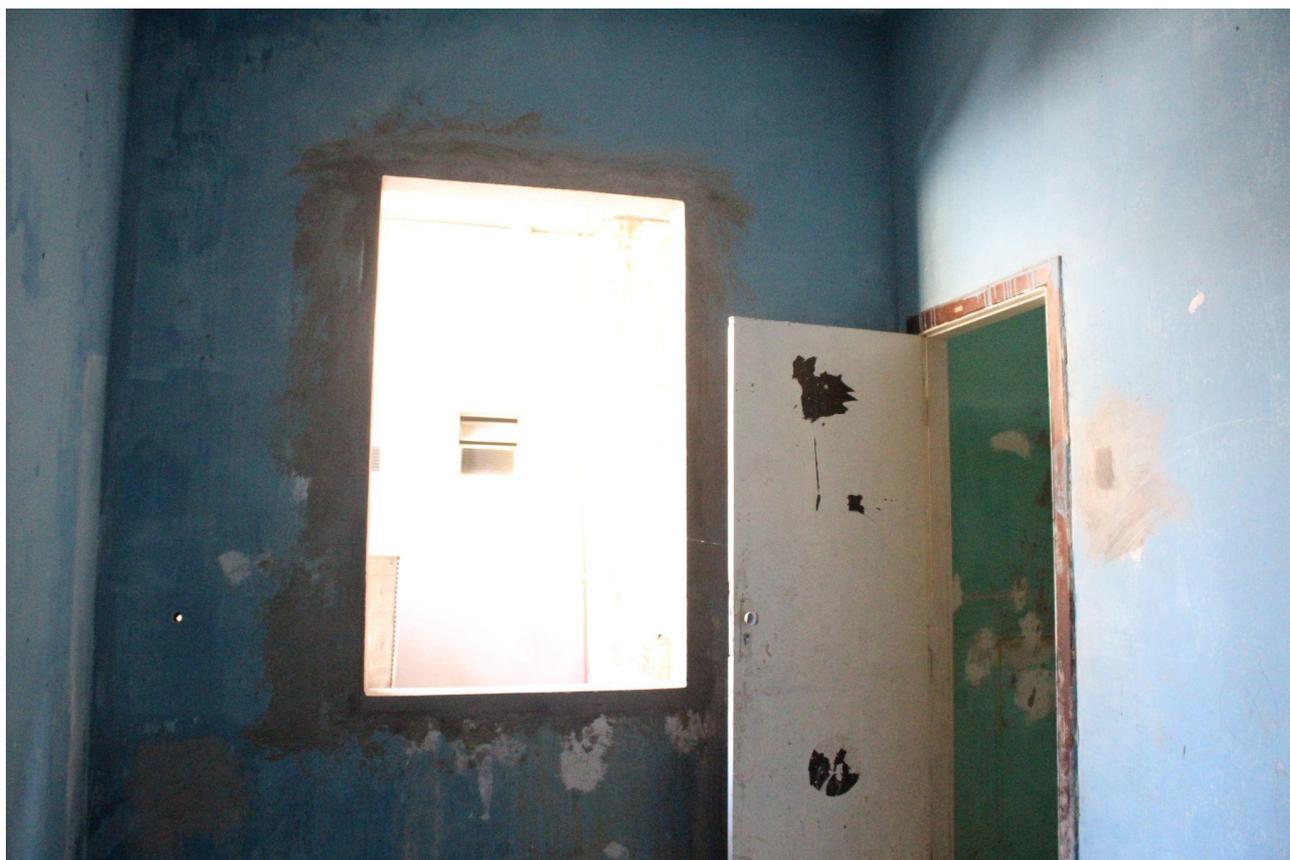


Figura 61. Vista de janela de uma das salas, dando para o poço de iluminação. Ao fundo, janela do banheiro.



Figura 62. Piso da antiga sala de jantar.

“Como o quarto nosso ficava pra trás, não ficava pra rua - o que ficava pra rua era o escritório de papai e a biblioteca, e à noite a gente fechava essas portas, então era uma casa silenciosa, não lembro de barulho, não lembro de barulho da rua... Não lembro de calor. Naquele tempo não tinha nem ar-condicionado nem ventilador no quarto. Não... O quarto tinha duas portas e duas janelas, não me lembro de calor. Me recordo de meu pai, ele era calorento, ele gostava de deitar no chão. **O chão da sala era um chão de mosaico friozinho**, então ele gostava de dormir lá. Enfim. Essas sensações eram agradáveis, assim, eu me lembro muito de ver o céu...” R.P.

Descrições físicas

G: Mais alguma coisa? Dessa parte física?

R: Eu gostava de encerar o chão.

G: Era de madeira, né?

R: De madeira, taco.

G: Fora o da sala, que era -

R: Mosaico.

G: Toda a casa era taco?

R: Toda a casa era taco.

G: A cozinha?

R: Mosaico. Cozinha, sala, terraço -

G: Banheiro.

R: Banheiro... Eram mosaico.

G: Quarto de empregada, banheiro de empregada era o quê?

R: Banheiro de empregada era mosaico. Quarto de empregada acho que era taco.

G: E o resto é tudo taco.

L: Era taco no início. Eu me lembro que quem encerava era eu e Júnior. Que era exatamente, era, todo sábado, encerava. Só saía de noite se fizesse a tarefinha, a tarefinha, encerar.

G: O que tu achava disso, achava alguma coisa?

L: Às vezes a gente encarava bem, às vezes a gente já tava arretado, quando você já tava muito cansado e tudo, mas... era obrigação, cada um tinha que dar sua parte aí. As meninas eram pequenas, acho que não mandavam elas fazerem alguma coisa não, porque elas eram pequenas. Mas eu sei que eu Júnior a gente fazia essa parte de encerar, que era tudo taco. Modéstia parte ficava bonito aquele taco depois de encerado, brilhoso, ficava bonito pra caramba.

Descrições físicas

R: Meu quarto tinha basculantes azuis. A janela grande, o basculante ia quase até o teto. Que abria e fechava. Outro basculante que dava pro fosso, que também dava pra loja lá embaixo que era fechado. Não abria. Abria, mas não abria como janela né. Meu basculante abria como janela.”

R.P.

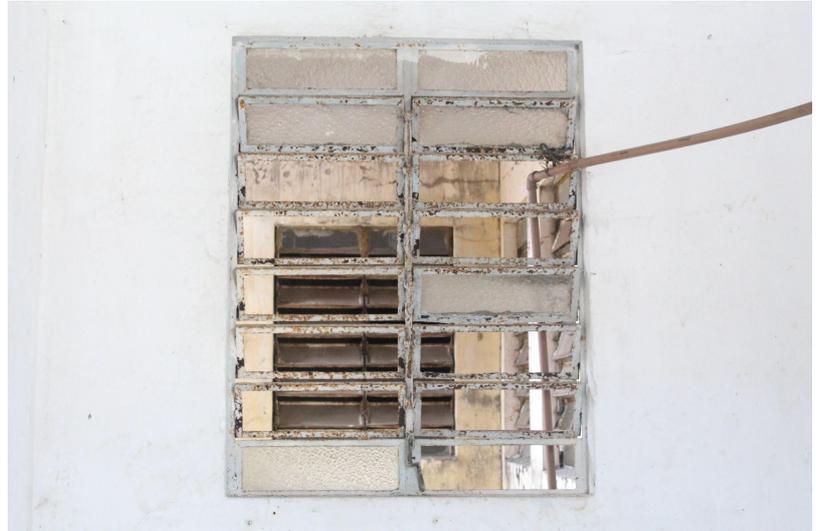


Figura 63. Janela basculante do quarto, que dava para o fosso.



Figura 64. Porta do quarto que dava para o terraço, entaipada.

G: Tinham duas janelas então no teu quarto?

R: Tinha duas janelas. E também três portas. Uma que dava pra sala, uma que dava pro corredorzinho, pra sala de costura e outra que dava pro terraço.



Figura 65. Foto da década de 70 onde pode-se ver a porta que dava para o terraço. Acervo pessoal.



Figura 62. Janela basculante do quarto, que dava para o terraço



Figura 66. Marcas de sol atravessando “cobogó improvisado” em tijolos, na empena.

G: Então os quartos de dormir, todos davam pra esses vãos, as janelas?

M: O dos meninos - o das meninas dava pro terraço coberto e pra esse vão que era aberto no primeiro andar. Eu nem me lembro mais assim- só sabia que era aberto ali - eu não sei se terminava - era aberto só pra gente, terminava sendo telhado ali embaixo no primeiro andar. Eu não lembro desse detalhe não, sabe. Mas tinha ventilação. Porque não tinha mais nada acima da gente. Ventilação e claridade. (...)



Figura 67. Poço de iluminação coberto com telhas Brasilit.

R: Eu gostava de olhar do terraço um prédio muito grande que chama prédio Mandacaru, é na Sete de Setembro, que ficava muito visível, assim para mim, era um prédio maior, eu olhava da área onde eu andava de bicicleta. E também tinham algumas curiosidades, tinha uma casa, com um templo, não é um templo... Os judeus, faziam encontros aos sábados, então como é que se chama? Não é um templo, né? Bem, todos sábados eles se reuniam, era o dia sagrado deles (...)

G: Sinagoga?

R: É, acho que era uma sinagoga, ou pelo menos uma...

G: Onde? Na Imperatriz?

R: Não, era na Martins Júnior, nos fundos. Só que os fundos deles davam para os fundos nossos, né. Então eu via eles chegando com os bonezinhos¹, né, e passando para uma sala pra ter reunião, eu achava aquilo muito engraçado.

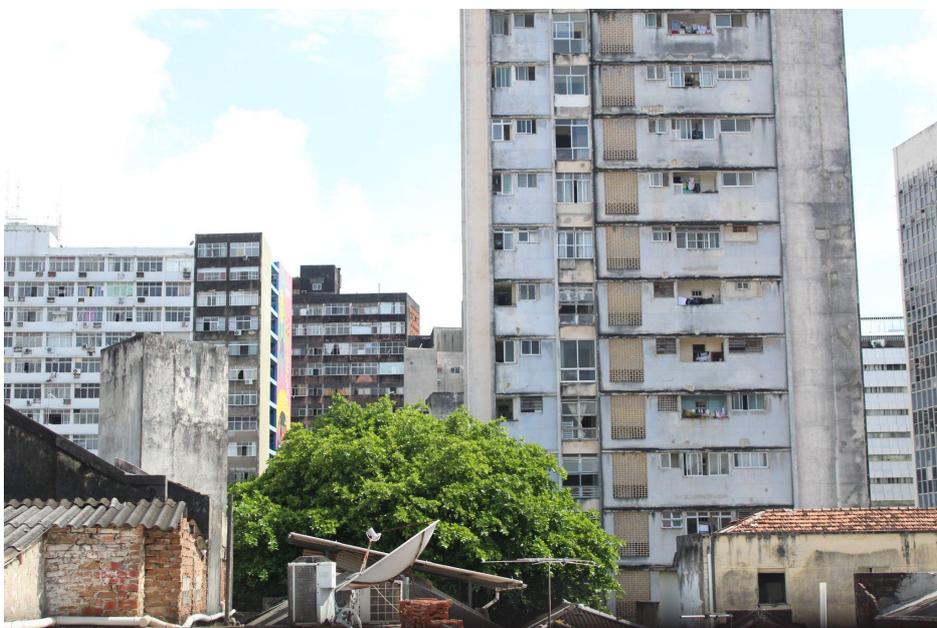


Figura 68. Edifício Mandacaru visto do terraço do Edf. Coelho.

C: Eu lembro também lá da área a gente via também, tinha uma... como é que chama? De judeus?

G: Uma sinagoga?

C: Não era uma sinagoga, mas tinham reuniões, que a gente via eles lá com... como é o nome daquilo? [aponta para cabeça]. A gente bisbilhotava isso.



Figura 69. Sinagoga à rua Martins Júnior, 2023.

“Não sei da história do edifício. O que eu sei é que quando morava lá o segundo andar era todo ocupado por nossa família. O primeiro andar eram salas de escritório. E o térreo eram duas lojas, o Palácio das Rendas, né. Que eram de portugueses. Não sei da história, sempre achei interessante o coelho lá em cima, não sei o que motivou o nome, e o coelho que tá lá né.” R. P.

L: Não. Eu sei que. Eu sei é isso mesmo, que era uma parte comercial, não sei. Parece que antigamente ele foi construído pelo dono, não sei se chegou a morar lá, seu Camilo, tá entendendo, porque lá em cima eu acho que era residência antes também. Mas a história assim dele não.

G: Mas sabia que tinha seu Camilo.

L: Seu Camilo, sim, que era o dono. Porque seu Luís, que era o dono da loja de baixo, acho que era como se fosse um procurador. Era ele que resolvia tudo. Mas o dono, era seu Camilo, acho que era português também. Mas papai nunca entrou em detalhe, assim...

G: Não aparecia muito não.

L: Eu não conheci.

G: Nunca apareceu.

L: Não, eu não conheci não. Conhecia só seu Luís que era o dono do Palácio das Rendas, que era a loja lá de baixo. O pessoal dos Camilo, dos Coelho, tudinho, não. Aí Edifício Coelho porque tem o coelhozinho lá em cima, né. (Risos) Muito legal, muito legal.

“Só que foi portugueses, né.” C. P.



Figura 70. Edifício Coelho nos anos 2000, antes de repintura. Fonte: Nilo Coelho

“Não, não sei nada não, não sei nadinha. Eu só sei que quando eu tive a curiosidade de procurar saber quando foi construído. Eu não sei se foi alguma placa que eu vi ou alguém que foi e me disse, mas foi no ano de 1938. Eu não sei se foi quando terminou ou quando houve alguma mudança. Mas por que eu gravei isso? Porque 1938 foi o ano em que eu nasci.” M. J.

Impressões espaciais

“Gostava de balançar na rede... Que mais? De tomar banho na banheira, tinha uma banheira grande no banheiro, gostava de encher a banheira, tomar banho na banheira, de brincar de escuro dentro do banheiro. Tinha uma parte lá perto do lavabo que era a dispensa, que eu morria de medo. Eu achava muito, eu achava que tinha medo do rato, não sei. Eu achava meio sombrio lá a dispensa, não gostava.” R. P.

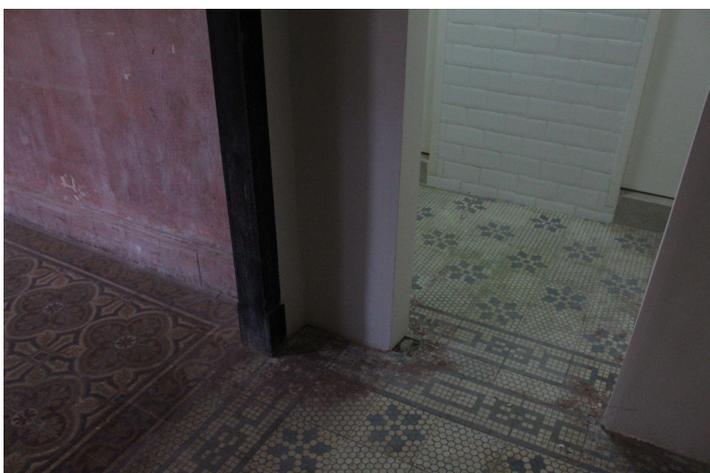


Figura 71. Pisos da sala e banheiro fotografados do antigo lavabo.



Figura 73. Antigo depósito, com janela aberta para a empena.

L: O banheiro com aquela banheira, gostoso, quando a gente enchia a banheira ficava lá... Só se deliciando naquela banheira. Ainda tem? A banheira?

G: Tirou agora, recentemente.

L: Tirou? Uma banheira boa danada.

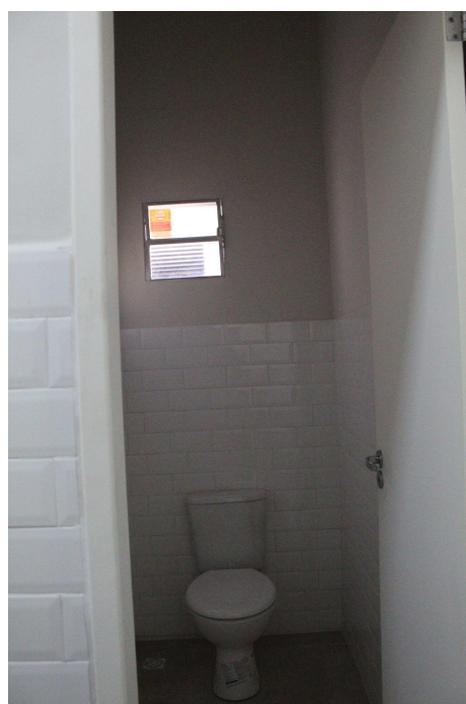


Figura 72. Toailete recentemente instalado no antigo banheiro, em intervenção que pretendia usar o pavimento para salas comerciais.

“E que era uma casa escura. E que até hoje eu não gosto de residência escura. Eu acho que, me traz isso, porque eu acho que pra uma criança, você... Aquele quarto, aquele piso escuro, aquele quarto escuro, eu acho que não remete legal... Me dá... Era um pouco assustador. Depois é que eu tive consciência disso, na época eu não tive não, mas até hoje eu prefiro uma casa clara.” C. P.

Impressões espaciais

R: Ah, o pé-direito era muito alto também. Pelo menos eu achava. Era criança. Não tinha gesso né, ninguém rebaixava teto.. Então era alto.

G: E o que era o forro, era o quê?

R: Era concreto.

G: Concreto? Não dava pro telhado, não?

R: Não. Todo lajeado.

“Me lembra... O pé-direito era muito alto. Eu não sei se eu voltasse lá se eu acharia realmente muito alto ou se é porque eu era criança.” C. P.



Figura 74. Vista da cobertura sem laje, na área do que era o lote nº 198, anexado.



Figura 75. Marca de parede antes da laje em concreto.

Impressões espaciais

G: À noite, como era a dormida, as tuas impressões mais de silêncio, barulho, temperatura, movimento da rua, no horário de dormir. Se te vem alguma coisa.

L: Bom, eu acho que como o quarto da gente era ali, - tu viu onde era o quarto da gente? - eu não me lembro de barulho não, até porque tinha ar-condicionado também. Então, você fechava a porta... Era um quarto pequeno, dormia eu e Júnior lá, tá entendendo, era tranquilo. O que eu adorava que ainda hoje eu sinto saudades, era porque tinha aquele terraço de inverno do lado do quarto, então quando chovia, você ouvia o barulho da chuva ali. Era a coisa mais deliciosa pra você dormir, ouvindo o barulho da chuva ali no terraço de inverno. Ainda hoje quando tá chovendo, você mesmo sabe, quando tá chuva forte, é quando eu durmo parecendo criança. Eu acho que me remonta exatamente àquele tempo. Mas era tranquilo, não lembro de calor assim não. Agora lógico, a gente sempre fechava as portas, né. Como eu disse, tinha a trava de ferro, tá entendendo, e a gente fechava, é como eu disse, não facilitava.



Figura 76. Telhas Brasilit que atualmente cobrem antigo jardim de inverno.



Figura 77. Vista do hall da escada a partir do “jardim de inverno”.

Impressões espaciais

G: E esse jardim de inverno, chovia dentro, né?

C: Chovia. Esse jardim, também. Era jardim, mas não era jardim não. Era uma área. Não era terra não. Tinha jarro lá, e ele tinha tipo um parapeitozinho, e tinha uma grade que era justamente pra não cair pro primeiro andar. E a gente andava por cima dessa grade. Tanto é que a janela do banheiro dava pra essa parte da grade. Tanto é que uma vez Bilu, enganchou, a perna enganchou ali. Foi bem traumático. A gente brincava de se equilibrar, não tinha o que fazer né. Tinha que trelar. Pra ele tinha um paredão assim, no final.

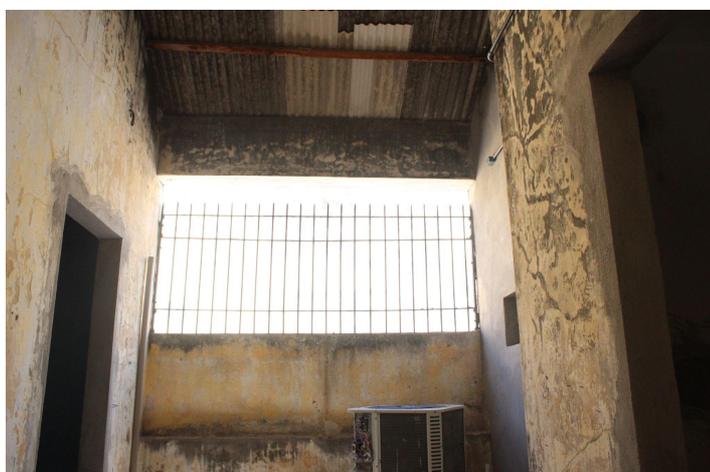
Seguindo a porta, aqui a porta do jardim, aqui essa areazinha, tinha o muro, essa grade, e isso aqui era um paredãozão, do tamanho da parede do resto do prédio, né.

G: Aí não tinha terra, mas chovia dentro, no cimento... ou era o piso vermelho, que tu falou.

C: É. Era o mesmo piso da área.



Figura 78, 79, 80 e 81. Seguindo o percurso da descrição na entrevista: parapeito que separa o jardim de inverno do poço de iluminação, grade na área do poço, janelas do banheiro e grade aberta na empina onde era apenas parede.



G: Você costuma sonhar ou já sonhou com esse edifício? Conte o que lembrar.

R: Oun... Não, na época que eu morava lá eu sonhava caindo do segundo andar embaixo.

G: Pela janela?

R: Pela janela da varanda que dava pra rua. Era um sonho de criança, né, eu sonhava muito caindo... do segundo andar embaixo. (risos)



Figura 82. Vista em mergulho da Rua da Imperatriz a partir de uma das sacadas do Edf. Coelho.

G: E o sonho que tivesse recentemente?

R: Não lembro. Era pra ter anotado, né Gabi?

G: É. Mas lembro que eram as escadas.

R: As escadas, né? Elas eram bonitas.

G: Tu costuma sonhar com esse edifício?

C: Não. Agora eu me lembro criança eu tinha sonho caindo, muito sonho. E muito sonho com ladrão, entrando em casa. Acho que Rafa também tinha isso. Porque querendo ou não eu acho que era uma casa meio aterrorizante pra criança. Uma casa escura, as coisas antigas, muito muito de ladrão.

G: Muito ladrão na área.

C: Não sei, a gente tinha muito medo de ladrão, mas eu não lembro de nenhum episódio de ladrão. Entendeu. E sonhava caindo, também.

G: Caindo o quê, da escada?

C: Caindo do prédio.

G: Da janela?

C: Da janela.



Figura 83. Subida da escada em dois lances que dá acesso ao apartamento.

Arredores/ aspectos urbanos

G: Vocês não iam à igreja, não?

R: Papai não era católico, nem mamãe. Então eu nunca ia à missa. Ah, sim, o sino da igreja tocava várias vezes no dia.

G: O da matriz.

R: Da matriz. Era bem bonito.

G: E tinha missa lá frequentemente.

R: Tinha. Mas a gente não ia. Eu acho uma pena hoje. Talvez tivesse conhecido pessoas.



Figura 84. Vista da Imperatriz a partir da sacada. No fundo, Igreja da Matriz.

G: E a relação com a ponte, com o rio, tinha alguma?

Só quando a gente passeava. Me lembro de uma vez, eu adorava época de Natal porque a cidade ficava toda enfeitada. Aquela parte do rio ficava muito iluminada. E papai me levou uma vez pra passear lá e olhar a iluminação, olhar o rio. Eu me lembro bem, tinha uns sete anos. Mas não era muito comum a gente passear até lá, não era um costume da casa. A gente saía pra resolver uma coisa, na loja, tinha o comércio, então a gente andava muito. “Ah, vamo comprar isso, vamos ver os preços”. Porque é, não existia, lá era onde se comprava né. (...)

G: Tinha alguma época do ano que tinha alguma coisa especial na Rua da Imperatriz?

R: No carnaval. O cortejo passava por lá, então a gente olhava... Só lembro disso.

Arredores/ aspectos urbanos

“Eu acho que tudo, tudo ali me agradava. Primeiro, eu trabalhava, né, que sempre trabalhei com meu marido, era secretária. Então como tinha três salas que pertenciam ao escritório, a residência era muito grande, todo mundo ficava muito bem confortável, porque tudo era muito grande. Mais cinco quartos, entendeu, cada um. Tinha a biblioteca da gente também, a sala muito grande, cozinha, muito grande, e essa área de lazer que os meninos andavam de patins e de bicicleta - inclusive, a sua mãe aprendeu a andar de bicicleta nessa área que era muito extensa, entendeu. Então eu gostava. Também era um lugar central, eu decidia tudo perto, farmácia, o mercado de frutas e verduras que a gente ia fazer no Pátio de Santa Cruz, relativamente perto, que muitas vezes pequenas compras a gente ia até a pé e fazia. Os educandários nessa época eram todos, os educandários maiores, assim, eram todos no centro, inclusive o colégio nossa senhora do carmo onde sua mãe estudou e sua tia, desde a creche até o segundo grau, e iam todo mundo a pé, entendeu. O Marista, que era logo na av. Conde da Boa Vista. Todas as escolas grandes era tudo no centro. Então tudo isso eu estava no meu trabalho, a rua era uma rua tranquila, segura. Todo mundo andava à vontade. E aí eu gostava. Tinha o estacionamento logo depois, então o estacionamento do nosso carro ficava num estacionamento bem pertinho também, numa transversal ali, entendeu. Então tudo isso era agradável.” M. J.

L: Outra coisa que eu me recordo bem de lá foi na época que teve uma cheia... foi 75, aí eu fui com mamãe até a ponte de Boa Vista, aí era o rio cheio, a água batendo já na parte de baixo da ponte, animais mortos sendo arrastados, tudinho, aquilo me impressionou muito pela... pela cena, tá entendendo. Mas, fora isso... Aí depois, o quê, logo depois, que me impressionou foi, você já deve ter ouvido falar, o boato que a represa tinha estourado, aí lá de cima a gente só via o pessoal louco, louco, abandonando carro, dando meia-volta na rua, loucura total, tá entendendo.

G: E vocês em casa?

L: E a gente casa, porque a gente sabia que mesmo que tivesse estourado a represa, lá em cima a água não chegava. Mas todo mundo com medo, né, todo mundo com medo, rádio, tudinho pra ouvir as notícias, mas, foi só boato mesmo.

L: Quando a gente morava lá, em primeiro lugar, aquela rua da Imperatriz passava carro. Eu me lembro que a gente quando estudava no Colégio Militar, aí tinha uma parada de ônibus, o terminal do ônibus era na Rua da Aurora, ali quase na esquina com a Conde da Boa Vista. A gente ia, pegava o ônibus, pegava Imperatriz, Manoel Borba, que o Colégio Militar era ali no Derby.

G: Ah, quando Juca falou eu pensava onde é agora.

L: Na Cidade Universitária. Não, era ali no Derby, no Derby e Benfica, que é do outro lado do rio. Aí o ônibus ia direto. Manoel Borba, era ali. Ainda passava carro lá. Na cheia de 75 que eu falei que saiu o boato, que você via o pessoal dando volta, porque passava carro pela Rua da Imperatriz. Depois eu não sei em que ano foi, que transformou em rua de pedestre. Que era pra melhorar o fluxo do comércio, tudinho. Eu não sei se foi uma boa, mas... Foi um bom trampo, porque destruíram todo o calçamento, pra botar canaleta nova de esgoto, tudinho. Foi um tempo danado. E aí ficou rua de pedestre, o comércio era forte. Loja com muito movimento, muita gente. Acho que até uns 15 anos atrás, o comércio ali era muito forte tá entendendo. Era pujante mesmo, lojas... as melhores lojas de Recife estavam na Imperatriz e na Rua Nova. Quando foi inaugurado o shopping center, boa viagem, que foi o primeiro shopping daqui de Recife, foi que o comércio do centro começou também a cair um pouco, a diminuir o fluxo, dividir o fluxo com o comércio do shopping, né. Aí veio a questão de segurança. Ent muita gente preferia ir pro shopping por causa de segurança. Assalto, ar-condicionado... comodidade essas coisas. Basicamente isso.

G: E pronto, relativo à segurança? Era tranquilo, de noite, de dia... Tinha alguma questão?

L: Tranquilo.(...) Você saía de noite sem esse medo todo de ser assaltado. A gente ia pras festas, no Internacional, Clube Português, a gente voltava andando para casa. (...) Naquela época anos 70, 80... tranquilo.



Figura 85. Vista da Imperatriz.

L: Esse rio da gente era pra ser muito mais bem explorado. Já teve antigamente a balsa da CTTU, da CTU, tá entendendo. Po, esse rio já foi muito melhor do que agora. Pelo transporte, principalmente pro turismo. Hoje em dia só tem aqueles catamarã, mas muito, muito devagar.

G: O que era isso, a balsa da CTTU?

L: Era uma lancha coberta, grande. Acho que era como daqui do portão, certo. Não sei se eram duas fileiras de cada lado, ou eram três de cada lado. Era um barco fechado, pra fazer o passeio pelo rio. Saía, ia até ali perto do Sport, voltava, ia até a ponte do Limoeiro, ali pelo porto, e voltava. Era um passeio muito bom, muito legal.

G: E CTTU era o quê então?

L: Era CTU, porque era Companhia de Transportes Urbanos. E essa lancha era da CTU, que era da Prefeitura né.

G: Mas era mais pra passeio?

L: Passeio, era pra passeio. Sempre houve aquela de que vai fazer um... que o rio vai ser meio de transporte, vai botar barco, pra ajudar os ônibus, né. Nunca saiu do papel. A última vez foi na Copa. E Recife tinha que ter transporte fluvial.

G: E esse dia da cheia também, né, que tu falou. Que passavam os animais mortos...

L: É, esse dia da cheia. Foi chocante você ver assim. Uma coisa é você ver na televisão, outra coisa é você ver a força da água batendo na pilastra, assim. Arrastando plantas, tudo, tudo sendo arrastado. A água bem barrenta.

G: Mas não transbordou não?

L: Ali, não. O rio transbordou mas em outras áreas da cidade né. Ali pela Ilha do Retiro, por ali encheu tudo. Ali não, a gente só via o movimento da água e de vez em quando saía água pelos bueiros da rua. Aí saía assim, mas não era nada que fosse transbordar não. (...) O Colégio Militar, que era ali no Benfica no Derby, aquilo ficou debaixo d'água. Quando a gente chegou lá, depois da cheia, os armários da gente, tênis, tênis de educação física ficava nos armários, tênis, roupa tudinho. Oxe, foi tudo pro lixo, era barro só. Tá entendendo. Porque entrou água, acho que entrou quase dois metros e água lá no Colégio Militar. Aí foi punk. Mas a gente lá não, nem a Rua da Imperatriz encheu de água não. Saía umas águazinhas pelos bueiros, agora você via o rio né. E depois pela televisão você via Recife debaixo d'água. (...)

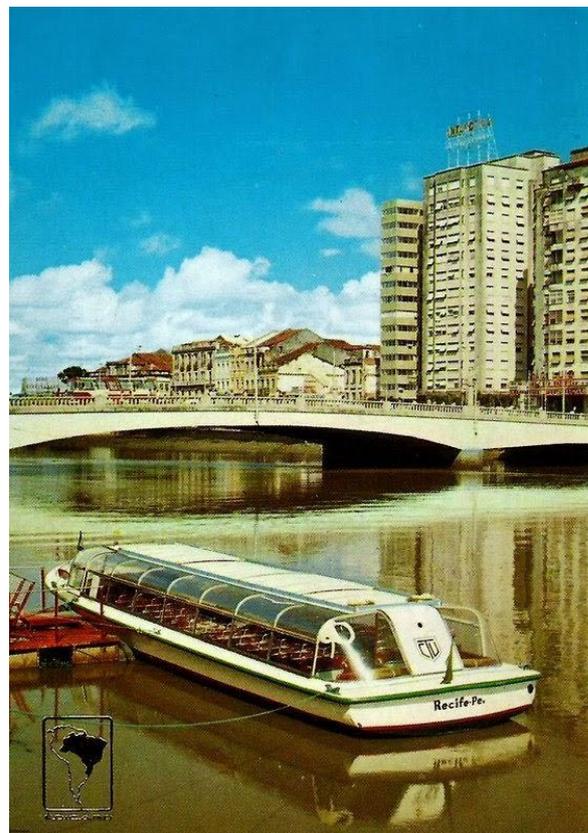


Figura 86. Cartão postal com lancha da CTU na década de 70. Fonte: <https://omessageiro77.wordpress.com/2015/02/16/ah-esses-onibus-recifenses/lancha-da-ctu-decada-de-70/#main>

G: Acho que é isso, vó, tem mais alguma coisa que queira falar?

M: Não... Aí eu só sei que muita gente foi conhecer quando foi a festa dos 10 anos de Rafaela, né, que aí tinha muito amigo, muito convidado, então foi uma festa muito bonita lá. Mas aí naquele tempo não tirava muito foto, sabe como é que é, nada. Digamos uma coisa assim de, umas - 100 pessoas eu acho que não tinha não, mas tinha umas 80 pessoas - todo mundo dizia assim: “Como é? Morar na Boa Vista?” Embora a gente fosse bem relacionada, todo mundo se admirava como é que a gente morava na Imperatriz. Na Rua da Imperatriz não era mais ninguém pra ‘tar morando assim. Só que quando chegava lá, todo mundo ficava encantado com a casa, com a residência. E aí “Ah, aqui eu também moraria, aqui eu também moraria”, entendeu.

G: Uhum.

M: Porque até quando você vai subindo para o primeiro andar, é aquele tipo de escada mesmo de qualquer prédio, aquilo fechado, de um lado, de outro. Quando você abre a porta para o segundo - porque essa porta do segundo ficava sempre fechada, era particular. Só a gente que abria. Aí você já via - primeiro ela muito larga, já clara né, por conta da claridade do coisa, tudinho. E tudo muito bonito e bem feito. Aí você já - quebrava, tá entendendo. O encanto já aparecia, né.



Figura 87. Acervo da família Coelho, sem data.



Figura 88. Gabriela Souto Maior, 2021

4. Proposta

4.1 Legislação incidente

Coisas que o regulamento não diz:
é preciso acreditar
no poder
da paisagem
aprender a ser
em sigilo
(...)

Ana Martins Marques

Os lotes do Edifício Coelho encontram-se inseridos na Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) da Boa Vista - ZEPH 08 -, instituída na Lei Municipal nº16.176 de 1996. Varia no entanto, os setores nos quais se encontram localizados: o lote com acesso pela rua Martins Júnior está em Setor de Preservação Ambiental (área de transição), enquanto o lote com acesso pela Rua da Imperatriz está em Setor de Preservação Rigorosa. No ano de 2014, as ZEPH foram regulamentadas através da Lei Municipal nº18.046/2014, que instituiu plano específico para os Setores de Preservação Ambiental (SPA) dessas zonas, enquanto intervenções nos imóveis dos Setores de Preservação Rigorosa (SPR) não possuem plano específico, requerendo análise específica.

A edificação do nº 47 da Martins Júnior foi também classificada como um Imóvel Especial de Preservação (atual IEP nº 217), através da lei nº 18.046 de 2014, da qual não consta parecer técnico. Assim, a partir dessa data, passou a incidir sobre este também a Lei Municipal nº 16.284/97, que define os IEP, estabelece as condições de preservação destes, bem como compensações e estímulos aos proprietários. Dessa lei, interessa para o caso específico saber que não é permitido o desmembramento do terreno de um IEP, e, no caso de remembramento do IEP com outros terrenos (artigo 12), esses passam a responder pela mesma legislação.



Figura 89. Base cartográfica com imagem em satélite do ESIG, zoneada conforme o Plano Diretor de 2008. Número 47 da Martins Júnior marcado como IEP (em amarelo), assim como seu vizinho, o número 39, e o número 29, edifício da sinagoga. Em azul claro, o SPA, em azul escuro, o SPR.

Quanto aos parâmetros construtivos definidos para a ZEPH 08, os de terrenos localizados em SPA correspondem aos mesmos parâmetros construtivos da Zona Especial de Centro Principal (ZECP) (GHIROTTI, 2012). São estes: taxa de solo natural de 20%, coeficiente de utilização 7,00, afastamento frontal nulo, e afastamentos laterais e de fundos variando entre nulo e 1,50m (a depender se o edifício cola nos dois limites laterais, ou um lateral e um de fundo). Quanto à taxa de solo natural, vale ressaltar que - até onde é possível verificar com as vistas de satélite do ESIG (figuras 90 e 91), bem como pela visão que se tem do terraço do lote 202 -, praticamente não há resquício de quintais e solo natural na quadra onde se insere o imóvel, encontrando-se seu miolo preenchido por cobertas diversas, em diferentes níveis. Segundo relatos dos moradores, a quadra assim já o era na década de 70.

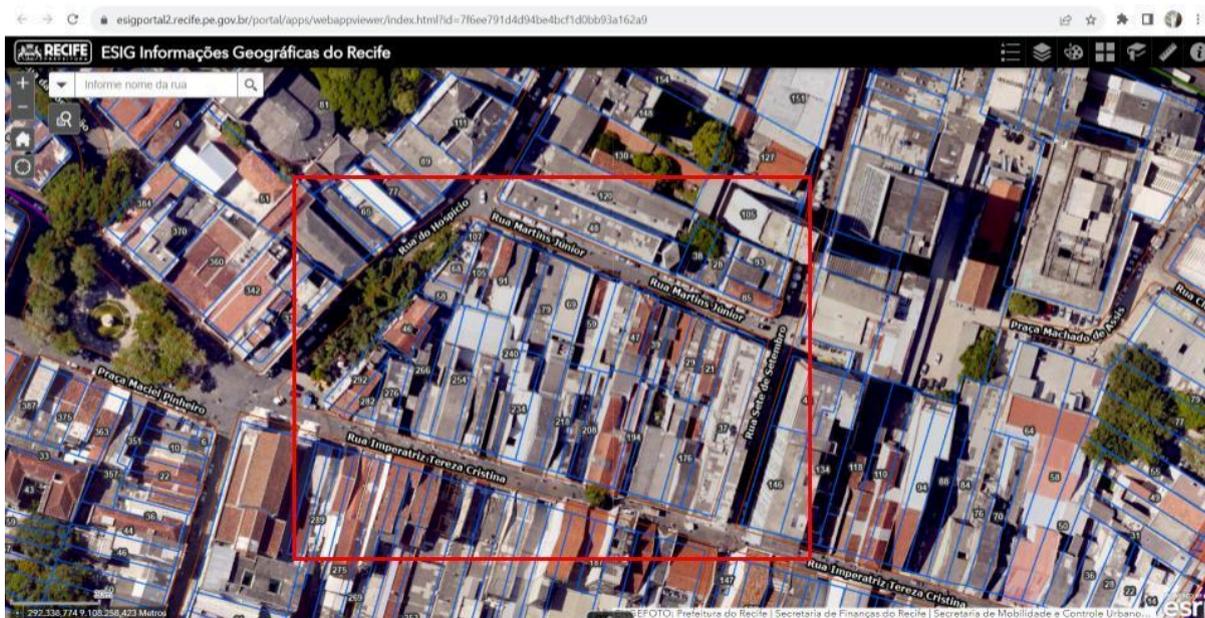


Figura 90. Vista de satélite da quadra onde se inserem os lotes abordados. A quadra é ladeada pelas ruas da Imperatriz, do Hospício, Martins Júnior e Sete de Setembro.

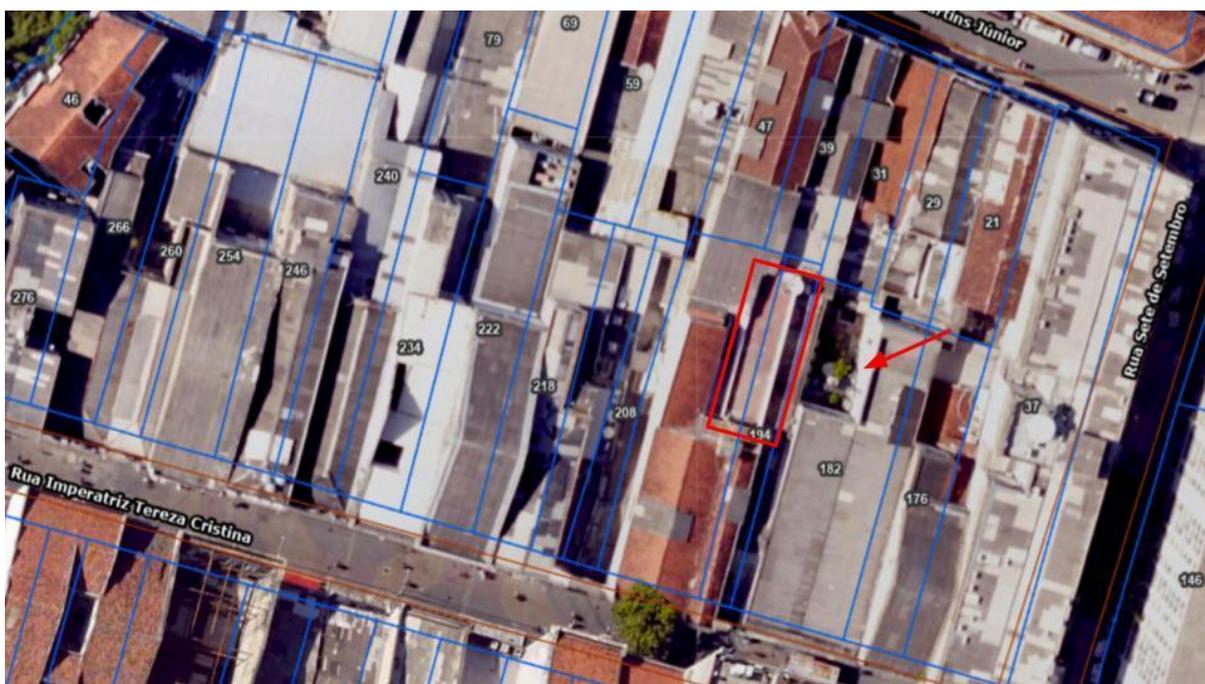


Figura 91. Detalhe ampliado da imagem anterior, onde se pode perceber vegetação de quintal remanescente no interior da quadra (em outro lote). Notar que na imagem o terraço do Edifício Coelho ainda tinha seu piso em azulejos vermelhos.

4.2 Diretrizes/ anteprojeto

Ela tem à mão uma porta
ela tem o chão a seus pés
um teto lhe subiu à cabeça
janelas suficientemente altas
para o salto
por onde a paisagem entra sem a prévia anuência
da Administração

Ana Martins Marques

Para a realização do anteprojeto, considerou-se as informações e impressões resultantes do levantamento fotográfico, da pesquisa documental e das entrevistas realizadas. Estava no planejamento o levantamento arquitetônico do edifício, mas devido a dificuldades relativas ao acesso a esse no momento dessa etapa (devido ao fechamento das lojas no térreo e à distância do atual responsável pelo edifício), e considerando o fato de que o proprietário possuía um levantamento arquitetônico recente, realizado por escritório de arquitetura privado em 2020, com o objetivo de regularizar o prédio junto à Prefeitura e reconhecer o remembramento entre os lotes nº 202 da Rua da Imperatriz e o nº 47 da Martins Júnior, esse levantamento foi usado como base para o desenho.

Na proposta optou-se por assumir a união entre as duas edificações - que já são unidas no térreo - através também do segundo pavimento. Isso foi feito preservando os dois apartamentos existentes voltados para a rua Martins Júnior, cada um em um pavimento, e fazendo nestes algumas adaptações relativas ao modo de morar contemporâneo, com pequena alteração de área. Já o apartamento da Rua da Imperatriz foi dividido em quatro unidades habitacionais (aproveitando os dois banheiros existentes e inserindo mais dois) e uma lavanderia de uso coletivo, além da criação, em continuidade ao longo da antiga varanda do volume de serviço, de uma passarela - com degraus para vencer o desnível entre os pisos de ambas as edificações -, ao longo do qual foi inserida mais uma unidade residencial (figura 92). Procurou-se manter, na maior parte do tempo, a divisão espacial existente dos ambientes.

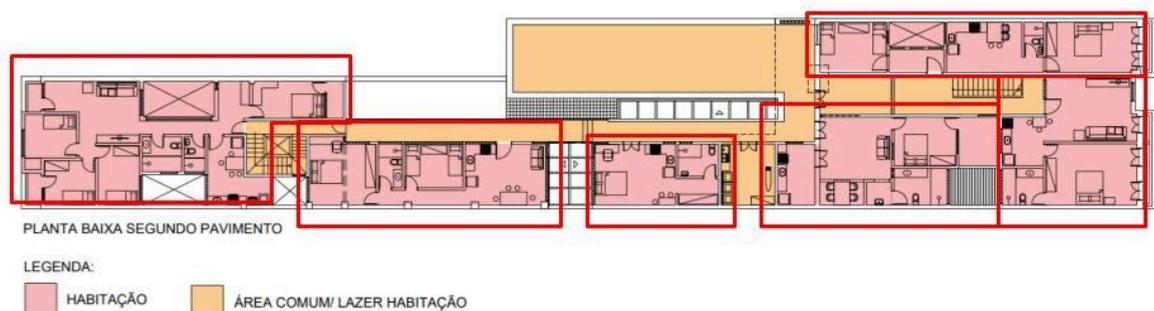


Figura 92. Planta baixa do último pavimento, proposta de unidades habitacionais e unificação da circulação entre os edifícios

A área do que foi um dia o terceiro apartamento da edificação da Martins Júnior, descaracterizado e atualmente usado como depósito da loja 02, passa a ser um salão de festa acessível a todas as 7 unidades, com área coberta e descoberta (figura 93) - a partir de corte de parte da laje do piso superior (antigo terraço/cobertura privativa do segundo pavimento). Quanto ao antigo vão central que existia no terraço do edifício da rua da Imperatriz, que permitia passagem de luz para o primeiro pavimento e foi fechado devido a infiltrações, este é reaberto, permitindo a reabertura de janelas das salas comerciais para o miolo do edifício. Esse vão abre em parte até o térreo, permitindo abertura de janela do banheiro da loja 01 e do escritório da loja 02, e outra parte é vedada por um telhado em vidro aramado, permitindo iluminação natural em trecho do salão da loja 02 (figuras 93 e 94).



Figura 93. Planta baixa do primeiro pavimento, proposta

No térreo, os acessos de circulação vertical que havia no interior de cada loja e davam para o primeiro pavimento, que vinha sendo usado como depósito destas, são retirados, e o comércio fica restrito ao térreo, com nova área de depósito, escritório da loja e banheiro no mesmo piso. Dessa forma os acessos aos pavimentos superiores passam a se dar unicamente pela rua (figura 94).

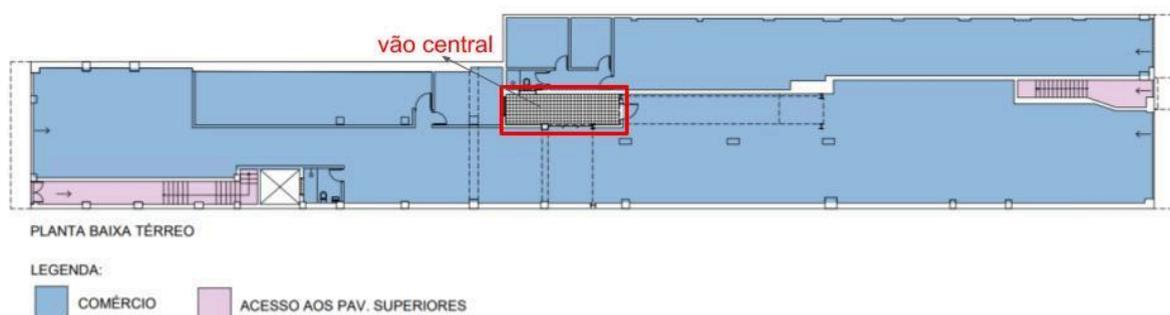


Figura 94. Planta baixa do térreo, proposta

Quanto à parte estrutural, essa não foi analisada em profundidade devido a limitações técnicas e por uma análise desse tipo ultrapassar o escopo desse trabalho, já que exigiria a realização de prospecções e, por vezes, o envolvimento de outros profissionais. Identificou-se no entanto, no que era visível sem intervenções, que o edifício possui sistemas mistos. Na porção voltada para a Rua da Imperatriz, parte em alvenaria estrutural e pilares de alvenaria (visíveis em alguns trechos sem forro do segundo pavimento), sendo a escada de entrada aos pavimentos superiores provavelmente apoiada apenas nas duas paredes de alvenaria que a envolvem - além de alguns pilares e vigas em concreto. Acredita-se que na reforma da década de 30, quando alterou-se as feições coloniais para uma fachada protomoderna, aproveitou-se parte da estrutura existente. Não se pôde conferir a localização de todas as vigas e pilares devido a questões de acesso, embora se tenha mantido a representação de algumas pontuadas no levantamento cedido pelo proprietário. Quanto à porção do edifício voltada para a Martins Júnior, o projeto da década de 50 já previa pilares em concreto, embora não tenha havido oportunidade de conferir com exatidão se o projetado foi o executado, e haja divergências do que é mostrado no projeto aprovado para o que é mostrado no levantamento da Seção de Esgotos, da mesma década. Foi possível identificar também vigas de ferro aparente, para sustentação de caixa d'água, no espaço interno de um desses apartamentos.

A seguir, quadro de diretrizes reunindo o que foi considerado importante de ser levado em conta em uma intervenção no edifício.

Diretrizes para o anteprojeto	
1	Assumir o remembramento entre os lotes e a unidade do edifício, mantendo o uso misto
2	Manter, na medida do possível, distribuição espacial existente dos apartamentos, sem grandes alterações das divisões internas
2	Manter e restaurar os elementos de valor arquitetônico remanescentes no local (pisos em mosaico, esquadrias, bandeiras em ferro forjado, guarda-corpo em madeira da escada, escada em granilite), bem como a maioria dos aspectos da divisão espacial interna
3	Reabrir os poços de iluminação/ventilação existentes, mantendo a localização destes, e áreas de “jardim de inverno” (terraços descobertos)
4	Manter ponto de visadas para o exterior a partir do interior da quadra (materializado no terraço nos fundos do apartamento do lote da Imperatriz)
5	Preservação das fachadas voltadas para a rua e ritmo de aberturas
6	Troca da tubulação de água e esgoto (ainda metálica, encontra-se enferrujada)
7	Recolocação de forro sobre a parte do apartamento do nº 202 equivalente ao que era o lote 198, atualmente com um dos cômodos apenas na telha
8	Reabrir vão central no terraço do nº 202 que dava para o primeiro pavimento e foi fechado recentemente, permitindo iluminação natural e arejamento das salas comerciais do primeiro pavimento, e maior permeabilidade da edificação (ver corte CC' em Apêndice B)

Considerações finais

Com base no visto nesse trabalho, conclui-se que a adaptação e reocupação do conjunto edilício das ruas Nova e Imperatriz, bem como a inserção ou reinserção do uso habitacional, é à primeira vista possível, e deve ser um trabalho que leve em conta caso a caso, pois, apesar de estarem na mesma rua, há muitas vezes, mesmo entre edifícios vizinhos, grande variedade de estilos e temporalidades presentes, bem como particularidades decorrentes da história de cada edificação e seus proprietários. Levar em conta essas variáveis é uma forma de reativar as edificações sem passar por cima do emaranhado de influências que caracteriza essa parte da cidade.

Seria proveitoso resistir ao impulso de “pôr tudo abaixo” e zerar os interiores dos edifícios para refazê-los do zero, podendo as adaptações cabíveis serem feitas sem anular a espacialidade característica de cada edificação - quando pesados e considerados os valores identificados seja por pesquisa histórica, seja por entrevistas, seja pela sensibilidade e repertório de quem intervém. Um trabalho cuidadoso que pese os prós e contras de cada alteração e balanceie os fatores envolvidos nos projetos e obras a serem realizados, considerando muitas vezes qualidades que poderiam passar despercebidas a um olhar mais apressado ou técnico, pode exigir mais tempo e paciência, mas acabará por resultar numa intervenção muitas vezes mais rica e que respeita verdadeiramente a história da cidade e das milhares, quiçá centenas de milhares de pessoas que por ali fizeram passagem.

Enquanto nesse trabalho explorou-se algumas possibilidades de unidades habitacionais relativamente tradicionais - a própria noção de habitação e do “produto” arquitetônico de habitação tem espaço para ser explorada numa intervenção nessa área da cidade, podendo-se pensar nos diferentes perfis de usuários que procuram o centro, e a partir disso, criar uma tão variada quanto oferta de possibilidades habitacionais - desde estruturas para locação temporária, com mais rotatividade ou com mais permanência, para trabalhadores solteiros, para famílias com cozinha compartilhada, com lavanderia compartilhada, para habitação social, para classe média, com acessibilidade e sem acessibilidade, etc. Onde as limitações espaciais que muitas vezes os edifícios impõem podem indicar diferentes conformações.

Somado a isso, a possibilidade de reconhecer o potencial de um conjunto que não é de “amplidão” e “grandes vãos e vistas”, mas que ainda assim pode atender às necessidades contemporâneas para usos do dia a dia - sendo muitas vezes a resistência a isso fruto mais de ideias pré-concebidas do que seria a arquitetura ideal e palatável para o “homem moderno”, do que realmente da qualidade da experiência de tais espaços - pois por quantas vezes nos

enfiamos sem reclamar em escritórios ou consultórios sem janelas ou com vistas para paredes em edifícios contemporâneos, e na verdade nem o percebemos, mas só passamos a achar esses problemas “insuperáveis” se se trata de uma edificação antiga? Mais do que fazer uma apologia de um certo tipo de arquitetura ou outro, esse trabalho buscou investigar se é possível morar e trabalhar bem no centro do Recife sem para isso fazê-lo deixar de ser o centro do Recife. E a suspeita é de que sim.

A cura está no tempo, dizem,
mas, ela pensa, por que não
no espaço?
ou antes não há cura
a vontade de partir antecede sempre
a casa
estamos para ir
prestes, mas não prontos
só vigor e vontade
lar, ela pensa, é sempre lá
(talvez, lançar-se)

Ana Martins Marques

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Maria Zerbone Alves de; Pedrosa, Tales de Lima. Bonde elétrico e as transformações urbanas no Recife. *Temporalidades - Revista de História*, ed. 34, v. 12. n. 3. Set-dez 2020.
- ALVES, Amanda. Morar de aluguel no Centro Histórico: Estudos sobre a aplicabilidade de uma política habitacional pautada no regime de aluguel para o bairro da Boa Vista, no Recife. Monografia (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 217 p., 2019.
- AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.
- BERNARDINO, Iana Ludermir. Para morar no centro histórico: condições de habitabilidade no Sítio Histórico da Boa Vista no Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 198 p., 2011.
- CARTA de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada. Lisboa: 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 21 a 27 de outubro de 1995. Disponível em: https://culturante.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1995__carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urbana_integrada-1%C2%BA_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf
- CARTA de Petrópolis. Petrópolis: 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra; CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *O Recife e suas Ruas*. Recife: IAHGP, 2010.
- DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ. Amsterdã: congresso sobre o património arquitetônico europeu, outubro de 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>
- DUARTE, José Lins. Recife no tempo da maxambomba (1867-1889) - O primeiro trem urbano do Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- FERRER, Bruna Rafaella. *Guia Comum do Centro do Recife*. Recife: Funcultura, 2015.
- HEIDEGGER, Martin [1951]. *Construir, habitar, pensar*.
- LACERDA, Norma. Bernardino, Iana. Ressemantização das áreas centrais das cidades brasileiras e mercado imobiliário habitacional: o caso recifense (Brasil). *Caderno Metrôpoles*, São Paulo, v. 22, 2020.
- MARQUES, Ana Martins. *Como se fosse a casa (uma correspondência)*. 1ª edição. Belo Horizonte: Relicário, 2017.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. Habitar no Centro Histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 294 p., 2015.

MENEZES, José Luiz da Mota. Ruas sobre as águas - As pontes do Recife. Recife: CEPE, 2015.

MENEZES, José Luiz Mota. Atlas Histórico Cartográfico do Recife. Editora Massangana: Recife, 1988.

PEDROSA, Tales de Lima. O Recife no Caminho dos Bondes Elétricos: Leituras de uma Cidade em Transformação. Dissertação (Mestrado em História). UFRPE, Recife, 2021.

SOUTO MAIOR, Paulo M. Nos caminhos do ferro - Construções e manufaturas no Recife (1830-1920). Recife: CEPE, 2010.

SETTE, Mario. Arruar. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SETTE, Mario. Anquinhas e Bernardas. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SETTE, Mario. Maxambombas e Maracatus. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1958.

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de Sítios Históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora da UFPE, 2008.

O Recife – Quatro séculos de sua paisagem: Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva (org.). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1992.

WASHINGTON, Luiz da Silva Lago. O pólo médico-hospitalar do Recife e a espacialização dos seus equipamentos de saúde: pólo de crescimento ou de desenvolvimento?. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 210 p., 2010.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

1. Conte como foi a decisão de morar nesse apartamento da Rua da Imperatriz, o que participou na escolha, quando ocorreu e como foi o processo de mudança.
2. Quanto tempo vocês moraram no apartamento? Como era a Rua Imperatriz nessa época?
3. O que você sabe sobre a história do edifício? (Construção, mudanças, usos, particularidades)
4. Como era o centro nessa época? Houve mudanças significativas nos arredores nesse tempo?
5. Conte um pouco de suas lembranças de morar lá, o que lhe vier à mente ou for marcante. Pode ser algum episódio, algo que lhe agradava, algo que lhe incomodava no cotidiano.
6. Vocês tinham vizinhos, conhecidos de rua ou bairro? Como era essa relação?
7. Como era à noite, a dormida? Como era o movimento na rua? Era silencioso, havia sons, ventilado ou calor, claro ou escuro...
8. Descreva um pouco o edifício e o apartamento, nos detalhes em que lembrar.
9. Você costuma sonhar ou já sonhou com esse edifício? Conte o que lembrar.

APÊNDICE B

PROJETO DE INTERVENÇÃO



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1:500



A integração dos lotes e a ligação entre os dois edifícios é materializada por uma passarela interna, continuidade de antiga varanda de serviço do apartamento do nº 202 da Imperatriz, com degraus para vencer o desnível existente entre as edificações.

Na planta de cobertura atual, algumas fotografias atuais de elementos relacionados com a cobertura (poços abertos e fechados, balcões, terraço em manta asfáltica, jardim de inverno).



Vista do balcão a partir da janela da sala do primeiro pavimento



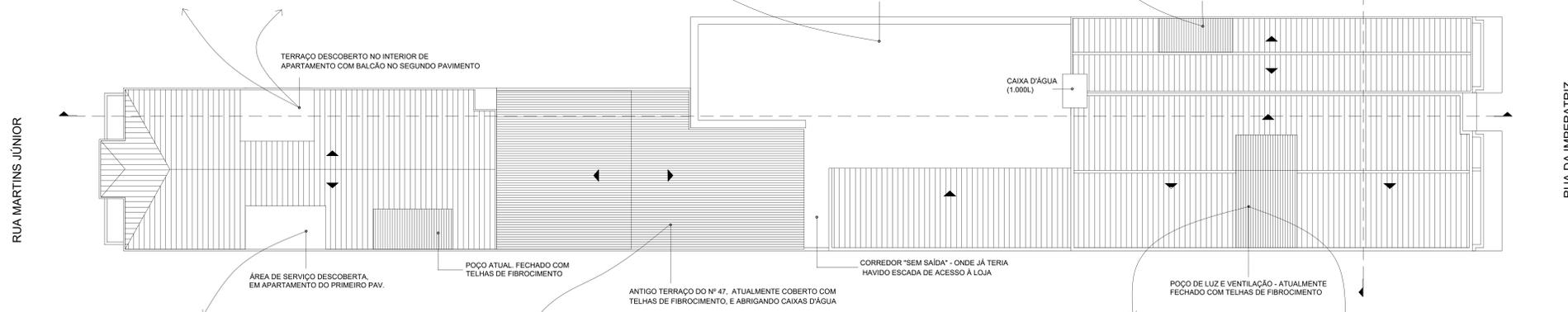
Vista de abertura na parede do segundo pavimento, não registrada em planta



Vista do terraço, atualmente "emendado" sem o vão central anterior que garante iluminação e ventilação para as salas comerciais



Vista interna da cobertura do poço a partir do primeiro pavimento. Notar solução com "cobogós improvisados" em tijolo na empresa para entrada de iluminação



Vista da área de serviço no primeiro pavimento de um dos apartamentos à Rua Martins Júnior, com janela para um dos quartos (à frente) e banheiro (à direita)



Vista da cobertura dos dois lotes

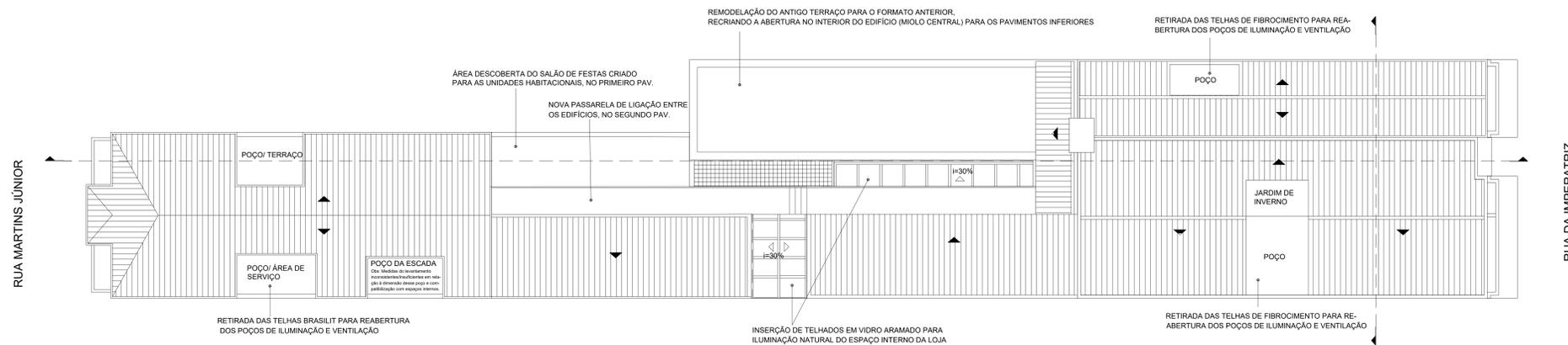


Jardim de inverno contíguo ao poço com material de obras de manutenção recentes no apartamento



Vista das telhas de fibrocimento atualmente cobrindo poço de luz e jardim de inverno

PLANTA DE COBERTA ATUAL
ESCALA 1:100



PLANTA DE COBERTA PROPOSTA
ESCALA 1:100



MUDANÇAS

Balanceando a história acessada nos diferentes registros do edifício com a proposta para a contemporaneidade - procurou-se preservar sempre que possível materiais e pisos em bom estado, e seguir, em certa escala, a distribuição espacial existente (ver fotografias de alguns elementos nas plantas ao lado).

Térreo

Nas lojas, retirou-se as escadas que davam acesso ao segundo pavimento da edificação, restringindo-se o setor comercial ao pavimento térreo.

Na loja 01 (de menor dimensão) os fundos foram remodelados permitindo a abertura de janela no banheiro, enquanto entendeu-se que o depósito e escritório poderiam, numa concessão, permanecer sem aberturas por serem espaços de curta permanência.

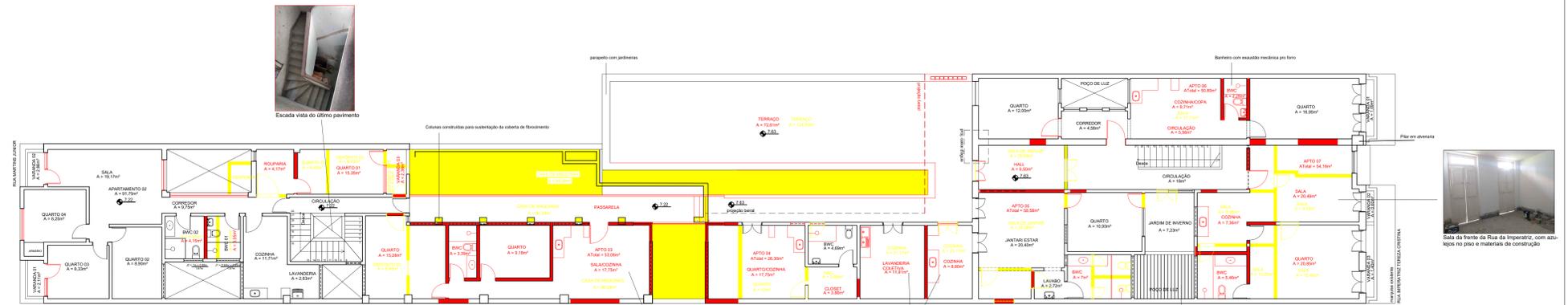
A loja 02 (que atravessa o lote) passa a contar com um banheiro - que constava em plantas anteriores mas havia sido retirado -, e tem a inserção de dois telhados de vidro, além de um pátio interno, possibilitados pela reabertura do miolo do edifício (ver corte CC'). Essas alterações permitem iluminação natural parcial no salão da loja, aproveitada também para o escritório.

Primeiro pavimento

As salas comerciais do primeiro pavimento foram restituídas, com acesso exclusivo pela Rua da Imperatriz. Já o espaço que era ocupado como depósito da loja 02, tornou-se um espaço de convivência e eventos para os futuros moradores das unidades habitacionais - a unidade habitacional preexistente no primeiro pavimento, com acesso pela Martins Júnior, foi mantida.

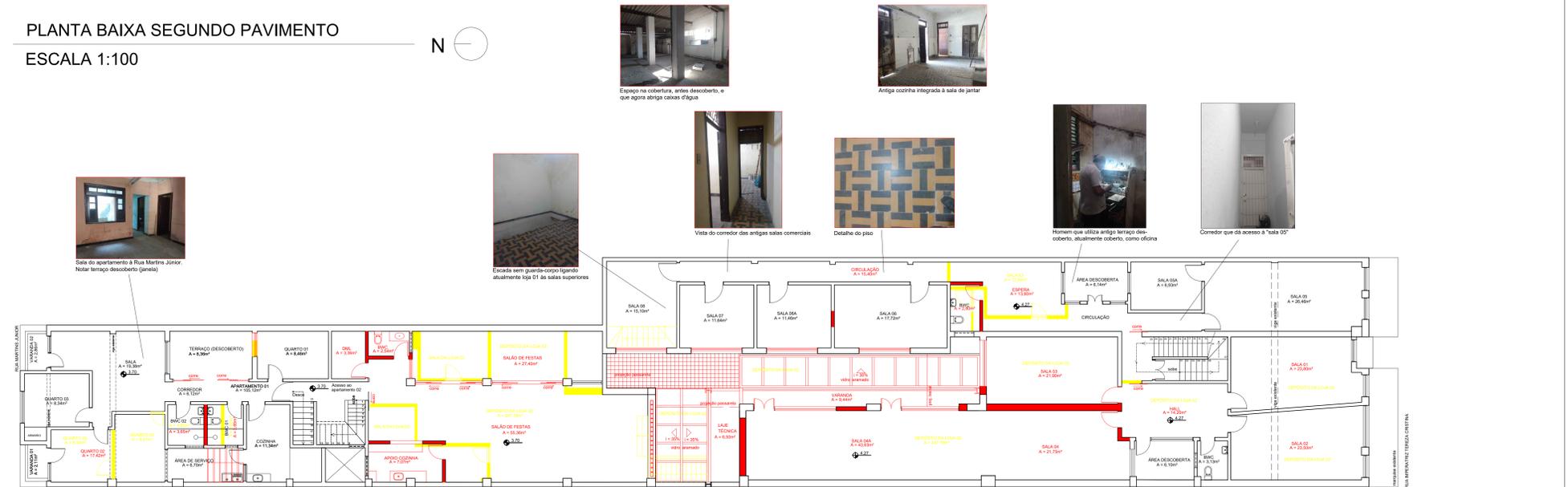
Segundo pavimento

O segundo pavimento da edificação ficou reservado à habitação, com acesso tanto pela Rua da Imperatriz quanto pela Rua Martins Júnior.



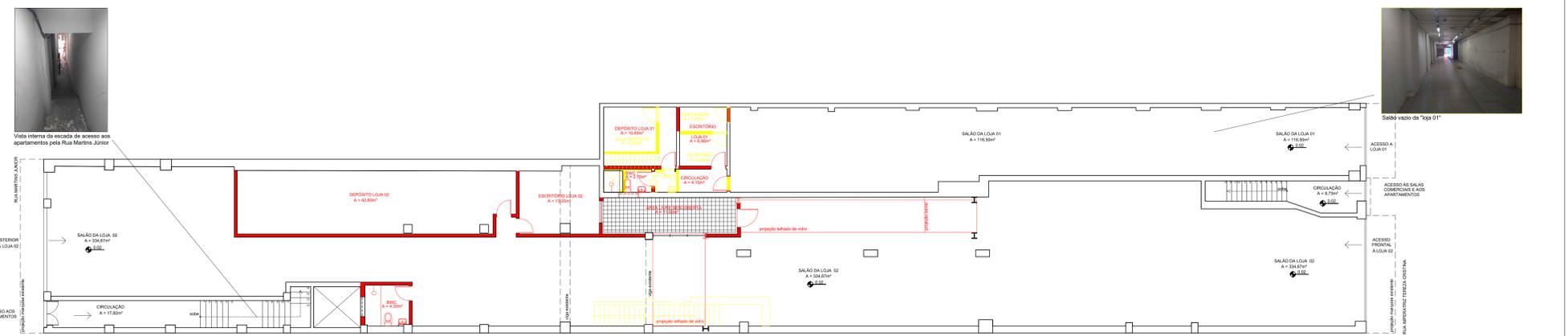
PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO

ESCALA 1:100



PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO

ESCALA 1:100

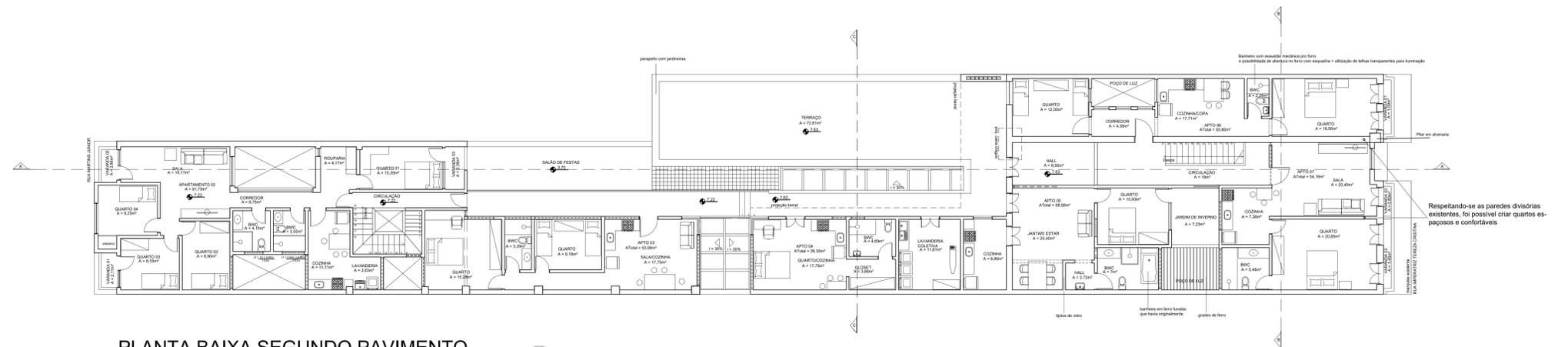


PLANTA BAIXA TÉRREO

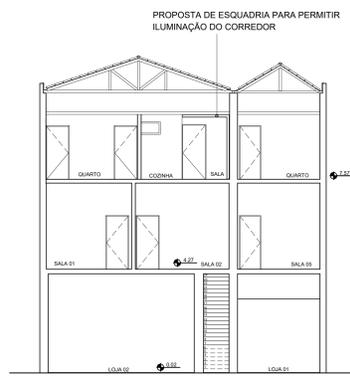
ESCALA 1:100

LEGENDA:

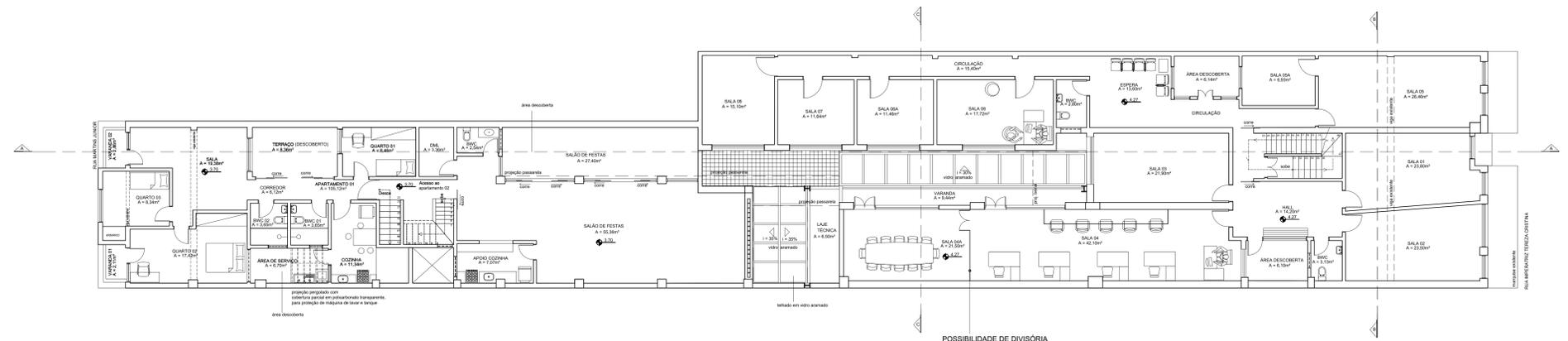
DEMOLIR CONSTRUIR



PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO
ESCALA 1:100



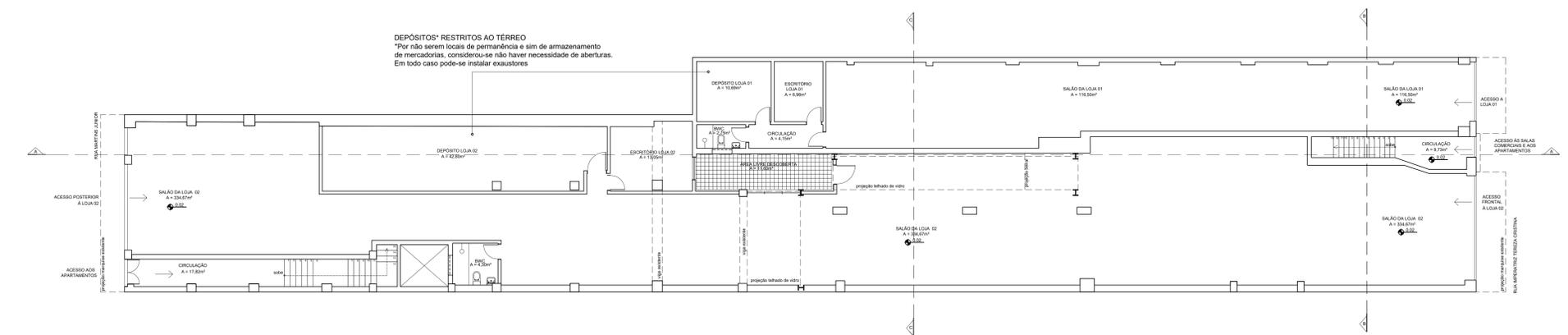
CORTE BB'
ESCALA 1:100



PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO
ESCALA 1:100



CORTE CC'
ESCALA 1:100

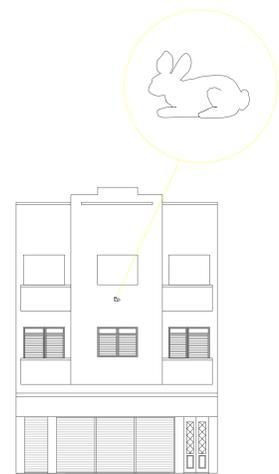
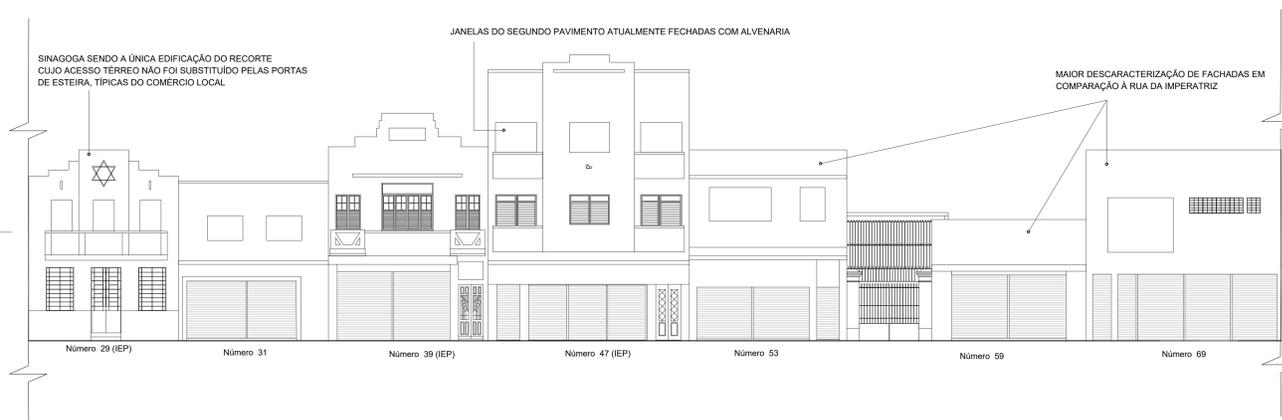


PLANTA BAIXA TÉRREO
ESCALA 1:100

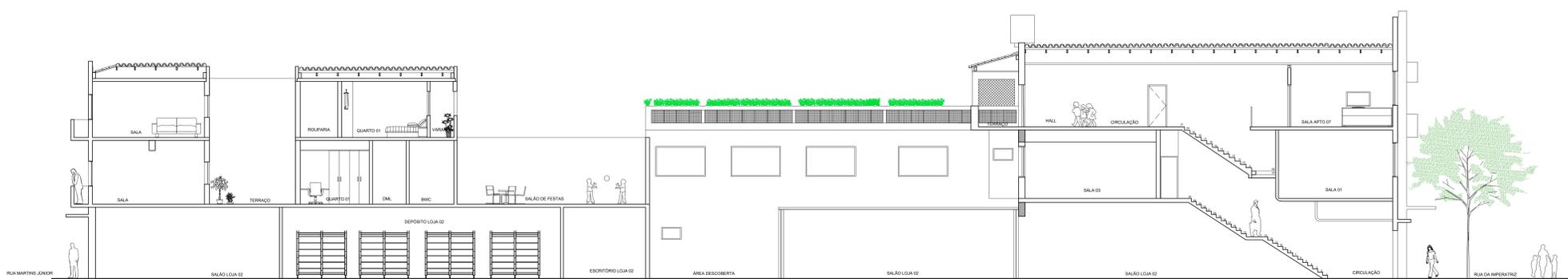
FACHADA DA RUA DA IMPERATRIZ E VIZINHOS IMEDIATOS
ESCALA 1:100



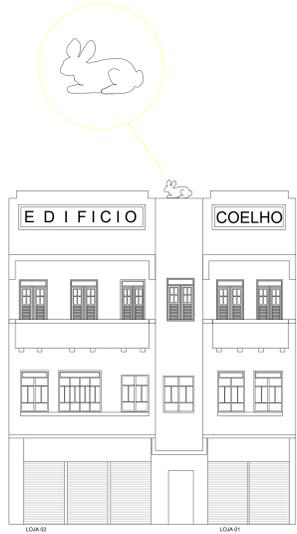
FACHADA DA RUA MARTINS JÚNIOR E VIZINHOS IMEDIATOS
ESCALA 1:100



FACHADA À RUA MARTINS JÚNIOR
ESCALA 1:100



CORTE AA
ESCALA 1:100



FACHADA À RUA DA IMPERATRIZ
ESCALA 1:100